

ANA CAROLINA AGUERRI BORGES DA SILVA

**MEIO AMBIENTE E MOVIMENTOS SOCIAIS: um olhar sobre as
conferências oficiais das Nações Unidas na década de 1990.**

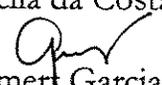
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação da Profa.
Dra. Leila da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 29/07/2005.

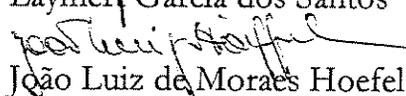
Banca:



Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

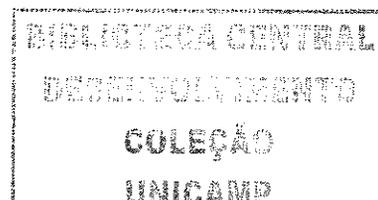


Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos



Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Julho, 2005



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	S. 28.000
V	EX
TOMBO BC/	65875
PROC.	16-P-00086-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	05/10/05
Nº CPD	

Bib ID 366347

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Silva, Ana Carolina Aguerri Borges da

Si38m **Meio ambiente e movimentos sociais: um olhar sobre as conferências oficiais das Nações Unidas na década de 1990 / Ana Carolina Aguerri Borges da Silva. - - Campinas, SP: [s.n.], 2005.**

**Orientador: Leila da Costa Ferreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Meio ambiente. 2. Desenvolvimento sustentável.
3. Ambientalismo. 4. Movimentos sociais. I. Ferreira, Leila da Costa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Palavras-chave em inglês (Keywords): Environment.
Development, Sustainable.
Environmentalism.
Social movements.**

Área de concentração: Mudanças Sociais, questões ambientais, tecnologia e população.

Titulação: Mestre em Sociologia.

Banca examinadora: Leila da Costa Ferreira, Laymert Garcia dos Santos, João Luiz Hoeffel.

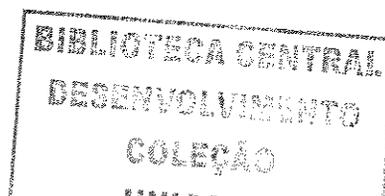
Data da defesa: 29/07/2005

Resumo

Paralelo ao processo de globalização capitalista, ocorreu um crescimento dos movimentos ambientalistas que passaram a exercer pressões sobre as resoluções governamentais. Entretanto, por outro lado, o mesmo processo de globalização impõe limites ao avanço da aplicação das políticas ambientais, principalmente por parte dos países considerados desenvolvidos. Ao trabalharmos com tal hipótese analisamos as conferências Rio 92 e Rio + 5, buscando contribuir de alguma maneira para a seguinte reflexão: um novo paradigma foi alcançado no período? Outra questão abordada é se o movimento ambientalista atingiu os seus objetivos, que tem como eixo esse novo paradigma social que aponta para a necessidade de pensarmos uma mudança ética para a sociedade.

Abstract

Parallel to the process of capitalist globalisation, a growth of the movements environmentalists that started to exercise pressures to the government resolutions, happened. However, on the other hand, the same globalisation process imposes limits to the progress of the application of the environmental politics, mainly on the part of the countries considered developed. I work such a hypothesis analyzed the conferences Rio 92 and Rio + 5, looking for to contribute for the reflection: was a new paradigm reached in the period? Another approached subject is been the movement environmentalist reached their objectives, that it has as axis the new social paradigm that it appears for the need of we think an ethical change for the society.



Agradecimentos

Quando se chega ao final de uma etapa da vida, muitas vezes é apenas o início de uma outra, renovada pelas experiências vividas, que estarão sempre guardadas na memória, nos guiando pelo caminho a seguir. Por isso não devo deixar de agradecer aqueles que estiveram direta ou indiretamente presentes nesta jornada.

Em primeiro lugar agradeço aos colegas do Mestrado em Sociologia do Programa de Pós Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, principalmente à Carolina Messoro Bagnolo e Marília D'Ottaviano Giesbrecht, pela amizade e diálogo construtivo. Agradeço a Profª. Dra. Leila da Costa Ferreira pela orientação.

Devo agradecer a Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira e ao Prof. Dr. João Luiz Hoeffel pelas sugestões imprescindíveis no exame da qualificação. Agradeço mais uma vez ao Prof. Dr. João Luiz Hoeffel pela participação na banca de exame da dissertação. Agradeço também, pela participação na banca de defesa da dissertação o Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos.

Agradeço aos funcionários da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação também do IFCH, em especial a Christina e Gilvani, por toda a atenção e dedicação.

Agradeço aos funcionários do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, por sempre estarem dispostos a ajudar.

Devo agradecer também a Fapesp, pela bolsa de iniciação científica, a qual pode proporcionar o início desta pesquisa durante a graduação. Agradeço também aos colegas do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea da UNESP de Araraquara, especialmente a Profa. Dra. Leila de Menezes Stein, pela leitura atenciosa do projeto.

Agradeço os colegas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que tive o prazer de conviver num breve período, agradeço principalmente a Profa. Dra. Luciana Amorim por seu exemplo contagiante de força e coragem na luta pelos povos da Ilha da Marambaia. À Profa. Dra. Kátia Cilene Tabai, pela amizade e incentivo.

Faço um agradecimento especial a Wanda, Marina, Nádia e Lais, pela acolhida. Agradeço o Prof. Dr. Carlos Eduardo Berriel, pelas conversas iluminadoras.

Contei com o fundamental apoio financeiro do Programa de Bolsas de Mestrado do Conselho Nacional de Pesquisa-CNPQ.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais Manoel (Neca) e Vera, pelo exemplo de persistência e por sempre me apoiarem nas batalhas da vida. Agradeço intensamente a dedicação do companheiro de todas as horas, Adilson Marques Gennari, seus ensinamentos intelectuais são o alicerce que sustenta a obstinação pelo trabalho acadêmico.

*E surge a vida,
como um desabrochar de uma flor
o primeiro vôo de uma borboleta
a natureza guarda seus mistérios,
seus encantos...*

*À Amarilis,
recém chegada ao mundo
com a esperança renovada
de que colha bons frutos
da luta do ser humano
por melhores condições de vida na Terra.*

“Os ecossocialistas procuram resgatar a herança histórica de luta da humanidade pela justiça social, pela democracia como valor essencial e pelo direito à diferença (de gênero –homem – mulher -, da diversidade cultural dos povos e de opções sexuais, religiosas). Afirmam que, como parte dos movimentos que entram em luta por novas formas de relações sociais (socialistas), entram em luta também por novas formas de relação do ser humano com a natureza. Nesse sentido, não somos nem socialistas no sentido estrito, nem ecologistas em sentido estrito: Somos Ecossocialistas”.

(Manifesto Ecossocialista)

SUMÁRIO

Abreviaturas	01
Introdução	03
1. Apresentação.....	03
2. A pesquisa.....	07
Capítulo I - Os primeiros sinais de insatisfação da sociedade	13
1. A questão ambiental: uma discussão teórica.....	14
2. A questão do desenvolvimento.....	26
2.1. Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano – Estocolmo 1972.....	28
2.2. A declaração de Cocoyok.....	34
3. As décadas de 1980 e 1990.....	38
Capítulo II: A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 e a participação dos atores sociais	51
1. A Reunião: seus preparativos e objetivos.....	52
1.2. O Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais.....	75
2. O Caminho Traçado pela Cúpula.....	78
2.1. Sobre o desenvolvimento sustentável.....	86
Capítulo III: A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio + 5 e a participação dos atores sociais	93
1. A Reunião: seus preparativos e objetivos.....	94
2. Cinco anos após a Cúpula da Terra.....	97
2.1. Aquecimento global, água e biodiversidade.....	103
2.2. Um balanço geral	114
2.3. O movimento ambientalista e a questão da sustentabilidade.....	124
Considerações Finais:	131
Bibliografia	137
Documentos Consultados.....	147

Abreviaturas

ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

ANPOCS – Associação Nacional dos Pesquisadores em Ciências Sociais

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

OESP – O Estado de São Paulo

GM – Gazeta Mercantil

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

JFSP – Jornal Folha de São Paulo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OESP- O Estado de São Paulo

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

RGU – Revista Geográfica Universal

RIE – Revista Isto É

RIO + 10 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

RIO + 5 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Desenvolvimento

RIO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

RSI – Revista Super Interessante

RT – Revista Terra

RV – Revista Veja

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

UNCED – United Nations Conference on Environment and Development

UNEP – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

O desenvolvimento deste trabalho iniciou-se na graduação quando tive um primeiro contato com o tema meio ambiente que após um significativo período de leitura deu origem a um projeto de pesquisa em iniciação científica intitulado: Globalização e Meio ambiente: um estudo sobre a implantação e mudanças da política ambiental brasileira, desenvolvido na UNESP durante a graduação sob a orientação do Prof. Dr. Adilson Marques Gennari e com o financiamento da Fapesp.

Após discussão e reflexão sobre o tema estudado, percebemos a necessidade de um aprofundamento no que diz respeito aos movimentos sociais, surgiu então a necessidade de compreender de que forma a sociedade civil organizada atuou para concretizar as reivindicações, e se realmente essas reivindicações foram incorporadas pelos Estados-

nação. O caminho tomado foi aprofundar o estudo sobre as Conferências Oficiais da ONU, tendo em vista a importância dessas reuniões no nível internacional. Para tanto, procurei a UNICAMP me inscrevendo no concurso de mestrado e felizmente pude desenvolver este trabalho no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, sob orientação da Professora Dra. Leila da Costa Ferreira.

No desenvolvimento deste trabalho pode-se observar a ênfase na descrição das Conferências Oficiais da ONU na década de 90, ressaltando o surgimento de novos movimentos sociais e a significativa contribuição nos encontros para a discussão sobre a questão do desenvolvimento sustentável, ou da sustentabilidade.

A Introdução foi dividida em dois itens. *A Apresentação do Trabalho e A Pesquisa*, na qual está definido o objeto de pesquisa, a justificativa e a metodologia utilizada, contendo as etapas detalhadas da pesquisa. Gostaria, entretanto de frisar o aspecto histórico de análise da questão ambiental, tendo em vista o tema escolhido penso que é imprescindível uma análise que se baseie nos fatos históricos detalhadamente, por isso fiz uma longa pesquisa em jornais e revistas, mas não somente, pois dessa forma ficaria um trabalho sem bases científicas. Apoiei-me também na produção bibliográfica dos pesquisadores e intelectuais acerca do assunto. Uma outra questão que gostaria de lembrar é a necessidade de tomar como eixo da pesquisa um aspecto teórico relevante que é a questão do desenvolvimento econômico e social discutido nas Conferências, ou seja, o debate entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

No *Capítulo I*, trabalhamos com os antecedentes às Conferências Oficiais da ONU da década de 90, ou seja, fizemos uma rápida discussão sobre o surgimento da questão ambiental, sobre o movimento ambientalista da década de 1950 até a década de 1980, abarcando aspectos econômicos e sociais do movimento. Fizemos também uma discussão acerca da Reunião de Estocolmo, a Declaração de Cocoyok e o Relatório Brundtland, além da discussão central do capítulo que é a questão do desenvolvimento econômico e social e a discussão acerca do desenvolvimento sustentável. E uma breve discussão acerca da década de 1990.

O *Capítulo II* consiste no primeiro capítulo de análise empírica, no qual discutimos todo o processo preparatório, o desenvolvimento e os resultados da Primeira Conferência Oficial da ONU analisada neste trabalho: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO 92. O eixo central desse capítulo é a discussão acerca da pressão política exercida pelo movimento ambientalista durante a conferência.

O *Capítulo III* consiste no segundo capítulo de análise empírica, no qual discutimos, no modelo do anterior, o processo preparatório, o desenvolvimento e os resultados da Segunda Conferência Oficial da ONU analisada neste trabalho: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio + 5. Tendo também como eixo central a discussão da pressão política exercida pelo movimento ambientalista durante a conferência.

Em *Considerações Finais*, fizemos um balanço da análise empírica dos dois capítulos anteriores juntamente com as reflexões teóricas do primeiro capítulo, para dessa forma, encerrarmos com uma discussão acerca das hipóteses do trabalho.

2. A Pesquisa

A dissertação de Mestrado *Meio Ambiente e Movimentos Sociais: um olhar sobre as conferências oficiais das Nações Unidas na década de 1990*, tem como objetivo analisar a participação do movimento ambientalista nas duas Conferências Oficiais da ONU que ocorreram na década de 90. A saber: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Brasil em 1992, intitulada Eco 92 e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida também no Brasil em 1997, intitulada Rio + 5.

Para a realização de tal estudo seguimos um plano metodológico definido da seguinte forma: análise histórica do período baseando-se em documentos impressos, como jornais e revistas; documentos oficiais da ONU e do Governo Brasileiro; análise da

literatura intelectual produzida na América Latina em Centros de Pesquisa vinculados a CLACSO; análise da literatura intelectual acerca do objeto de pesquisa produzidas nas Reuniões Científicas Brasileiras tais como: Anpocs, Anppas e SBS.

O objetivo específico da pesquisa é analisar o impacto das propostas elaboradas pelo movimento ambientalista no âmbito de 2 conferências oficiais significativas na década de 90: a) em 1992, durante a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92; b) em 1997 durante a Rio+5; com o propósito de elucidar a influência dos movimentos ambientalistas nas conferências oficiais neste período histórico.

Desse modo, foram analisadas produções intelectuais sobre os movimentos sociais ambientalistas no período histórico já citado, com o propósito de verificar se os movimentos ambientalista exerceram efetivamente pressão política na elaboração das resoluções governamentais.

Estudar as pressões que os movimento ambientalista exerceu nos anos noventa tem relevância no sentido de elucidar as novas formas e modalidades de organizações e de propostas alternativas para os impasses enfrentados pela humanidade na virada do século em relação a novas formas de desenvolvimento rumo a sustentabilidade social do planeta. Com relação ao período a que se refere à pesquisa - a década de 1990, entendemos que se trata de período fundamental na medida em que nele foram discutidas e elaboradas políticas ambientais num contexto global, justamente num momento em que ocorre profunda transformação no cenário internacional impulsionada pela globalização capitalista.

Segundo Ferreira (1992), os movimentos sociais não são suficientemente fortes para reformar o Estado e revivificar os partidos. Faltam quadros para implementar as mudanças interpretativas. Mas ambos criam novos atores, instauram novo discurso ideológico e abrem

novos espaços de participação. Neste aspecto a questão ambiental mostra-se exemplar, pois se tornou assunto, debate e tema de investigação sociológica.

Trabalhar-se-á com a hipótese de que paralelo ao processo de globalização capitalista, ocorreu um crescimento dos movimentos ambientalistas que passaram a exercer pressões sobre as resoluções governamentais não somente por se tratar da problemática ambiental global, mas também por conformar um processo de mudanças e inovações radicais no modo de vida e na sociabilidade humana na história recente. Entretanto, por outro lado o mesmo processo de globalização impõe limites ao avanço da aplicação das políticas ambientais por parte dos países desenvolvidos.

Para efetivar a pesquisa definimos três etapas complementares. Na primeira elaborou-se um levantamento e análise bibliográfica sobre a questão ambiental. e verificou-se como esse debate acabou influenciando a implementação de resoluções governamentais que ocorreram no final do século XX.

A segunda etapa consistiu em pesquisa e análise dos relatórios e demais documentos produzidos nos dois momentos marcantes da história do ambientalismo: a Rio – 92 e a Rio + 5.

Dentro dessa etapa utilizaram-se os seguintes recursos operacionais para desenvolver a pesquisa:

- 1) Levantamento e análise bibliográfica das produções latino-americanas particularmente sobre o tema movimento ambientalista e análise do tema na produção do Grupo de Trabalho “Ecologia e Política” da ANPOCS no Brasil e da CLACSO no restante da América Latina.
- 2) Levantamento e análise de documentos (relatórios e atas) elaborados pelos movimentos ambientalistas que participaram das Conferências (Eco 92 e Rio + 5) sobre propostas

elaboradas por esses movimentos para a resolução dos problemas que atingem o meio ambiente brasileiro. Utilizando os acervos e arquivos das bibliotecas:

- Biblioteca Mário de Andrade – São Paulo/S.P.: Arquivo da ONU
- Acervo da Biblioteca da UNICAMP
- Acervo da Biblioteca da UNESP
- Acervo da Biblioteca da USP

Sites das Conferências:

- Eco 92 - The Earth Summit in 1992: www.un.org
- Rio + 5 – The Earth Summit + 5 in 1997: www.un.org/esa/earthsumith

3) Pesquisa utilizando os acervos dos ministérios:

- Ministério do Meio Ambiente: : www.mma.gov.br
- Ministério das Relações Exteriores: www.mre.gov.br

4) Levantamento e análise das matérias publicadas na grande imprensa brasileira, principalmente os jornais e revistas que temos acesso nas bibliotecas (hemerotecas) do estado de São Paulo que inclui: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, Revista Veja, Revista Isto É e Revista Super Interessante.

5) Levantamento e análise das matérias publicadas nas Revistas especializadas: Revista Ambiente e Sociedade, Revista Geográfica Universal, Revista Terra, Revista Brasileira de Ecologia, Revista São Paulo em Perspectiva: Ecologia e Meio Ambiente, Instituto of Development Studies: Understanding Environmental Policy Processes Review.

Após cumprimento de todo o processo de pesquisa descrito acima, elaborou-se o plano de redação para a confecção da dissertação de mestrado e em seguida capítulo da dissertação para o exame de qualificação contendo análise bibliográfica e dos dados

obtidos. Após exame de qualificação, as críticas e sugestões da banca foram incorporadas a dissertação e finalmente foi elaborada as considerações finais.

CAPÍTULO I

Os Primeiros Sinais de Insatisfação da Sociedade

Nesse primeiro capítulo, abordamos os antecedentes às Conferências Oficiais da ONU da década de 90, ou seja, fizemos uma rápida discussão sobre o surgimento da questão ambiental, sobre o movimento ambientalista da década de 1950 até a década de 1980, abarcando aspectos econômicos e sociais do movimento. Fizemos também uma discussão acerca da Reunião de Estocolmo, a Declaração de Cocoyok e o Relatório Brundtland, além da discussão central do capítulo sobre a questão do desenvolvimento econômico e social e a discussão acerca do desenvolvimento sustentável. E por fim, uma breve discussão acerca da década de 1990.

1. A questão ambiental: uma discussão teórica

O que usualmente chamamos de problemas ambientais surgiu como importante preocupação, embora circunscrita a alguns grupos muito específicos de pesquisadores e cidadãos (Ferreira, 2001a).

O pensamento ambientalista não é recente, remonta ao século XVIII, quando uma visão romântica, arcadiana, idealizava a vida simples rural e criticava o utilitarismo da nova sociedade industrial que surgia.

Conforme Herculano (1992), um dos pontos mais característicos do pensamento ambientalista é a crítica à ciência moderna e a um ser humano que, via conhecimento, se arroga o direito de domar a natureza, dela pretendendo ser independente. Com a ciência moderna, surgida com Francis Bacon, Newton e Descartes, a natureza, passou a ser investigada, dominada e subjugada. Assim, tendo dessacralizado e profanado a natureza, a ciência moderna é percebida como a cunha que cinde, separa, a cultura humana da natureza.

Assim, no século XX, o pensamento ambientalista surgiu imbuído de uma crítica e uma recusa ao mundo moderno e sua ciência. Em 1945 os Estados Unidos explodiram as primeiras bombas atômicas. A primeira, experimentalmente, no deserto de Los Álamos; as demais, sobre as populações civis de Hiroshima e Nagasaki, ao término da Segunda Guerra Mundial. Foi então que os habitantes do planeta deram-se conta de que o conhecimento humano acabava de atingir uma etapa pela qual se tornava capaz de destruir o mundo todo.

Segundo Herculano (1992), o questionamento à ciência moderna recrudescer com a pesquisa da bióloga Rachel Carlson, que, em 1962, lançou um livro intitulado “Primavera Silenciosa”, no qual provava que os pesticidas usados na agricultura eram os responsáveis

pelo desaparecimento de inúmeras espécies, pássaros estavam ameaçados de extinção. Esta obra soou como um alarme sobre os rumos e conseqüências inesperadas da tecnologia científica e intensificou o argumento daqueles que criticavam a irracionalidade da ciência moderna, até então enaltecida.

O pacifismo antinuclear, somado à crítica à ciência moderna, à crítica ao produtivismo e consumismo, à rebeldia diante de um Estado autoritário e belicista, deu origem ao movimento *hippie* e sua contracultura, que revalorizava as filosofias orientais milenares (que concebem a natureza como sagrada) e enaltecia os estilos de vida de etnias e culturas não-urbanas, tradicionais, dominadas, tais como os indianos, os índios, os camponeses, os ciganos. Uma das vertentes do ambientalismo contemporâneo surgiu dessa recusa ao mundo moderno – sua ciência, técnica e estilos de vida – e de uma crítica ao Estado e ao industrialismo totalitários, seja na expressão capitalista, seja na sua expressão comunista. Esta seria a vertente arcadiana e antiprogressista do pensamento ambientalista. Outra vertente do pensamento ambientalista é aquela chamada por seus críticos de neo-malthunianismo, pois centra sua preocupação na necessidade de se limitar o crescimento da população humana terrestre, a fim de evitar a degradação da qualidade de vida; seus representantes são Garret Hardin e o casal Ehrlich (Herculano, 1992).

Já no campo das esquerdas marxistas-ecológicas podemos citar Gorz e Bosquet, que introduziram a idéia da luta ecológica como um meio para se alcançar o fim do capitalismo. Para Joe Weston (apud Herculano, 1992), para quem a crise na qual estamos imersos é muito mais social e econômica do que ecológica, uma vez que atrás dos problemas ambientais o que existe é a pobreza. Seria o capitalismo e não o industrialismo o cerne dos problemas ambientais. Para David Pepper (apud Herculano, 1992), outro ambientalista marxista britânico, a eliminação do capitalismo é pré-requisito para a

eliminação dos demônios ambientais, sendo, portanto, necessária uma aproximação entre os Verdes e os Trabalhistas.

Os Verdes, ou Ecologistas Sociais, surgem na Alemanha como um antipartido, em 1983, em campanha eleitoral. A bandeira verde é a da descentralização, do não-consumo (uma vez que o consumo é uma compensação que buscamos para nosso trabalho alienado), o ativismo, o pacifismo, a distribuição do trabalho além da distribuição da riqueza, a ética. Quanto aos fundamentalistas (partidários da “deep ecology”), estes propõem uma visão ecocêntrica, não humanista, não antropocêntrica, pois acreditam que a espécie humana é apenas uma forma de vida dentre as demais e, portanto, sem mais direitos se ameaçarem outras criaturas vivas. Devemos também mencionar o eco-tecnicismo, ou tecnocentrismo, uma espécie de ambientalismo otimista e acomodado, que acredita na superação da crise ambiental através do desenvolvimento da ciência e suas novas técnicas. O eco-tecnicismo, segundo o filósofo Edgar Morin apud Herculano (1992), é a redução, uma ecodeformação, uma vez que dissolve a questão ambiental, de características holísticas, totalizantes, a componentes meramente técnicos.

O pensamento ambiental referente à ecologia social, o qual reúne características antropocêntricas coletivistas, é crítico do *status quo* e pensa que os grandes responsáveis pela crise ambiental são o capitalismo industrial e elementos dele decorrentes, ou mesmo inerentes, como a desigualdade social e política, a razão instrumental, a ética individualista e o gigantismo das soluções econômicas e tecnológicas. Defendem, portanto, mudanças político-institucionais e éticas de conteúdos utópicos e anarquistas, de crítica ao Estado e às formas de gestão centralizadoras. São favoráveis a uma sociedade democrática, descentralizada e a princípios de propriedade comunal. Seus principais mentores são

Murray Bookchin, Felix Guattari, Rudolf Bahro e Jonathan Porrit entre outros (LIMA, 1997).

Diferente da ecologia social, de tendências anarquistas, o ecossocialismo embora também se oriente por princípios antropocêntricos e comunitários, forma uma tendência diferenciada. Com presença marcante no debate ambiental, os ecossocialistas ou ecomarxistas centram sua crítica e a essência de seu diagnóstico da crise ambiental na racionalidade capitalista e em seus pilares de sustentação como: o processo de acumulação crescente do capital, a exploração do trabalho e a mais-valia, na alienação do trabalho, na maximização do lucro e no consumismo exacerbado, que julgam incompatíveis com a lógica ecológica. Assim, se assemelham aos anarquistas na crítica do capitalismo e se diferenciam por defenderem o socialismo e por verem nele as grandes respostas aos problemas sócio-ambientais. Marcuse apud Herculano (1992), um de seus representantes, expressa a incompatibilidade entre o capitalismo e ecologia ao afirmar: “a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo. Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas, não se trata de purificar a sociedade existente, mas de a substituir”

Segundo Lima (1997) entre os diversos autores que defendem posições ecossocialistas encontram-se além de Marcuse, Goldsmith, Michel Bosquet, André Gorz e Moscovici, entre outros (LIMA, 1997)

Os sociólogos abriram caminho aos demais, transformando a sociologia política e a sociologia econômica, desde a década de 1950, em importantes sub campos no interior da disciplina. Todos os cientistas sociais alargaram suas preocupações para além dos temas já tradicionalmente aceitos e assistiu-se nos anos do pós-guerra a uma redefinição de objeto,

de maneira a integrar todos os processos sociais com implicações ou intenções políticas: grupos de pressão, movimentos de protesto, organizações comunitárias, dentre outros (Ferreira, 2001a).

A sociologia ambiental, como produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos movimentos de contestação da situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento do industrialismo (Ferreira, 2001a).

É a partir dos anos de 1960, que grupos de sociólogos começam a dar importância à problemática ambiental e perceber sua relevância e abrangência, passando a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo. Tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro e a sociologia ambiental assumiu desde então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza e as causas e a extensão dos problemas ambientais (Ferreira, 2001a)

A preocupação inicial concentrou-se nos aspectos conservacionistas da questão ambiental, mas, gradualmente, foi ganhando novos contornos; nos anos de 1960, através da crescente preocupação com a contaminação ambiental produzida pela produção industrial e agrícola e, a partir de 1973, através da crise energética deflagrada pela alta dos preços do petróleo. Essa crise energética coincidiu com o lançamento, pelo Clube de Roma, do Relatório *Limites do Crescimento* (Meadows, 1972), que alertava de forma tempestuosa a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental planetária, caso se mantivessem constantes as expectativas de crescimento econômico (Ferreira, 2001a).

Enquanto a ciência clássica fragmenta os fenômenos e impede toda a tomada de consciência molar ou global, a nova ciência ecológica faz surgir, por si mesma, problemas

simultaneamente fundamentais e urgentes concernindo a vida da natureza, a vida nas nossas sociedades, ou seja, a ecologia geral suscita o problema relação ser humano/natureza no seu conjunto, na sua amplitude, na sua atualidade. Suscita um problema de vida, de morte, de devir, para a espécie humana e para a biosfera (Viola e Leis, 1990)

Para Guimarães (1988), a história da humanidade é a história de suas relações com a natureza e quanto mais avançada a sociedade tecnológica, mais íntimas e mais exigentes se tornam as inter-relações entre seres humanos e natureza. Assim, à medida que as civilizações se empenham em satisfazer necessidades e aspirações humanas crescentes, novas e mais intensas demandas são impostas ao meio ambiente.

Hannigan (1997) apud Ferreira (2001a), enfatiza os processos sociais, políticos e culturais, em que as condições ambientais são definidas como aceitáveis ou não. Neste sentido, a problemática ambiental é constituída concomitantemente com os problemas sociais. Dessa forma, pode-se afirmar que os problemas ambientais seriam similares aos demais problemas sociais e a ação dos diferentes atores seria o objeto principal de análise.

Cabe, portanto analisar o papel do poder político e cultural ao favorecer a degradação do ambiente, que fica claro com a emergência dos movimentos políticos que tentam impedir a destruição do ambiente, consequência da atual degradação ambiental (Ferreira, 2001a). Sendo assim, podemos afirmar que o surgimento do movimento ambientalista advém da necessidade de mudança da realidade social num âmbito mundial, pois a degradação ambiental faz parte das desigualdades sociais, consequência do processo de desenvolvimento econômico.

Já Antony Giddens apud Ferreira (2001a) inclui na sua teoria social mais vasta uma explicação das origens dos movimentos sociais ambientalistas. Deste modo, a sua obra

permite-nos apreciar o duplo atributo do poder político e cultural: ambos podem ajudar e controlar o processo de degradação do ambiente.

Já Habermas apud Ferreira (2001a), permite-nos examinar os meios pelos quais a mudança das estruturas sociais deu origem a uma nova organização de interesses econômicos e políticos, e o modo como estes interesses moldam, por sua vez, a mobilização das políticas de meio ambiente contemporâneas. Permite-nos examinar a forma como surgiram as transformações culturais e os conhecimentos morais modernos sobre o ambiente, como estes redefiniram interesses e contribuíram para a emergência de movimentos políticos orientados para as questões de ambiente.

De acordo com Ferreira (2001b), para os sociólogos e antropólogos, a ênfase recai sobre mudanças culturais ou sociais provocadas no tecido social ou nas orientações que organizam a ação. Já os cientistas políticos centram as atenções nas características das instituições políticas ou em sua capacidade organizativa.

Segundo Guimarães (1988) para se entender adequadamente o funcionamento interno de um sistema ecossocial - como os sistemas naturais e humanos interagem, mantêm-se e transformam uns aos outros - é fundamental explorar a dimensão política dessas relações. Para ele, a incorporação de uma perspectiva ecológica no processo de tomada de decisões econômicas e políticas, ou seja, considerar as implicações de políticas públicas para o sistema de relações que opera em um ecossistema, pode representar uma necessidade biológica, um meio de garantir a nossa sobrevivência como espécie.

Já para Rodrigues (2003), o fato de o problema ambiental estar relacionado a toda a biosfera, indica a necessidade de análise da produção sócio espacial em um mundo onde a concentração da riqueza, a pobreza e miséria generalizadas explicitam modos e formas diferenciais de apropriação das matérias primas, ou recursos naturais, e de aceleração do

processo de criação destrutiva. Ou seja, não se pode considerar os problemas ecológicos como fruto de uma relação apenas entre ser humano-natureza no sentido genérico; trata-se de compreender que estes decorrem das relações que os seres humanos estabelecem entre si.

Os ecologistas não são contra a Técnica com um T maiúsculo, não recusam sistematicamente o que denominamos com excessiva pressa, sem espírito político, o “progresso” técnico. O que eles põem em causa é o projeto técnico que caracteriza a sociedade industrial (DUPUY, 1980).

A maior parte dos ecologistas se reconhecem na corrente política dita “autogestionária”, cujas palavras de ordem são: redução drástica da heterorregulação centralizada que é o poder de Estado; reforço da sociedade civil. O que os ecologistas querem reconstituir ou consolidar são todas as relações fundadas na reciprocidade e no voluntariado: relações de cooperação e de ajuda mútua, associações voluntárias e cooperativas, vida comunitária sobre o modelo da cidade tradicional (DUPUY, 1980).

De acordo com Dupuy (1980): se fosse preciso resumir numa só palavra os valores sustentados pelo movimento ecológico, essa palavra seria *autonomia*. Mas é aí também que se resume toda a ambigüidade do movimento. Pois como se pode lutar ao mesmo tempo em nome do respeito aos equilíbrios naturais, e combater pela liberdade do homem?

Para tanto, decisões políticas devem ser tomadas, segundo Guimarães (1988), a ecopolítica ou ecologia política, nasce do reconhecimento de que, para superar a crise ecológica atual de escassez de recursos naturais e existência de “reservas contamináveis”, alguns interesses serão favorecidos e outros contrariados, tanto internamente como entre nações.

A questão ambiental envolve relações internacionais, ou seja, ultrapassam interesses nacionais e a manifestação social em torno da problemática pode envolver grupos ou movimentos sociais originários de vários outros interesses sociais e políticos.

O movimento ambiental não teve um começo claro. Não houve um acontecimento que inflamasse um movimento de massas. O movimento não começou num país para depois se espalhar em outro; emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes. As questões ambientais mais antigas eram questões locais. No momento em que compreendiam os custos mais imediatos e pessoais da poluição, da caça ou da perda das florestas, os indivíduos formavam grupos, que formavam coalizões, que se tornavam movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multissetorial (McCormick, 1992).

Este processo de formação do movimento ambientalista se deu por episódios na história, hora com momentos de alta intensidade, hora por momentos de menos intensidade. Entretanto, podemos afirmar que é na década de noventa que a bandeira do ambientalismo toma consistência na luta política, social e teórica nos centros de pesquisa, repercutindo no interesse da opinião pública.

Enquanto na Inglaterra a primeira influência importante sobre o nascente ambientalismo foi o estudo da história natural, nos fundamentos da botânica e da zoologia moderna, - estabelecidos por naturalistas nos séculos XVI, XVII e XVIII, tendo como mais notável Gilbert White, com sua obra *The Natural History of Selborne*, editada em 1788 influenciando gerações de naturalistas como Darwin, tornando-se no século XVIII a Meca dos naturalistas e ilustradores botânicos (McCormick, 1992), - o ambientalismo americano também teve influência do interesse pela história natural, mas havia uma diferença principal no fato de que a Europa fora há muito explorada, enquanto que vastas áreas novas

no Oeste da América do Norte estavam sendo abertas para a colonização, da mesma maneira como havia acontecido na Austrália e África do Sul.

Na virada do século XIX para o XX, já surgiam opiniões divergentes dentro do ambientalismo americano que se dividiu em dois campos: os preservacionistas e os conservacionistas. Os primeiros buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os últimos explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável. A visão dos primeiros era talvez filosoficamente mais próxima do ponto de vista do protecionismo britânico; os segundos se fundavam na tradição de uma ciência florestal racional da variedade alemã (McCormick, 1992).

Já na América do Sul o surgimento do fenômeno verde se dá na metade dos anos 50 até 1992. Os primeiros 20 anos pertenciam à pré-história do ambientalismo.

Nos anos 50 e 60, o aspecto mais marcante do ambientalismo, estava na expansão do *ethos* ecológico que se manifesta em forma constante nesses anos principalmente no campo científico em nível mundial consolidando-se nos anos 60, juntamente com o surgimento das primeiras ONGs ambientalistas¹, o avanço das novas gerações em direção a valores ecológicos se manifesta precisamente a partir desses anos.

É, entretanto, a partir de meados da década de 60, que a preocupação com o meio ambiente cresce. Na década de 70, essa preocupação expandiu-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália até atingir, na década de 80, a América Latina, Europa Oriental, ex-União Soviética e parte da Ásia².

¹ A primeira ONG ambientalista de âmbito mundial a ser criada foi O Fundo para a Vida Selvagem (WWF), no ano de 1961.

² IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – www.ibama.gov.br

Nos anos 70 o ambientalismo não-governamental se encontra firmemente institucionalizado dentro das sociedades americana e européia; ainda nesta década marcada fortemente pela Conferência de Estocolmo (1972), registrou o começo da preocupação do sistema político (governos e partidos), com a emergência e expansão das agências estatais de meio ambiente, assim como do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (Leis e Amato, 1995).

De 1969 a 1973 não se pode falar verdadeiramente de movimento unificado. O alento contestador da “revolução cultural” de 1968 dá nascimento a diversas ideologias e práticas mais ou menos efêmeras. A Internacional Situacionista que teve um papel importante na contestação estudantil produz uma crítica da vida quotidiana e da sociedade de consumo. “Consumi mais, vivereis menos”, escreviam nas paredes de Paris em maio de 1968. O movimento comunitário tenta diversas experiências de retorno à terra e à economia autárquica que, mais ou menos depressa, terminam em fracasso. A contracultura californiana propaga o tema das tecnologias doces. De forma completamente independente, as associações de proteção da natureza se organizam e aprendem a se servir das armas jurídicas. Criam-se agrupamentos locais, que reúnem para uma ação comum aqueles cujo meio ambiente quotidiano é destruído pelo mundo industrial: usuários “cativos” dos transportes coletivos, pedestres, vizinhança de aeroportos, habitantes ameaçados de expulsão. Eles interpuseram ações administrativas das quais algumas conseguiram impedir que uma auto-estrada urbana tornasse invivível um bairro, também obrigaram uma fábrica a cessar com as suas poluições. A pressão da opinião pública força o poder a criar um Ministério do Meio Ambiente e da Qualidade de Vida. (DUPUY, 1980).

A grande chance do movimento ecológico, mas talvez também a fonte de sua atual fraqueza, foi o detonador nuclear. Depois de suposta “crise” do petróleo de 1973, a maior

parte dos países europeus resolve acelerar e intensificar seu programa nuclear. Essa decisão alcança a proeza de fundir em uma mesma contestação os diversos componentes daquilo que se começa então a chamar movimento ecológico. Em toda a Europa, formam-se comitês que empreendem campanhas de informação junto às populações. A contestação organiza-se em torno de três temas: técnico; os riscos são enormes, mesmo se a probabilidade de acidente é fraca; econômico: para responsabilizar o nuclear, é preciso uma exploração maciça, em condições que proíbem qualquer falha, qualquer imobilização das centrais; daí o tema político: a sociedade nuclear será uma sociedade ultracentralizada e policial que não poderá tolerar a mínima contestação (DUPUY, 1980).

Encorajados por seus sucessos; na luta antinuclear, os ecologistas europeus, a partir de 1974, e, sobretudo depois de 1976, decidem entrar na política. Até então o movimento ecológico era percebido pelas forças políticas instituídas como um amável folclore. A partir do momento em que ele foi capaz de recolher mais de 5% de votos, os estrategistas dos partidos passaram a levá-lo a sério. A ecologia torna-se então o árbitro da situação. Por parte da esquerda, sobretudo, os ecologistas foram intimados a se situar claramente no tabuleiro político tradicional. Muitos se recusaram. A maior parte dos ecologistas têm afinidade ideológica com a esquerda, no sentido de que militam por uma sociedade mais justa, mais livre e mais responsável (DUPUY, 1980).

Conseqüentemente na década de 80 já encontramos os partidos verdes tendo um expressivo papel (o Partido Verde Alemão chegou ao *Bundestag* em 1983) e o sistema político partidário da maior parte das democracias ocidentais numa fase de absorção e institucionalização das questões ambientais (Leis e D'Amato, 1995).

A década de 90 apresenta-se como o período de consolidação, com a gestação de fatos e valores mais próximos as características do ambientalismo tal qual ele se apresenta hoje nos países desenvolvidos (dominantes).

2. A questão do desenvolvimento

A estratégia oferecida aos governos das sociedades que postulavam a modernização era a introdução de algumas das características da sociedade moderna e elas funcionariam como vetores de transformação, alavancando outras mudanças. Desenvolvimento era isto: a transposição dos traços característicos da sociedade norte-americana para os países em atraso. Mais que tudo, desenvolvimento era industrialização e bons projetos de cooperação internacional, tal como a Aliança para o Progresso, concebida durante o governo Kennedy como programa de ajuda para a América Latina (Herculano, 1992).

A contrapartida foi a busca de um desenvolvimento endógeno, de uma industrialização autônoma, que não fosse reflexo de políticas imperialistas. Este foi o grande tema a ser defendido pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – criada pela ONU em 1948 e que teve à frente economistas como Raul Prebisch e Celso Furtado. Para os cepalinos, os problemas econômicos latino-americanos derivavam das trocas desiguais entre países exportadores de matérias-primas e outros, exportadores de manufaturados, e tal desequilíbrio seria sanado com a industrialização dos primeiros.

Segundo Herculano (1992), apesar desta concepção de desenvolvimento como uma questão política e social, a acepção do termo que predomina e persiste é a de que o desenvolvimento é crescimento dos meios de produção, é acumulação, é inovação técnica, é aumento de produtividade, enfim, é expansão das forças produtivas e não alteração das

relações sociais de produção. O desenvolvimento que os países dito de Primeiro Mundo têm experimentado tem uma história e um qualificativo: é um desenvolvimento capitalista e se caracteriza por concentrar os meios de produção em poucas mãos (os oligopólios) e por tornar as decisões referentes à alocação do excedente – e, conseqüentemente, o próprio excedente – um privilégio de poucos. É, portanto, desequilibrado e desigual no seu conjunto.

É este “modelo de desenvolvimento” que para o Relatório Brundtland é insustentável e insuportável, sendo o responsável pelo progressivo empobrecimento de parcelas expressivas da população mundial. Para o Relatório, as causas de deterioração ambiental são identificadas em três campos: 1- no uso de tecnologias poluidoras; 2- no aumento demográfico; 3- na intensificação e expansão da miséria. As soluções de desenvolvimento sustentável são: 1-reorientação tecnológica e institucionalização de meios de fiscalização internacionais; 2-controle populacional para o Terceiro Mundo; 3- políticas de ajustes e ajuda financeira dos países ricos aos pobres.

A produção do conceito de desenvolvimento sustentável representa, por um lado, uma alentadora tentativa de reconciliar a busca do bem-estar presente com a segurança de condições de vida satisfatórias no futuro. Por outro lado, há uma preocupante tendência a que se torne mais uma panacéia salvacionista, que ilude os alarmados e inibe os alarmistas, sem necessariamente resolver os problemas que geram o alarme. O dilema do final do século XX e do milênio, reflete o impasse de racionalidade a que chegou a aventura do desenvolvimento econômico.

2.1. Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano – Estocolmo 1972

O movimento ambientalista ganha impulso quando, em 1972 em Estocolmo-Suécia, acontece a Conferência da ONU sobre Ambiente Humano, marco importante para a história do ambientalismo no mundo.

Nem a publicação do Clube de Roma, nem a conferência de Estocolmo caíram do céu. Elas foram a consequência de debates sobre riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, começaram nos anos 60, e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade, que possibilitou a primeira discussão internacional culminando na Conferência de Estocolmo em 1972 (Brüseke, 1995).

A Conferência de 1972 foi suscitada pela Suécia em 1969, durante a XXIII Assembléia Geral da ONU. Já naquela época a degradação ambiental era tema de preocupações gerais. Contudo, foi o desastre ecológico na Baía de Minamata, no Japão (quando pescadores e moradores foram seriamente contaminados por mercúrio vertido pelas indústrias locais), que detonou a solicitação sueca de que a ONU votasse uma resolução a favor da realização de uma conferência internacional sobre meio ambiente. A proposta sueca foi aprovada, tendo sido decidido pela XXIV Assembléia Geral, que tal Conferência seria em Estocolmo (Herculano, 1992).

Na realização da Conferência vêm a lume duas importantes contribuições aos debates acerca das causas e soluções para a deteriorização ambiental. A primeira delas, trazida pelos técnicos do MIT, autores do Relatório Meadows, pelo Clube de Roma, era a proposta do crescimento econômico zero para o mundo todo, sob pena de uma catástrofe ambiental mundial. Essa proposta foi um importante alimentador e orientador dos debates internacionais pré-Conferência de 72, e contra ela insurgiu o Brasil, que liderou toda a

bancada dos 77 países componentes do dito Terceiro Mundo. Zerar o crescimento econômico naquele momento era visto como uma injustiça e uma iniquidade, pois os países ricos do Primeiro Mundo só se lembravam da natureza depois de a terem degradado, assegurando um patamar de produção e de tecnologia que agora queriam negar aos “em desenvolvimento” (Herculano, 1992).

Segundo Brüseke (1995), durante a Conferência de Estocolmo, intelectuais dos países do sul manifestaram-se de forma crítica, dizendo que, as sociedades ocidentais depois de um século de crescimento industrial acelerado, fecharam este caminho de desenvolvimento para os países pobres, justificando essa prática com uma retórica ecologista.

Dessa forma, o Brasil não assinou a declaração de Estocolmo, liderando um movimento dos países em desenvolvimento (grupo dos 77) contra as teses do “crescimento zero” inspiradas no Relatório Meadows do Clube de Roma.

Com relação ao relatório, para alcançar a *estabilidade econômica e ecológica*, Meadows propôs o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial; mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. A tese do crescimento zero, necessário, significava um ataque direto a filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial e uma crítica indireta a todas as teorias do desenvolvimento industrial que se basearam nela. As respostas críticas às teses de Meadows surgiu conseqüentemente entre os teóricos que se identificaram com as teorias do crescimento (BRÜSEKE, 1995).

Para Brüseke (1995), foi o canadense Maurice Strong³ que usou em 1973 pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento. Ignacy Sachs formulou os princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento.

De acordo com Herculano (1992), a segunda contribuição mencionada ao debate sobre o meio ambiente vem, também em 1972, do campo marxista: neste ano foi publicado em Londres o *Manifesto pela Sobrevivência* (Goldsmith *et alli*), no qual se culpava o consumismo extremado, de interesse do industrialismo capitalista, como sendo o responsável pela degradação ambiental. A forma de combatê-lo seria combatendo o capitalismo e não fazendo campanhas anticonsumistas dirigidas aos indivíduos. Na França realizou-se um debate sobre Ecologia e Revolução que, dentre outros, contou com Goldsmith, Marcuse e Bosquet.

Já para um dos mais importantes teóricos sobre desenvolvimento sustentável, Ignacy Sachs (1993), o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolúvelmente vinculados e devem ser tratados mediante mudança das formas de utilização do crescimento dos países. Para tanto, três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

³ Nasceu em Maitoba, na cidade d Oak, em 1929, o ano da grande depressão. Trabalhou como aprendiz no comércio de peles na Hudson's Bay Company, nos territórios do nordeste do Canadá, onde se apaixonou pelo meio ambiente e aprendeu a respeitar a população nativa. Aos 18 anos, começou a trabalhar como funcionário da segurança da sede das Nações Unidas, e depois retornou ao Canadá, onde trabalhou como analista de seguros nos mercados petrolíferos e de mineração. Por volta dos 35 anos, ele havia se tornado presidente da Power Corporation of Canadá, uma das maiores corporações do país. Abandonou sua carreira de negócios para assumir o cargo de secretário-geral da Conferência sobre Meio Ambiente Humano das Nações Unidas, realizada no ano de 1972, em Estocolmo, e posteriormente tornou-se o primeiro diretor executivo do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. Em seguida, retornou ao Canadá para dirigir a companhia petrolífera estatal, a Pedro-Canadá.

Para ele, *o desenvolvimento que não é sustentável não é desenvolvimento*. O desenvolvimento dos países do Hemisfério Norte não é sustentável e, como tal, não se deve tornar um modelo a ser seguido.

Sachs (1993) defini cinco componentes para o desenvolvimento sustentável; primeiro o componente social – a prioridade é melhorar a qualidade de vida das pessoas. Segundo é o cultural; terceiro é o componente ecológico – significa não comprometer as condições de desenvolvimento futuras; quarto, pressupõe um equilíbrio espacial – ou seja, não provocar concentrações urbanas excessivas e vazios populacionais em outras regiões. A última, na classificação de Sachs, é o componente econômico – para ele é evidente que a eficiência econômica deve ser buscada, o problema é que se faz desse item prioridade.

“A sociedade industrial reduz a multiplicidade natural. Concorrentes são eliminados na medida em que lhes são retiradas as bases vitais: concorrentes que não conseguem se defender, povos indígenas, espécies animais e vegetais. Quando se extingue uma espécie de ave, extinguem-se meia espécie de mamíferos, duas espécies de peixes, 35 espécies de plantas e 90 espécies de insetos. O curso da evolução é influenciado por uma espécie, precisamente pelo *homo sapiens*, em uma velocidade jamais ocorrida antes na história da vida na Terra (Altvater, 1995: 30)”

A teoria do ecodesenvolvimento referiu-se inicialmente às regiões rurais da África, Ásia e América Latina; ela ganhou cada vez mais uma visão das inter-relações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento. Podemos constatar que os debates sobre ecodesenvolvimento prepararam a adoção posterior do desenvolvimento sustentável. Sachs

usa hoje frequentemente os conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável como sinônimos (Brüseke, 1995).

Durante a I Conferência Mundial de Meio Ambiente, em Estocolmo, foi debatido o conceito de desenvolvimento sustentável que foi definido por Ignacy Sachs como uma idéia simples, o qual deve promover o desenvolvimento através da exploração de recursos naturais, mas de uma maneira que não seja predatória e que não esgote esses recursos.

O Relatório Brundtland é o resultado do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED). Os presidentes desta comissão eram Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, daí o nome do relatório final. O relatório parte de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos da sociedade global. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual. O relatório apresentou uma lista de medidas a serem tomadas no nível do Estado nacional, entre elas: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia da alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores.

Para Brüseke (1995), tanto a publicação do Clube de Roma – *Limites do crescimento* – quanto a Conferência de Estocolmo, foram conseqüência de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente, discussões que, de forma esparsa, começaram nos

anos 60 e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade que possibilitou a primeira grande discussão internacional culminando na Conferência de Estocolmo em 1972.

As teses e conclusões básicas do grupo de pesquisadores do Clube de Roma coordenado por Dennis Meadows (1972) são:

- 1) Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.
- 2) É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa da Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
- 3) Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores, serão suas possibilidades de êxito.

Em decorrência da Conferência de Estocolmo, foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Programa Observação Terra (Earthwatch), que monitora as diversas formas de poluição. Foi também criada a CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Entretanto, Altvater (1995) afirma que, o desenvolvimento é contrário à proteção do meio ambiente. Pois, para ele, a riqueza medida pelo grau de industrialização, e pelo que

ela possibilita em termos de oferta de bens de consumo e de utensílios, é aumentada na mesma proporção que a pobreza. A distância entre riqueza e pobreza não avança apenas em termos globais, mas em praticamente todas as sociedades nacionais.

Dessa forma, podemos dizer que, os limites do desenvolvimento sustentável está na necessidade da superação do modo de produção atual, ou seja, na produção e reprodução da sociedade atual, a qual é norteada por uma ética de exploração, daí a necessidade de criarmos uma nova sociedade fundada em novos valores.

2.2. A declaração de Cocoyoc

A Declaração de Cocoyoc, em 1974, um documento marcante no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, foi o resultado de uma reunião do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD.

Segundo Lima (1997), na reunião, se avançou sobre o modelo sugerido por Sachs, trazendo à discussão a conexão existente entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas, devido a seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição.

As posições de Cocoyoc foram aprofundadas no relatório final de um projeto da Fundação Dag-Hammarskjöld com participação de pesquisadores e políticos de 48 países. O UNEP e mais de treze organizações da ONU contribuíram. Este relatório aponta, e ultrapassa outros documentos até então elaborados para a problemática do abuso de poder e sua interligação com a degradação ecológica. Assim, ele mostra que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura na mão de uma minoria social e dos

colonizadores europeus. Grandes massas da população original foram expulsas e marginalizadas sendo forçadas a usar solos menos apropriados. Isso levou a devastação de paisagens inteiras em inúmeros lugares. O Relatório Dag-Hamarskjöld divide com a Declaração de Cocoyok o otimismo que se baseia na confiança de um desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças (*self-reliance*). O radicalismo dos dois documentos expressa-se na exigência de mudanças nas estruturas de propriedade no campo, esboçando o controle dos produtores sobre os meios de produção (BRÜSEKE, 1995).

Em 1975, o Relatório Que Faire, apresentado pela Fundação Dag – Hamarskjöld com participação de pesquisadores e políticos de 48 países e contribuições da UNEP e outras 13 organizações da ONU, reforça os argumentos de Cocoyok. Nele, apresentam-se críticas contundentes ao abuso de poder dos desenvolvidos, ao excesso de interferência desses países nos destinos do terceiro mundo e às graves conseqüências ambientais, daí resultantes. Depositam esperanças em estratégias de desenvolvimento baseados na autoconfiança (*self-reliance*) e autonomia dos países pobres. Devido a seu caráter radical, sofre resistências e rejeição por parte de governos, cientistas e políticos conservadores (LIMA, 1997).

De acordo com Viola e Leis (1990), pode-se observar que durante as décadas de 70 e 80 a crise ambiental latino-americana se agravou devido ao deslocamento, para alguns países latino-americanos, de indústrias altamente contaminantes, que sofrem oposição nos países do primeiro mundo (química, petroquímica etc), de indústrias intensivas em energia (alumínio) ao estabelecimento de usinas nucleares na Argentina, Brasil, México e Cuba. E também pela intervenção na América Latina na maioria dos ecossistemas naturais, convertendo-os em agrossistemas mecanizados à base de grandes fluxos de petróleo e

utilização cada vez mais generalizada de fertilizantes e agrotóxicos (CEPAL-PNUMA, 1985 apud Viola e Leis, 1990).

Conforme Viola (1999), em meados da década de 80, a humanidade toma consciência da globalização e do risco da degradação ambiental, que de fato já existia desde a década de 1950 em função da capacidade destrutiva das armas nucleares e do potencial de contaminação - do ar, água, solo e cadeias alimentares - por parte da indústria química e nuclear.

É nesse momento que fora da academia, um grupo de intelectuais ganham adeptos com suas manifestações literárias. Essa literatura de caráter militante consagra aqueles que seriam o núcleo orgânico da identidade verde no Brasil: Fernando Gabeira, Carlos Minc, Alfredo Sirkis. Dessa forma, pode-se dizer que a esquerda incorporou as suas reivindicações as idéias ecologistas nos anos 80, pois, muitos “vermelhos”, comunistas, socialistas, militantes da esquerda brasileira dos tempos da ditadura militar, voltaram do exílio com novas reflexões.

Herdeiros do Partido Verde alemão, denominando-se ecossocialistas; Gabeira, Minc e Sirkis propuseram-se a criar o Partido Verde em 1985. Todo um trabalho de caráter estritamente político, foi efetuado pelo chamado “Bloco Verde” na Constituinte (1986-88). Conseqüência desse fato, nos anos 80 foram palco de uma série de leis federais e estaduais de proteção ao meio ambiente.

Pode-se dizer que como conseqüência desse processo de luta ambiental, foi instituído na Constituição Brasileira de 1988 o artigo 225, afirmando o direito e dever de proteção do meio ambiente para gerações futuras.

No final da década de 1980, Chico Mendes é assassinado em Xapuri (Acre), fato que repercuti na imagem do Brasil no início da década de 90, fazendo com que o país

passasse a ocupar o cenário global. A esse episódio seguiram-se fotos de satélite identificando a devastação causada pelas queimadas, estampadas em jornais de todo o mundo; as sistemáticas denúncias de Lutzenberger⁴ em encontros internacionais e a aparente impunidade que cercou a morte de Chico Mendes.

Esses fatos contribuíram para que os países tivessem uma imagem negativa do Brasil com relação às suas responsabilidades no agravamento dos problemas ecológicos globais (caso do aquecimento terrestre) e na manutenção de patrimônios naturais considerados de interesse da humanidade, como a Amazônia.

Com relação à análise teórica desses movimentos, nos anos 70 e início dos anos 80, a literatura os caracterizava como um novo movimento social, pois segundo Ferreira (2001) isso se deu pelo fato de que, emergindo no seio das classes médias intelectualizadas dos grandes centros urbanos, parecia a todos que, tal qual do movimento estudantil, de minorias étnicas, de gênero ou de liberação de costumes, seu objetivo central seria muito mais a aceitação das suas idéias e identidade como grupo social diferenciado do que a transformação da sociedade como um todo; muito mais o seu reconhecimento em si, como

⁴ Ambientalista e ex-secretário do Meio Ambiente no governo brasileiro, precursor das idéias para uma política ambiental no Brasil, elaborou dez princípios para uma política ambiental brasileira. Tais princípios foram: 1) A questão ambiental deve ser considerada em sua globalidade e entendida como uma preocupação planetária; 2) A preocupação ambiental é prioridade do governo e deve substituir a concepção de desenvolvimento a qualquer preço por uma estratégia de eco-desenvolvimento; 3) Todo cidadão brasileiro, individualmente ou através das suas formas de organização, governamentais ou não, deve assumir o papel de guardião de seu ambiente natural; 4) Garantias devem ser internalizadas em todos os projetos, ponderados os danos com os benefícios, de modo que a sanidade e integridade ambiental fiquem garantidas como bem inalienável de toda comunidade; 5) O país deve buscar e pesquisar tecnologia adequada ao ambiente natural em todos os seus projetos produtivos, especialmente naqueles relacionados com a geração energética; 6) Um amplo programa de educação ecológica em todos os níveis de ensino, formal ou não, deverá ser implantado; 7) O saneamento básico, o ruído urbano, a poluição do ar e das águas, a coleta, o transporte, a reciclagem e o destino final do lixo e todos os demais resíduos merecerão especial atenção, tendo em vista a melhoria da vida das populações urbanas; 8) As práticas agrícolas deverão privilegiar os métodos orgânicos da agricultura regenerativa. A biotecnologia terá orientação ecológica e social, não poderá ser apropriada pelas corporações nacionais e transnacionais; 9) Os diversos ecossistemas do País deverão ser protegidos, objetivando a preservação do processo evolutivo dos biomas em sua globalidade; 10) O zoneamento ecológico e econômico deverá ser priorizado e respeitado com forma de se promover a ordenação do território em bases de sustentabilidade de seus recursos naturais.

especificidade, por outras categorias de sujeitos, do que a proposta de transformá-las segundo seus parâmetros e propósitos.

3. As décadas de 1980 e 1990

Um longo caminho foi percorrido desde o memorável Encontro de Founex⁵ em junho de 1971. Parte do processo de preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, o encontro analisou a relação intensa e circular entre meio ambiente e desenvolvimento. Avançando nessa linha de pensamento, em 1979 e 1980 o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) realizou, com a colaboração das Comissões Regionais das Nações Unidas, uma importante série de seminários sobre estilos alternativos de desenvolvimento. Esses esforços refletiram-se no Relatório Brundtland (1987), conduzindo finalmente à convocação da Conferência do Rio de Janeiro, que em seu próprio título reconhece meio ambiente e desenvolvimento como dois lados da mesma moeda (SACHS, 1993).

É no final da década de 70 e durante a década de 80 que países de todo o mundo, principalmente os países desenvolvidos, que são os primeiros a sentirem as conseqüências de tal destruição, intensificam a discussão sobre esta problemática realizando conferências organizadas pela ONU – Organização das Nações Unidas.

Durante cinco anos, entre 1983 a 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente (CMMAD), composta por 21 países-membros da ONU e presidida pela Dra. Gro Harlem Brundtland (Primeira Ministra da Noruega), pesquisou a situação de degradação ambiental

⁵ Aconteceu em junho de 1971 na Suíça, foi um encontro preparatório para a I Conferência de Desenvolvimento Humano em Estocolmo, onde iniciou-se a reflexão a respeito da questão dos problemas

e econômica do planeta. Em 1987 a CMMAD produziu seu Relatório, que ficou conhecido como Relatório Brundtland. Tal relatório, serviu de fundamentação para a elaboração de propostas políticas para os debates na Rio 92, trouxe dois conceitos: o “desenvolvimento sustentável” e o de uma “nova ordem econômica internacional”.

Segundo Herculano (1992), as propostas e análises do Relatório Brundtland partem do pressuposto de que é possível e desejável conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, coisas até então tidas por incompatíveis. O mote do Relatório é a busca do “desenvolvimento sustentável”, a ser alcançado através de uma “nova ordem econômica internacional”. Nos termos do Relatório, “Desenvolvimento Sustentável” é definido como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas”; é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras; é um desenvolvimento que mantém as opções futuras; é uma correção, uma retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matéria-prima e mais eqüitativo em seu impacto. Em suma, o desenvolvimento sustentável pressupõe o crescimento para todos e cogita dos direitos das gerações futuras de ter acesso aos recursos da natureza para a sua sobrevivência. Trata-se, de uma modificação radical no modo de exploração dos recursos naturais de maneira que esses recursos possam ser utilizados pelas futuras gerações.

Entretanto, um desenvolvimento que não agrida o meio ambiente e que garanta a sobrevivência de gerações futuras deveria superar o modo de produção atual, reinventando

causados pelo desenvolvimento baseado no crescimento econômico.

novas formas de produção social, na qual garantisse a preservação dos recursos naturais e a não exploração do trabalho do ser humano.

Segundo Gennari (2002), transcorridos vinte anos de ditadura militar, a sociedade brasileira experimentou, em meados dos anos oitenta, algumas mudanças profundas representadas de um lado pela abertura política, e de outro lado pela profunda crise econômica, oriunda fundamentalmente do esgotamento do padrão de financiamento da acumulação (dívida externa elevadíssima, recrudescimento do processo inflacionário, estagnação, etc) e das mudanças estruturais por que passava o modo de produção capitalista em nível mundial.

Tais mudanças ocorreram também no momento em que o mundo se vê diante de uma ameaça de sobrevivência pelo avanço intenso no esgotamento dos recursos naturais planetário e pela proliferação de desastres ecológicos conjuntamente com o agravamento da pobreza mundial, a sociedade deve preocupar-se agora intensamente com os problemas ambientais. Pois é principalmente no final do século XX que o planeta começa a dar sinais de esgotamento após anos de exploração irracional e maciça em prol da acumulação do capital, que tem como consequência a extinção de espécies vegetais e animais, além do intenso sacrifício de diversos povos que vivem em intensa miséria.

No Brasil, segundo Herculano (1992), o movimento ambientalista nos anos noventa carregava uma feição predominantemente social, identificando as questões relativas à deterioração da natureza e do meio ambiente construído a um “modelo de desenvolvimento” gerador de miséria para a sua população. Malvisto de início, tido por mimetização da classe média primeiro-mundista e por forma ingênua de entreguismo, o movimento cresceu no país, expandiu-se pelas várias regiões, com um caráter mais reativo às agressões sócio-ambientais ocorridas. Apesar dessa expansão, está longe de ser um

movimento de massas, mas pode-se dizer que tem ressonância, uma vez que seus militantes são formadores de opinião e multiplicadores de informação, devido a seu perfil profissional de alta escolaridade.

Entretanto, o que não podemos afirmar é se esse movimento conseguirá atingir o objetivo de efetivamente modificar a sociabilidade a ponto de introjetarmos na vida cotidiana e também na estrutura econômica e política de fato um modo de produção que se alie ao discurso do desenvolvimento sustentável.

Com a intensificação da abertura comercial e a criação de organizações para viabilizar as mudanças nas políticas alfandegárias (OMC), intensifica-se o comércio mundial (globalização) e também intensifica-se a abertura para acesso à exploração de matéria-prima no planeta. A sociedade age de forma a criar políticas e legislações para se evitar a destruição intensa do meio ambiente. Dessa forma, a preocupação com o meio ambiente toma lugar de destaque nos assuntos discutidos em todo o globo.

É na década de 90 que alguns acontecimentos, principalmente no Brasil, deixam claro uma nova posição do movimento ambientalista enquanto ator social. No início desta década já estava indicada qual seria a problemática central, a questão ambiental é encarada cada vez mais no contexto globalizante, como pode-se notar:

No dia 30 de janeiro de 1990, representantes brasileiros discutiam nos EUA propostas para uma nova política ambiental, segundo Arnolfo Carvalho, embora a iniciativa tenha um componente de política interna, no sentido do atendimento às pressões de grupos ecológicos americanos, o Governo brasileiro entende que haverá 'importantes desdobramentos práticos' para os demais

países envolvidos na questão ambiental, segundo uma fonte autorizada do Ministério da Economia (GM, 30 jan. 1990).

Disputando o direito de sediar a Conferência sobre Meio Ambiente, e desejando modificar o estado da opinião pública internacional, Fernando Collor, então presidente do Brasil, procurou reverter esse quadro, fazendo a demarcação das terras dos ianomâmis e firmando o acordo para sediar a Conferência sobre Meio Ambiente.

Segundo Crespo (1993), sobre a questão da demarcação das terras indígenas há sérias dúvidas com relação à permanência da conquista. A propósito da Conferência, surgiu uma discussão no governo de que o mérito de conseguir sediar a “maior conferência de cúpula da Terra” até o momento, foi da sociedade brasileira. Dessa forma podemos pensar que:

“O ambientalismo surpreendeu a todos, ou a si mesmo, quando começou a esboçar intenções mais amplas de se constituir como um ator que ultrapassava as classes médias para dialogar com outros segmentos sociais e quando ultrapassou também suas próprias idéias estabelecidas inicialmente, na posição genérica a uma sociedade predatória e imediatista, para esboçar algo que parecia constituir-se como novo projeto de sociedade (Ferreira, 2001)”.

Segundo Viola (1996), foi na década de 1990, como produto do processo preparatório da UNCED, que até os países mais retardatários (China, alguns países da África negra, alguns países árabes) iniciaram um debate sobre os problemas ambientais. O

progresso da consciência pública a respeito dos problemas ambientais tem a forma de uma curva crescente com curtos períodos de estagnação que são seguidos por novos períodos de crescimento. Assim, o ambientalismo surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente transformou-se num intenso movimento multissetoria; esse processo de desenvolvimento do ambientalismo como movimento histórico transnacional impactou profundamente as clivagens do sistema mundial no início da década de 1990.

Como consequência da preocupação com o meio ambiente por parte dos Estados-nação, no fim da década de 1990, países como México, Chile e Costa Rica desenvolveram suas políticas ambientais. Além disso, a Argentina e a Costa Rica desenvolveram suas políticas ambientais no âmbito internacional e assim foram consideradas mais responsáveis do que o Brasil em termos de política ambiental internacional (VIOLA, 1999).

Fica claro a necessidade dos Estados-nação em interar-se do processo de preocupação ambiental no âmbito internacional. Sobre esse processo pensamos que, mundo já não é o mesmo, segundo Ianni (1996), o planeta terra tornou-se o território da humanidade. A medida que se desenvolve a globalização, que o mercado se mundializa e expande-se a fábrica global, o globo terrestre se revela o nicho ecológico de todo o mundo. Muitos são os que passam a reconhecer que o céu e a terra, a água e o ar, a fauna e a flora, os recursos minerais e a camada de ozônio, tudo isso diz respeito a todos, aos que sabem e aos que não sabem, nos quatro cantos do mundo. Mas ao mesmo tempo que a globalização provoca uma nova consciência de que todos habitam o planeta Terra, cria também desafios teóricos. O que era local e nacional pode tornar-se também mundial. O que era antigo pode revelar-se de novo, renovado, moderno, contemporâneo. Formas de vida e trabalho,

imaginários e visões do mundo diferentes, às vezes radicalmente diversos, encontram-se, tencionam-se e recriam-se.

“Globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com a diferenciação e fragmentação. A sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia. Trata-se de uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. As mesmas relações e forças que promovem a integração suscitam o antagonismo, já que elas sempre se deparam com diversidades, alteridades, desigualdades, tensões, contradições. Desde o princípio, pois, a sociedade global traz no seu bojo as bases do seu movimento. Ela é necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica. A mesma globalização alimenta a diversidade de perspectivas, a multiplicidade dos modos de ser, a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação; com ressalva fundamental de que todas as peculiaridades são levadas a recriar-se no espelho desse novo horizonte, no contraponto das relações, processos e estruturas que configuram a globalização (IANNI, 1996: 100)”.

Conforme Guimarães (2001), o caráter da globalização, ou pelo menos a difusão da ideologia neo conservadora sustentada pela atual modernidade hegemônica, só permite às nossas sociedades optar por dois caminhos alternativos: se integrarem de forma subordinada e dependente ao mercado-mundo, ou só lhes restam a ilusão da autonomia, com a realidade do atraso. No entanto, o verdadeiro problema não é a existência evidente de tendências que buscam se inserir na economia globalizada, e sim que tipo de inserção

nos é conveniente, nos permite tomar as rédeas do crescimento em bases nacionais e conservar a identidade cultural, a coesão social e a integridade ambiental em nossos países.

Com relação ao processo de globalização, para Leis (1998), do ponto de vista do ambientalismo, o fato mais importante não residiu na assinatura dos acordos pelos governos, mas a constituição definitiva de um espaço público global, com relativa capacidade para construir consensos, onde se encontraram as diversas dimensões que compõem o ambientalismo, com raízes tanto no Sul quanto no Norte, no Leste, permitindo o destaque não apenas dos ambientalistas *stricto sensu*, mas de todo tipo de atores pertencentes aos campos da ciência, da política, da sociedade civil, da economia, da cultura e da religião.

Ainda segundo Leis (1993), existe uma crescente consciência de que as realidades e os problemas de hoje são globais, e, portanto suas resoluções também devem sê-las. Desse modo, a importância da ecologia na política mundial consiste, precisamente, em tornar amplamente visível e inegável a necessidade de mudança. Pois a crise ambiental é global e comum a todos, o que quer dizer que atravessa e invade as fronteiras dos Estados e das classes sociais.

Nas últimas décadas estamos assistindo a rápida emergência de um "novo" movimento inspirado em princípios de proteção ambiental que a rigor, é a continuação histórica do contra movimento de proteção social surgido basicamente no século XIX, de caráter defensivo frente aos aspectos deletérios da expansão do mercado e se inspiram na necessidade de preservar relações de solidariedade e cooperação entre os homens e entre estes e a natureza (Leis, 1993).

As questões colocadas por esse movimento quando propõem mudanças-chave na estrutura de produção e consumo, guardam em última instância, um potencial de transformação da sociedade dos processos de socialização culturais e políticos, da própria ordem estabelecida e do modelo de desenvolvimento hegemônico (SILVA-SÁNCHEZ, 2000).

Segundo os ambientalistas, “desenvolvimento sustentável” é uma antiga aspiração sua e requer a determinação de novas prioridades pela sociedade, uma nova ética do comportamento humano e uma recuperação do primado dos interesses sociais coletivos. “Desenvolvimento Sustentável” englobaria, assim, “um conjunto de mudanças-chave na estrutura de produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e miséria social a partir de suas causas. Esta concepção ambientalista de “desenvolvimento sustentável” estaria sendo adulterada na medida em que é interpretada por diferentes atores sociais, passando a ser percebida ora como “porta de entrada, no país, de mecanismos internacionais de controle sobre o nosso “patrimônio natural”, ora como uma estratégia de expansão de mercado e do lucro. Dessa forma, a questão do “desenvolvimento sustentável” a ser conseguido através de uma “nova ordem econômica internacional”, é algo dúbio, vago e, portanto, se presta a inúmeras polêmicas, a mais central delas girando em torno da conciliação entre preservação ambiental e garantia da manutenção do crescimento econômico (Herculano, 1992).

Apesar da lentidão constante para resoluções acerca da problemática ambiental brasileira, houve avanços significativos no arcabouço legal do país e principalmente na consciência da população brasileira sobre a importância do meio ambiente e o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais. Estes acontecimentos se deram, em grande parte, devido a participação da sociedade civil nas decisões governamentais que

cresceu de forma consistente, embora haja uma inquestionável crise de governança e de fragilidade dos meios de implantação.

Segundo Herculano (1992), paralela à Conferência de Estocolmo foi realizada outra conferência, organizada por intelectuais, grupos ecológicos e movimentos sociais que não se sentiam representados na Conferência oficial dos Chefes de Estado. Vinte anos após, essa conferência paralela se ramifica numa constelação de conferências simultâneas, tendo por denominação a Conferência Global: conferência dos jovens, dos cientistas, dos empresários etc, a Conferência das Organizações Não-Governamentais –ONGs – e dos Movimentos Populares.

A fim de ter a participação ativa em todo esse processo, os militantes ambientalistas e sociais brasileiros se organizaram em um Fórum – o Fórum das ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil – sobre meio ambiente e Desenvolvimento – Brasil 92. Criado em junho de 1990, este Fórum passou de 40 entidades-membros naquela época para cerca de 1000 entidades, tendo já realizado sete Encontros Nacionais até o ano de 1992. Seu perfil é pluralista, abrigando ONGs de defesa dos direitos indígenas, de negros, de mulheres, entidades sindicais, grupos religiosos, associações de moradores, de jovens, institutos de assessoria a movimentos populares, além dos ambientalistas propriamente ditos. Contudo, um perfil comum é exigido a seus postulantes: o de serem críticos e independentes em relação ao “modelo de desenvolvimento atual” (Herculano, 1992).

“A crescente proteção do ambientalismo sobre as relações internacionais, nos últimos 20 anos, é uma mostra de sua enorme potencialidade transformadora em escala global. O “segredo” deste tremendo poder transformador do mundo contemporâneo se

encontra, precisamente, no forte apoio do ambientalismo no mundo vivido. A eficácia transformadora do ambientalismo se realiza na aposta da prática (discursiva) do equilíbrio entre as forças e princípios do realismo com o idealismo. Uma sociedade ecologicamente orientada supõe um mundo melhor, definido não apenas a partir de uma (efêmera) transformação instrumental da realidade, mas também de uma transformação da subjetividade da humanidade que faça mais cooperativos os Estados, classes sociais e os seres humanos entre si e com a natureza (Leis, 1993)”

Entretanto, os fatos cotidianos e as grandes contradições da história no início do século XXI, como guerras, disputas internacionais por recursos escassos (principalmente energia), miséria e fome por grande parte do hemisfério sul tornam complexas, senão duvidosas tais previsões otimistas.

Contudo, não podemos deixar de afirmar que as pressões do movimento ambientalista além de poderem proporcionar o nascimento de uma sociedade que mude o seu modo de se relacionar com a natureza, podem ser, em última instância, um dos pontos fundamentais para uma mudança social que atinja o centro da problemática dos dias atuais, uma mudança ética.

Para Guimarães (2001), o componente ético e de justiça social que, na essência, caracteriza as duas opções de resistência à modernidade – primeiro o socialismo que representou a resistência anti-sistêmica e segundo o ambientalismo que representa a resistência ao consumo - as torna semelhantes também em seu caráter anti-sistêmico com relação à acumulação capitalista. Ao propósito original do socialismo de contrapor um limite social à racionalidade econômica da modernidade do século passado acrescenta-se

um limite ecossocial, por meio do qual o ambientalismo antepõe a biosfera à lógica econômica do mercado.

O ambientalismo, ao contrário, não pretende constituir-se em movimento político partidário ou em via única e exclusiva de resistência à nova modernidade, o que, diga -se de passagem, explica em boa medida o fracasso dos partidos verdes de um modo geral. Ao assumirem-se como organizações da sociedade civil voltadas antes para o ser humano que para o cidadão ou para o consumidor, essas organizações concordam que o ambientalismo aspira a muito mais que o poder. Simplesmente aspira a mudar a política em si mesma. Tal como indica o lema do Partido Verde alemão: “Não estamos nem à direita nem à esquerda, estamos simplesmente à frente” (Guimarães, 2001).

Em última instância, o ambientalismo possui a virtualidade do resgate ao combate da acumulação do capital, na sua forma mais radical – aquela que contrapõe a questão do desenvolvimento capitalista a proteção ambiental e conseqüentemente a mudança na estrutura da sociedade. Porém, pode-se verificar que há várias formas de manifestação ao combate da destruição ambiental que está muito distante do combate à modernidade do consumo e muito mais distante do combate à produção destrutiva do capital, pois uma parte significativa do movimento acaba adaptando a sociedade capitalista a formas mais brandas de destruição ambiental, criando nichos de consumo ambiental, por exemplo.

CAPÍTULO II

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 e a participação dos atores sociais

“O mundo não será o mesmo após o Grande Encontro da Terra. Os historiadores do futuro, provavelmente, considerarão a Conferência do Rio de Janeiro como um momento decisivo na busca de uma nova ordem internacional, baseada no desenvolvimento equitativo e na segurança ambiental” (SACHS, 1993: 07).

Para esse capítulo escolhemos a Eco 92, que teve lugar no Brasil e que foi a reunião mais importante até então ocorrida no campo do ambientalismo. Tal importância pode ser confirmada pela capacidade que a Conferência teve em reunir mais de cem de

representantes de Estado além de representantes da sociedade civil preocupados com as mudanças ocorridas no nosso planeta que desde o século XX começava a mostrar as ameaças de sobrevivência da humanidade.

Fizemos uma discussão acerca da ECO 92 ou Rio 92, como todos falavam, na tentativa de compreender o papel do movimento ambientalista nesse momento tão importante para a história do ambientalismo no mundo. Fizemos uma introdução falando sobre a reunião, a sua preparação, a importância do Brasil em sediar este evento, incluindo a discussão sobre os seus atores sociais participantes, tanto no que diz respeito à participação dos 180 chefes de Estado quanto ao processo de intensificação das forças do movimento ambientalista e, finalmente fizemos uma discussão sobre as resoluções e caminhos traçados pelos participantes da Cúpula. Além da Bibliografia produzida nos Centros Latino Americanos e da pesquisa na grande imprensa brasileira, também analisaremos o Relatório do Brasil confeccionado pela CIMA-Comissão Interministerial de Meio Ambiente, que foi utilizado na Reunião da ONU.

1. A reunião: seus preparativos e objetivos

A ECO – 92 aconteceu de 03 a 13 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro. A escolha de um país em desenvolvimento, ou subordinado, como o Brasil para sediar a Segunda Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), foi proposital. Esta conferência dá prosseguimento aos debates travados em 1972, na Suécia, durante a realização da Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano (Estocolmo 72).

O enfoque da reunião, vinte anos após a primeira, ocorrida em Estocolmo foi a vinculação entre problemas ambientais e as dificuldades econômicas que os países em desenvolvimento enfrentam.

O fato de o Brasil ter sediado essa Conferência, significou uma posição privilegiada nos debates e, uma boa participação na divisão dos investimentos financeiros destinados aos danos ecológicos. O investimento foi da ordem de 125 bilhões de dólares anuais, o que levou Maurice Strong, então secretário do Meio Ambiente do Brasil em 1992, a declarar que esperava um investimento significativamente maior.

A Rio-92 teve como principais objetivos; identificar estratégias regionais e globais para ações referentes às principais questões ambientais; examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países ditos em desenvolvimento.

Um dos objetivos da Eco-92 era conseguir que os países ricos do Hemisfério Norte pagassem a conta da limpeza do planeta e da instalação do desenvolvimento sustentável;

para tanto, líderes de mais de uma centena de países e outros 30 000 participantes reuniram-se na Conferência. Até aquele momento foi o mais abrangente e ambicioso encontro internacional já realizado em toda a história da humanidade. Sua ambição era criar um código de conduta montado para legitimar o poder de alterar as relações entre os países. A reunião foi realizada em instalações do Rio-centro, em Jacarepaguá, com ramificações em dezenas de outros locais do Rio de Janeiro (RV, 03 jun. 1992).

Segundo a Ministra Norueguesa Dra. Brundtland,

o termo “desenvolvimento” não foi incluído nas discussões da reunião de Estocolmo e de que esse fato já evidenciava uma mudança na percepção sobre os problemas ambientais. Para ela, este era o momento para todos tivessem o sentimento de interdependência e de que as responsabilidades são comuns entre países ricos e países pobres e de que a pobreza é um dos maiores poluidores da natureza (GM, 02 fev.1990).

Brundtland, renomada ambientalista e coordenadora do relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, concluído em 1987- defende a tese do “desenvolvimento sustentável”. A tese contém dois conceitos fundamentais: o de que se deve dar prioridade às necessidades dos pobres e de que novas tecnologias não poluentes devem ser colocadas à disposição dos países em desenvolvimento. Brundtland afirmou que os quase três anos de preparação para a conferência deveriam servir para que os países refletissem sobre como redistribuir melhor a renda, não só internacionalmente, mas também no nível nacional. Brundtland foi

favorável à obtenção de verbas adicionais provenientes de países ricos para financiar a proteção dos recursos naturais. Para isso, defendeu a idéia da criação de um fundo internacional para a defesa das condições climáticas que seria formado com a doação de um montante anual equivalente a 0,1% do Produto Interno Bruto de cada país considerado rico. Esse dinheiro poderia ser usado para implementar o desenvolvimento sustentável em programas como salvação das florestas tropicais e para combate dos efeitos negativos que afetam o clima do mundo. Naquele momento, segundo Brundtland, estava em discussão, sobretudo no painel intergovernamental sobre alterações climáticas, constituído

em 1988 no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM), a criação de uma taxa sobre uso de combustíveis fósseis e de um imposto sobre a quantidade de emissão de gases originados desses combustíveis (GM, 02 fev.1990).

A proposta de Brundtland, de criação de um fundo internacional, era semelhante à defendida pelo presidente eleito pelo Brasil, na ocasião, Fernando Collor de Mello, que durante a campanha eleitoral, em contatos com autoridades europeias, apresentou a idéia de se taxarem os países que mais poluísem. Esses acordos com Collor deveriam financiar a reparação dos estragos cometidos contra a natureza. Proposta de autoria do professor Samuel Benchmol.

Outro ponto importante discutido com Brundtland diz respeito ao futuro da Amazônia, ela disse que seria importante chegar a uma solução sustentável que não levasse a um solapamento da região amazônica, que contém recursos importantes para toda a comunidade internacional. Para ela, seria importante chegar a acordos que pudessem ultrapassar as barreiras internacionais.

Para a preparação da Conferência de 1992, a Assembléia Geral da ONU, na própria resolução que convocou a Conferência do Rio, convidou todos os Estados a prepararem relatórios nacionais para o Comitê Preparatório da Conferência.

Para tanto, a preparação da participação brasileira na Conferência ficou a cargo da CIMA - Comissão Interministerial sobre Meio Ambiente, criada em 16 de abril de 1990 pelo Decreto nº 99.221. A CIMA foi presidida pelo Ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek, tendo como membros, representantes dos seguintes órgãos: Itamaraty, secretarias do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e de Assuntos Estratégicos, ligadas a

Presidência da República. Participam também as secretarias nacionais de Planejamento, Economia, Energia, Minas e Metalurgia. Com assessoramento ainda do Ibama, Instituto de Pesquisas Espaciais, Embrapa, Instituto Nacional de Meteorologia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Com destaque para o Secretário do Meio Ambiente José Antônio Lutzenberger, tendo como assessores 7 Institutos e Empresas de Pesquisas e ainda 4 representantes observadores, destacando-se o representante do Fórum das Organizações Não-Governamentais para a Conferência de 1992, João Paulo Capobianco. Além dessa comissão, o governo criou um Grupo de Trabalho Nacional – GTN, presidido pelo Secretário da Administração, Carlos Garcia, encarregado de organizar toda a logística do evento. Tendo como coordenador do trabalho Roberto Guimarães, da CEPAL.

Com relação à preocupação do governo brasileiro em sediar essa conferência, segundo Rezek, o Brasil se empenhou em duas tarefas:

alcançar níveis de desenvolvimento a partir de recursos naturais de que dispõe e não se eximir das suas obrigações, como a de “alertar” aquelas nações que, por seus processos de produção, historicamente são as que mais agridem a natureza e contribuem para deteriorar a qualidade de vida do planeta. O fato era tornar público o artigo 225 da Constituição, onde está decretado que devemos proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações de brasileiros (GM, 07 jun. 1990).

Outro fato de grande relevância foi a participação de 200 cientistas e ambientalistas do mundo todo, no primeiro de uma série de encontros preparatórios da Conferência de 1992 que aconteceu em São Paulo dois anos antes da ECO 92, promovido pela

Universidade de São Paulo e pelo The Woods Hole Research Center, um Instituto de Pesquisa de Massachussetts. No seminário discutiram o aquecimento da Terra e o desenvolvimento sustentável.

A reunião teve um caráter científico e ao mesmo tempo apocalíptico; para os presentes, a Conferência das Nações Unidas de 1992 seria a última chance do século. José Goldemberg destacou que a temperatura mundial subiu 0,5 grau centígrado no século, o que não é pouco. Philip Fearnside, do departamento de ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), destacou que o desmatamento de florestas e cerrados joga na atmosfera, 270 milhões de toneladas de carbono bruto, todos os anos. Alberto Setzer, do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), de São José dos Campos, citou dados igualmente aterradores: destacando que no dia de agosto de 1989, o satélite captou a imagem de mais de 3200 focos de queimadas apenas no Mato Grosso. James G. Speth, presidente do World Resources Institute, de Washington, divulgou um relatório polêmico onde o Brasil, naquele momento, além de ser campeão mundial de desmatamento, também era o terceiro país responsável pela emissão de gases que produzem o efeito estufa – com o despejo de 610 milhões de toneladas métricas de carbono na atmosfera (GM, 19 jun. 1990).

Diplomaticamente, representantes de países do Norte e do Sul entraram em conflito quando o assunto foi o aumento do efeito estufa:

é verdade que as queimadas da Amazônia contribuem com 5% da emissão de gases do efeito estufa, mas a responsabilidade maior, segundo Goldemberg,

neste caso é dos países industrializados, que queimam combustíveis fósseis (GM, 19 jun. 1990).

A surpresa maior foi com a mudança da posição brasileira em relação a problemática ambiental, contrária àquela defendida pelo Brasil em 1972, na Conferência de Estocolmo, onde representou o descompromisso com o meio ambiente, pois a sua preocupação era com o crescimento econômico. O Norte estava satisfatoriamente unido em suas preocupações ecológicas e o Sul desconfiava que havia alguma coisa perversa atrás daquela nova iniciativa ecológica, como por exemplo manter as disparidades de crescimento entre os dois hemisférios e desse modo as diferenças de desenvolvimento. Apenas vinte anos depois o Brasil surpreende aparecendo como anfitrião da maior reunião ecológica até então ocorrida na história. A opinião da imprensa soava como se o Brasil estivesse dando um cheque-mate:

Foi uma ousada iniciativa da parte do Brasil, que na época da decisão sobre a localização da conferência aparecia para o mundo como um paria em razão das colossais queimadas na Amazônia. Muito provavelmente isso foi um elemento importante na decisão de lutar por sua escolha como país sede da conferência. Houve claramente, no entanto, uma intenção genuína evidenciada pelo esforço constante feito pelo Brasil, para ser ao mesmo tempo o anfitrião e um negociador construtivo (RV, 03 jun. 1992).

Um dos pontos fortes da Eco-92 foi a questão do dinheiro. A preocupação era saber como fazer para que um pouco da riqueza exorbitante do Primeiro Mundo fosse transferida

para diminuir a pobreza do Terceiro Mundo. O consenso durante a reunião foi idéia de que a miséria é um dos grandes agentes dos problemas ambientais mundiais.

Entretanto, sabemos que os países ditos em desenvolvimento, ou melhor, os países periféricos possuem também uma riqueza exorbitante, em proporções talvez até maiores do que em muitos países do norte (dominantes), a questão diferencial está no fato de que nos países periféricos, como por exemplo, no Brasil, a concentração de renda proporciona níveis de desigualdade social inimagináveis por muitos cidadãos dos países do norte.

Dessa forma, o diálogo e as negociações se dividiam em dois grupos:

os países ricos (do hemisfério norte) e os países pobres (do hemisfério sul). A cobrança por parte dos países ricos em relação aos países pobres foi intensa no que diz respeito a questão populacional, mostraram-se adeptos da teoria malthusiana, entretanto não disseram isso claramente, mas fizeram duras cobranças por um controle populacional mais eficaz. Para eles os países pobres crescem sempre em direção as suas fronteiras selvagens, onde estão os recursos biológicos que estão em discussão procurando salvar (RV, 03 jun. 1992).

Esta questão é polêmica, envolve a defesa de argumentos preservacionistas, que são contra a existência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas consideradas restritivas, para eles existe uma incompatibilidade entre a presença das populações e a proteção da biodiversidade.

Mas será que esse discurso salvacionista tem algum fundamento político? Provavelmente os motivos reais para as críticas em relação ao avanço da destruição ambiental por parte dos países “em desenvolvimento” está relacionada aos interesses econômicos dos países do norte em relação aos nossos recursos naturais. Já que em nenhum

momento os representantes dos países dominantes tocaram na questão da população envolvida, como se os países detentores de reservas ecológicas fossem áreas com necessidade de ser preservada para a manutenção da vida biológica do globo. Entretanto, sabemos que o processo colonizador europeu devastou durante séculos as reservas naturais de suas colônias, levando junto com essa devastação também povos existentes nas áreas de interesse à extração de riquezas naturais.

Outra questão de intensa preocupação abordada no evento foi o aquecimento anormal do planeta:

muitos cientistas já haviam previsto o seu acontecimento em consequência do acúmulo de gases de carbono na atmosfera. Os países industrializados lançam dez vezes mais gás carbônico na atmosfera do que os países pobres. Com relação a esta questão, o presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, exigiu que durante a Eco 92 fosse estabelecido um rigoroso controle sobre as queimadas nas selvas tropicais, fontes de gás carbônico mais freqüentes no Hemisfério Sul. E ainda Bush tentou ratificar o acordo que conseguir arrancar da ONU duas semanas antes da ECO-92, em que os países industrializados se eximem de compromissos palpáveis na redução de suas próprias emissões de gás carbônico. Em outras palavras, a posição defendida pela administração americana, responsabilizava os países pobres a resolver um problema que eles próprios contribuíram muito pouco para criar (RV, 03 jun. 1992).

A problemática desta questão está na emissão de gás por parte das indústrias, que encontravam-se concentradas numa proporção maior no hemisfério Norte. Como ilustração podemos afirmar que:

o Brasil era responsável, naquela ocasião, por apenas 3.7% do total desses gases ante os 60% emitidos pelos países desenvolvidos. Dessa forma, não só o governo brasileiro deveria acabar com as queimadas na Amazônia, mas os países industrializados precisariam reduzir a queima de combustíveis fósseis, responsáveis por mais da metade do total da emissão de dióxido de carbono do mundo (GM, 27 jul. 1990).

Para a opinião pública mundial, até bem pouco tempo comprava-se pelo mundo afora a idéia de que as queimadas na Amazônia eram a grande fonte de poluição da atmosfera. Hoje as pessoas medianamente informadas já sabem a verdade: quem polui mesmo são os países industrializados.

A expectativa otimista na reunião era que a Eco 92 fosse o começo de uma longa caminhada capaz de levar a uma vida mais digna à parte do planeta considerada desvalida. E, para todos, tanto dos países do hemisfério norte quanto do hemisfério sul, ricos e pobres, a garantia de que o mundo não seria mais espoliado de tal forma que comprometesse o sustentar da própria vida dos seus futuros habitantes.

Ao lado dos preparativos oficiais para o que pretendia ser o maior evento mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento do século XX, um outro setor movimentou-se para entrar em meio efetivo de participar da Conferência, de influenciar na confecção da sua agenda, podendo dessa forma influenciar nas decisões dos Estados-nação.

No Brasil tal setor foi constituído pelas instituições ambientalistas e de defesa dos direitos humanos que se autodenominam Organizações Não-Governamentais, ou simplesmente ONG. No exterior, mais especificamente na terminologia da ONU e das instituições a ela relacionadas, tal segmento é batizado de Setor Independente – um nome

que permite abrigar um espectro da sociedade mais amplo do que somente as ONGs, incluindo, por exemplo, indústrias, sindicatos, organizações de jovens e de direitos da mulher.

No primeiro Fórum das ONGs no Brasil que aconteceu em junho de 1990, foi eleito um comitê provisório, que

agrupou 9 organizações e que desencadeou em ações para a participação das ONGs na Conferência Oficial. No exterior o canal das ONGs de todo o mundo é uma fundação independente com sede em Genebra, o Centro para o Nosso Futuro Comum, que surgiu em abril de 1988, exatamente um ano após a Comissão Brundtland divulgar o relatório Nosso Futuro Comum, que traçou o quadro ambiental na década de 1970 e 1980 e a perspectiva futura para o meio ambiente no mundo. (GM, 20 jun. 1990).

As ONG brasileiras se reuniram em junho e setembro do mesmo ano em Brasília. As entidades defenderam a importância da participação de vários segmentos da sociedade, dentre eles, a indústria, os sindicatos, as nações indígenas, etc. Para o movimento, os problemas ambientais são tão complexos que as soluções não podem ser só dos governos.

Em dezembro de 1990, momento em que já estava definida a ponte entre as entidades não governamentais de todo o mundo, o governo brasileiro e a secretaria geral da UNCED instituiu um Fórum Preparatório das Organizações Não Governamentais Brasileiras para a UNCED, com o objetivo de organizar um evento paralelo. Tal fórum foi formado por um grupo de entidades ambientalistas e de direitos humanos com 165 organizações de todo o País. Durante uma reunião em Genebra do Internacional Facilitating Committee (IFC) – que reúne entidades ambientalistas não governamentais, de direitos

humanos, de grupos de jovens, entidades religiosas e também de grupos ligados ao movimento pacifista internacional e associações de imprensa – que aconteceu em novembro de 1990 – ficou acertado que a convergência entre as ONG brasileiras e as internacionais com as autoridades oficiais fossem feitas pelo fórum.

Para Rubens Harry Born, representante nas reuniões do IFC, isto significa que:

quem teria que ajudar a definir o desenho dos eventos paralelos à Conferência seriam as Organizações Não Governamentais brasileiras. Entretanto, as comunidades indígenas, os cientistas e sindicalistas queriam realizar seus próprios eventos paralelos. Outra deliberação importante dos 22 membros que formaram o IFC (International Facilitating Committee) foi eleger cinco membros para constituir um comitê executivo, com o objetivo de elaborar um plano de trabalho para captar recursos que viabilizassem os eventos paralelos (GM, 20 jun. 1990).

Aconteceram também outras três reuniões para preparar o evento, na Europa e na África. Uma delas em Nairobi foi organizada por outro comitê internacional; outro em Paris que foi financiado pelo governo francês e estruturado por uma grande organização de entidades não governamentais, a ELCI, que agrupa cerca de 400 ONG do mundo todo. E a terceira foi a Conference of Non Governmental Organization.

Outra em Paris com o objetivo de aprovar um documento com as principais posições das ONG nas questões de meio ambiente e desenvolvimento. A idéia era tornar global a abordagem das temáticas da Conferência de 1992, ou melhor, discutir problemas locais e nacionais procurando soluções amplas, que fossem globais.

E a terceira foi a Conference of Non Governmental Organization, a CONGO, que reuniu ONGs com status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – entidades que tiveram presença e voz garantidas na Conferência Oficial de 1992. Com o objetivo de que essas entidades tivessem presença efetiva durante o encontro e, também de que garantisse a participação das ONG que não tinham caráter consultivo.

Apesar de tantos esforços, um ano antes do grande acontecimento, a grande imprensa já anunciava - em abril de 1991- que a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento corria o risco de se tornar um grande fracasso, pois segundo o ambientalista sueco Tord Bijörk, que participou da I Conferência em Estocolmo, a reunião seria realizada por representantes com uma série de discursos vazios, que atribuíam a salvação do planeta aos ambientalistas e as organizações populares que deveriam mostrar o seu poder de pressão sobre a indústria.

Para Bijörk, a exemplo do que aconteceu em Estocolmo,

a conferência de 1992 deveria apresentar propostas como a adoção de novas tecnologias e a melhor administração de recursos, soluções que dependem de muito dinheiro, e dificilmente poderiam ser adotadas em países em desenvolvimento. (GM, 09 abr.1991).

A necessidade dos ambientalistas em firmarem suas posições foi discutida no Fórum das Organizações Não Governamentais, no qual foi assumido a responsabilidade de coordenar a parte política e a organização logística do evento paralelo das ONGs. Outras funções do Fórum, discutidas durante o IV Encontro, foi com relação a sua participação nas decisões da conferência oficial, o fortalecimento dos movimentos da sociedade civil e a análise da situação ambiental e do modelo de desenvolvimento vigente no País.

No Fórum das Organizações Não Governamentais, também foram propostas algumas diretrizes quanto à questão logística e o tema a ser desenvolvido na conferência paralela. A proposta era apresentar os documentos no dia 31 de maio de 1992, já prontos para a Conferência. Também foi reivindicada a publicação em Diário Oficial do primeiro rascunho do documento oficial sobre a conferência do governo brasileiro. Também foi solicitada a versão final e que a ela estivesse anexadas as contribuições das ONG, retiradas de audiências públicas estaduais promovidas após a divulgação do primeiro rascunho.

Para Carlos Minc, deputado estadual pelo PT-RJ na ocasião, também presente ao encontro,

toda essa movimentação em torno da conferência de 1992 ajudou a mobilizar as ONGs brasileiras, que até então não tinham um fórum único de discussão em nível nacional. Para Minc, os ambientalistas teriam de se unir para evitar que a conferência virasse um grande “supermercado da ecologia”, uma mera vitrine de produtos antipoluição e de novas tecnologias, que não investigasse mais a fundo os verdadeiros problemas ambientais (GM, 09 abr.1991).

As dificuldades nas discussões da Conferência já eram notadas nos momentos da sua preparação, alguns fatos citados a seguir podem ilustrar essa questão:

em maio de 1991, José Goldemberg já previa a dificuldade de firmar acordo para controle sobre o clima mundial na ECO 92; o que dificultou a montagem do programa para a conferência da ONU, pelo comitê preparatório em Genebra. Na falta de um consenso mínimo sobre um acordo para o clima mundial, uma sugestão seria substituí-lo por uma declaração genérica de intenções, porém o Brasil foi contra essa hipótese (GM, 08 mai. 1991).

O Chanceler, na ocasião, Francisco Rezek, disse em reunião do Planalto em julho de 1991, que:

o governo brasileiro não se apresentaria desunido à ECO 92. Na discussão defendeu-se a posição de que o governo brasileiro e as organizações governamentais (ONG) deveriam ter uma só voz na reunião. O tema foi dominante na reunião porque, conforme ficou claro no encontro de governadores da região amazônica haviam divergências de posições entre governo e ONGs. A intenção era do governo pedir às entidades e aos governadores que não se hostilizassem, mas que se dirigissem a ele. Ficou decidido também que a comunicação com os governadores seria mais intensa (GM, 23 jul.1991).

O Fórum das Organizações não governamentais brasileiras que reúne 800 ONG no País, reivindicou ao governo federal a divulgação do que chama “verdadeiro relatório nacional” e solicitou sua discussão em audiências públicas, mesmo após sua entrega à ONU.

A primeira audiência pública nacional da história do Brasil aconteceu em 09 de agosto de 1991 nos auditórios da Embratel de todas as capitais brasileiras:

estavam presentes os responsáveis pela política ambiental, pela preparação da conferência e os coordenadores do relatório. Segundo Roberto Guimarães, receberam várias sugestões e críticas à versão preliminar do relatório. “Algumas eram específicas e propunham alterações nos trechos referentes à política florestal ou pesqueira, outras refletiam dúvidas a respeito da conferência e da

própria função do relatório, as críticas mais freqüentes diziam que o relatório não revelava a posição brasileira nas negociações internacionais” (GM, 09 ago. 1991).

Os grupos ambientalistas que participaram da última reunião preparatória para a Rio 92, em Genebra afirmaram que pouco foi conseguido. Entretanto, para Maurice Strong – que foi o secretário geral do encontro,

o encontro preparatório teria sido um sucesso; afirmou que os acontecimentos mais importantes deveriam se dar no Rio de Janeiro. Disse ainda que estavam tentando preparar tudo para esse grande momento e que estavam apenas no início. Os documentos que ficaram para serem assinados no Rio foram a Carta da Terra – documento que deve conter os princípios para proteção do meio ambiente mundial. Também a Agenda 21- contendo programas concretos a serem executados pelos países para a proteção do meio ambiente, visando o século XXI (G.M. ago. 1991).

Já o grupo ambientalista Greenpeace disse que os técnicos governamentais dos 150 países participantes da reunião de Genebra se perderam nas tentativas de acordos em torno de várias propostas, relativas, entre outros assuntos, a conservação de energia, preservação das florestas tropicais, biodiversidade e resíduos tóxicos.

Gordon Shepherd diretor de campanhas e tratados do World Wide Fund for Nature (WWF), naquele momento, disse que;

havia ainda algum tempo para eles prepararem algo significativo para a conferência do Rio. Porém não havia qualquer sinal de que eles estivessem conseguindo isso, naquele momento (G.M. ago. 1991).

Com relação a reunião de Genebra,

não houve acordo, por exemplo, sobre um plano detalhado de proteção às florestas tropicais. Foi conseguido um acordo apenas envolvendo um conjunto de princípios gerais e aceitou-se o fato de que o plano final deveria ser costurado depois da conferência do Rio de Janeiro. As discussões envolvendo conservação de energia, com o objetivo de reduzir o aquecimento global – inclusive a possibilidade de adoção de um imposto sobre energia – encontraram forte oposição por parte dos EUA. O chefe da delegação norte-americana disse que as propostas ficaram muito concentradas no consumo de energia como causa do aquecimento global. Ele considerou as propostas muito intervencionistas, caracterizando possíveis ameaças à soberania dos países (GM, ago. 1991).

A impaciência dos grupos ambientalistas era compreensível durante as discussões, tanto sobre a Carta da Terra como em torno da Agenda 21. Essa reunião de Genebra foi o terceiro de uma série de encontros preparatórios, e parece que uma decisão final em relação a diversos tópicos estava sendo deixada para a última sessão que aconteceria em Nova York, em março de 1992.

Ocorreram também muitos atritos entre o Grupo dos 77 países em desenvolvimento ou periféricos (conceito cepalino) e os países industrializados, ou de centro, pois as propostas da agenda 21 favoreciam os países industrializados.

Strong mostrou-se ansioso para incluir a ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo como um ponto de destaque no contexto do debate ambiental:

em Genebra, a questão da ajuda para o desenvolvimento de tecnologia ambiental causou ao Grupo dos 77 muito descontentamento. Essas nações sustentam que os países industrializados eram os piores poluidores – por exemplo, com suas emissões industriais, que provocam aquecimento global e chuva ácida – e deveriam ajudar o Terceiro Mundo a pagar pelo custo da limpeza de seus ecossistemas. Strong concordou que deveria ser feito mais nesse sentido e considera uma vinculação da redução da dívida à melhoria do meio ambiente como um importante instrumento para solucionar os problemas ambientais. Para Strong, os países industrializados deveriam reconhecer que uma das melhores oportunidades de investimento que poderim realizar em benefício da segurança mundial do meio ambiente estaria nos países em desenvolvimento (GM, set. 1991).

Em meio a negociações difíceis em Genebra, Strong conservou uma calma resultante de muitos anos de experiência em negociações intergovernamentais. Para ele, algumas dessas questões pendentes não seriam solucionadas pelas negociações antes do último estágio do processo. Acreditava que a indústria em geral havia acordado para o desafio ambiental e estaria realizando esforços significativos para reduzir a poluição, embora ainda houvesse um longo caminho a percorrer. Em termos de tecnologia de controle de poluição e de planejamento ambiental a longo prazo, que comtemple o século XXI, Strong acreditava que os japoneses há muito ultrapassaram outros países industrializados do Ocidente:

O Japão está a caminho de se tornar uma superpotência ambiental. O país já está bem avançado na revolução eco-industrial. Os japoneses enxergam a importância do meio ambiente em termos econômicos. Eles atuam centrados no desenvolvimento de produtos e estão modificando seus padrões de produção e consumo. Os japoneses estão bastante avançados no rumo de uma produção limpa. O Japão, por exemplo, detém 80% dos filtros que removem o dióxido de enxofre das emissões das usinas de eletricidade, contribuindo para uma redução das chuvas ácidas (GM, 06 set. 1991).

A reunião de Genebra decidiu a organização básica do evento. Além da presidência que ficou com o Brasil, por ser país sede, foram escolhidos também 38 vices-presidente distribuídos pelos grupos regionais. Em forma de um plenário com quatro delegados por país e um comitê plenário de negociação. Ficou estabelecida uma agenda englobando a organização da abertura da conferência, eleição da mesa, regras de procedimentos, adoção de documentos e o funcionamento em geral. A participação das entidades ambientalistas não governamentais aumentou nesta reunião.

Para o Itamaraty com relação ao plano de ação (Agenda 21)

também houve um avanço nessa reunião sobre questão dos problemas atmosféricos. Outras questões abordadas foram os problemas da camada de ozônio, aquecimento da atmosfera e poluição do ar, embora certos países desenvolvidos como os Estados Unidos tenham demonstrado certa relutância em discutir esses problemas em relação ao processo industrial. Discutiu-se ainda a convenção sobre o clima e a proteção da biodiversidade, além da declaração sobre florestas. A adoção de regras claras para a utilização de combustíveis

fósseis teve o apoio dos países europeus, mas os norte-americanos não gostaram do estabelecimento de metas. Outro ponto importante é que os países desenvolvidos começaram a esboçar maior receptividade à proposta brasileira de criação de um fundo internacional para o meio ambiente e desenvolvimento. O fundo teria administração conjunta de países contribuintes e receptores, estabelecendo taxas para uso de determinados produtos e ações poluentes, repassando também tecnologia do Primeiro Mundo para o controle ambiental das nações em desenvolvimento. A idéia era de que quem poluísse deveria pagar por isso. Além da proposta brasileira sobre o fundo, idéia semelhante surgiu do Grupo dos 77, Austrália e China (GM, 13 set. 1991).

A ênfase na questão da dívida externa dos países em desenvolvimento foi a principal diferença da proposta brasileira em relação às apresentadas por Argentina e Chile para a elaboração da Declaração de Canela – contendo as propostas dos cinco países do Cone Sul. A Declaração de Canela destacou a posição defendida pela Argentina. O governo Menem considerou estéril atribuir responsabilidades aos países desenvolvidos por danos causados ao ambiente no passado, ao contrário do que foi postulado na proposta brasileira. Os países do cone sul concordaram na necessidade de se chegar a um acordo para o futuro que evite repetição de condutas predatórias. O avanço dos entendimentos nesse campo dependeria da elaboração e da progressiva codificação de leis que contemplassem a unidade dos recursos naturais e permitissem o alerta internacional diante de uma situação de risco. Os brasileiros enfatizaram a necessidade de combater as barreiras protecionistas ao comércio internacional, tradicionais ou as não-tarifárias com motivações ambientais.

Os chilenos defenderam que a conservação dos recursos naturais requer um compromisso coletivo de todas as nações, que deverim ter uma participação diferenciada na realização de tarefas conjuntas, pois são distintas as circunstâncias, as responsabilidades, as capacidades e a disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos.

Os países do Cone Sul defenderam na ECO-92 que os programas multinacionais devem compartilhar as responsabilidades respeitando as soberanias nacionais, de forma a criar uma interdependência que garanta benefícios idênticos a todas as partes. A proteção ao meio ambiente não se opõe ao progresso material, ao desenvolvimento econômico e a justiça social. Mas, são conceitos complementares. A cooperação internacional deve traduzir-se em programas de assistência financeira e transferência de tecnologia capazes de estimular o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais.

Francisco Rezek, ministro das Relações Exteriores do Brasil, na ocasião da reunião declarou:

“Vamos procurar alcançar no Rio de Janeiro as bases sólidas de um acordo internacional em torno dos principais temas da reunião” (GM, 20 fev. 1992).

Francisco Rezek afirmou também que,

além do reconhecimento do princípio 21 da Declaração de Estocolmo, que define o direito soberano dos estados à utilização dos recursos naturais situados em seu território, a Eco 92 deveria responder às novas necessidades surgidas a partir do agravamento dos problemas ambientais, especialmente nos países em desenvolvimento, e que exigem a intensificação dos programas de cooperação ambiental. Todos os países do Cone Sul concordaram em que as motivações ambientais não poderim ser usadas como pretexto para práticas comerciais

prejudiciais, capazes de impedir a eliminação da pobreza e a superação de padrões insustentáveis de produção e consumo (GM, 02 fev. 1992).

As negociações para a inclusão na ECO-92 de uma convenção-quadro sobre alterações climáticas foi outro tema defendido pelos países do Cone Sul, que fazem parte do continente onde os efeitos da destruição da camada de ozônio são constatados com maior intensidade que em outras regiões do mundo. A conferência oferece uma importante oportunidade para que a comunidade internacional estabeleça compromissos para reverter a tendência de aumento das emissões de gases que estão alterando a camada de ozônio.

Depois da divulgação do quarto relatório de técnicos e cientistas do Programa Ambiental da Organização das Nações Unidas (UNEP), que defendeu a antecipação do banimento dos gases que destroem a camada de ozônio na atmosfera, a ação ambiental deslocou-se de Nova York e Cingapura para a Jamaica. Lá, o ex-secretário geral do Encontro da Terra (ECO 92), Maurice Strong ecoou o discurso dos presidentes latino-americanos em Canela sobre o custo da proteção ambiental para os países em desenvolvimento:

“Não é possível que os países industrializados possam garantir seu meio ambiente às custas dos países em desenvolvimento. Isso não é apenas mais um pedido de ajuda econômica ao mundo em desenvolvimento. O processo de marginalização de três quartos da população desses países tem de ser revertido”
(GM, 02 fev. 1992).

Para tanto, Strong afirmou que,

o tema da redução da dívida seria necessariamente levado ao Encontro da Terra, embora não fosse o tema central da segunda conferência mundial da ONU. Ele justificou essa ênfase dizendo que uma significativa redução da dívida externa permitiria que os países em desenvolvimento canalizassem mais recursos para a proteção ambiental (GM, 22 fev. 1992).

Mesma não estando em pauta durante a reunião a questão da dívida externa sempre esteve presente como elemento dos debates, uma vez que para os países considerados em desenvolvimento foi um elemento central a partir dos anos setenta quando alguns países do mundo, com destaque para o Brasil se endividaram muito a taxas de juros flutuantes. Assim, a dívida externa ganhou uma dimensão não prevista e o ponto central, por exemplo, da crise dos países latino-americanos, como no caso do Brasil onde a dívida externa atingiu o número exorbitante de aproximadamente US\$ 100 bilhões em 1980. A crise da dívida se constituiu em algo estrutural na medida em que as sociedades latino-americanas passaram a arcar com grandes volumes de juros anuais, o que passou a comprometer crescentemente as despesas dos governos. Neste sentido, a visão de Strong torna-se muito relevante pois os compromissos com a dívida externa jogam um peso importante nas contas dos países pobres, recursos estes, que poderiam contribuir para políticas de meio ambiente.

1.2. O Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais

“Nós somos a Terra, o povo, plantas e animais, chuvas e oceanos, o ar da Floresta e as ondas do mar... Nós admitimos uma responsabilidade compartilhada para proteger e restaurar a Terra e permitir o criterioso e equilibrado uso dos recursos, como também para conquistar uma harmonia ecológica e de novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em toda nossa diversidade”(The Earth Charter)

Paralelo a Conferência da ONU, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência da Sociedade Civil Global sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Fórum Global das ONGs; promovido por entidades da sociedade civil nacional e internacional, que foi coordenado pelo Fórum de ONGs Brasileiras, criado em junho de 1990, e pelo International Facilitating Committee-IFC.

Segundo Silva-Sanchez (2001), o I Encontro Nacional, que aprovou a criação do Fórum, ocorreu em junho de 1990, e contou com a participação de trinta e nove entidades. O Encontro seguinte, realizado no final de julho do mesmo ano, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, já contava com a participação de sessenta e cinco entidades. Naquela ocasião foram indicados os representantes do Fórum junto ao International Facilitating Committee-IFC. Ocorreram mais seis encontros, sendo que no VIII e último encontro ocorrido em Belo Horizonte, em abril de 1992, foi apresentada a versão final do “relatório paralelo”. Esses encontros foram de fundamental importância para o movimento ambientalista pela

experiência que proporcionou a seus participantes e pela aproximação com outros movimentos sociais.

As organizações não-governamentais ligadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente divulgaram uma lista no Riocentro, onde afirmava que

dos cinco maiores vilões da primeira semana de reuniões da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Estava na liderança os Estados Unidos, a maior unanimidade contra o encontro. Depois a Arábia Saudita, o Japão, a Malásia e a Agência Internacional de Energia Atômica. Os EUA foram escolhidos por terem representado o papel mais destrutivo nas duas convenções – biodiversidade e clima, com os quais os EUA concordaram depois de terem pressionado por um texto asséptico – e em sete das dez questões da agenda 21, que destina recursos para o meio ambiente. Logo depois vem a Arábia Saudita, que, como produtora de petróleo, tentou, retirar o capítulo da atmosfera da agenda 21 e, alternadamente, remover qualquer referência a energia renovável. O Japão entrou na lista por querer passar pelo que não é. Eles se apresentaram como a superpotência do meio-ambiente apesar de estarem sempre se escondendo atrás dos EUA. A Malásia era a quarta por usar a questão da sobrevivência nacional para impedir a conservação da diversidade de sua floresta e o direito dos povos indígenas. E por último, a Agência Internacional de Energia Atômica, por apresentar a energia nuclear como solução ambiental (GM, 09 jun. 1992).

Com milhões de filiados no mundo inteiro, as ONGs abriram os braços para proteger a vida no planeta. Na Eco 92 pode-se ver uma grande diversidade de ecologistas;

estavam presentes cerca de 5000 ONGs de ecologia. Foi a primeira reunião mundial que uniu os diferentes ambientalistas desde a Conferência Ambiental de Estocolmo, em 1972. Nesses vinte anos as ONGs amadureceram, estão presentes no mundo todo o que pode garantir um poder político capaz de influenciar nas decisões políticas e sociais dos países.

Outro fato que tornou o movimento ambientalista mais fortalecido foi a contribuição das ciências; principalmente da sociologia e da economia,

contando com pesquisadores de excelente nível intelectual, capazes de estudar um problema de poluição integrado com pano de fundo da pobreza, da superpopulação e dos grandes interesses políticos e empresariais. Possuindo agora uma vantagem sobre os ativistas do passado, a sua mensagem é clara e indiscutível; ninguém pode ser contra a proteção da vida (RV, 03 jun. 1992).

A rápida evolução em todo o mundo da pesquisa científica sobre as inter-relações entre sociedade e ambiente, que deu origem à sociologia ambiental que surge, segundo Ferreira (2001), a partir do momento que os cientistas sociais alargam suas preocupações para além dos temas já tradicionalmente aceitos e é nesse momento, anos do pós-guerra, que se pode assistir uma redefinição de objeto, de maneira a integrar todos os processos sociais com implicações ou intenções políticas: grupos de pressão, movimentos de protesto, organizações comunitárias, dentre outros.

Nesse cenário global, fica evidente que a Eco 92 foi a causadora de uma expansão notável de organizações ambientalistas e uma crescente profissionalização no campo. Pode-se observar, segundo Leis (1995), que o ambientalismo constitui um amplo movimento histórico global e uma importância prática no processo de redefinição do caráter da política mundial. O “espírito” da Conferência do Rio possibilitou a aparição de consensos

transnacionais legítimos que projetam esta legitimidade em direção à criação de pactos instituições com verdadeira capacidade de governo global.

2. O Caminho Traçado pela Cúpula

O texto da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi a peça central da conferência, com um conjunto de 27 princípios redigidos pelo secretariado das Nações Unidas para esboçar os direitos e responsabilidades básicos de todos os países em relação ao meio ambiente, ao final da reunião estava como na sua abertura. Os países em desenvolvimento conseguiram aprovar na íntegra a Declaração do Rio, sem qualquer tentativa de oposição por parte dos EUA,

que durante a semana toda da Conferência anunciariam a intenção de reabrir o documento para a discussão por não concordarem com os termos do artigo que falava sobre o direito dos países do Terceiro Mundo ao desenvolvimento. A aprovação sem emendas só foi possível mediante uma hábil manobra do presidente do Comitê Principal de Negociação, o embaixador Tommy Koh, de Cingapura, que colocou o debate sobre a declaração como último tema da agenda da reunião. Como os trabalhos do Comitê Principal terminaram oficialmente com essa reunião, o documento, com seus 27 princípios ambientais, foi aprovado por consenso (GM, 12 jun. 1992).

Durante a sessão noturna do Comitê Principal, os países chegaram a um acordo sobre o também polêmico tema da biotecnologia e das normas de segurança biológica previstas pela Agenda 21, assunto também entravado pelos Estados Unidos:

os norte-americanos não concordavam com o artigo que previa a responsabilidade internacional por danos causados ao ser humano e ao meio ambiente em decorrência dos processos biotecnológicos. Com isso, os diplomatas mudaram o texto, fazendo-o antever apenas a exclusão da possibilidade da adoção de um modelo internacional de legislação que sirvisse de base para legislações nacionais. Outra modificação possível foi a possibilidade de criação de instrumentos jurídicos e códigos de conduta, que também não contavam com a aprovação dos EUA. No lugar, os diplomatas decidiram propor um acordo internacional futuro para reger os procedimentos de segurança biológica, apesar de os países da Comunidade Européia defenderem restrições mais rígidas (GM, 12 jun. 1992).

Outra decisão tomada pelo Comitê Principal foi a exclusão da Agenda 21 de todos os itens que diziam respeito aos problemas ambientais causados pelos conflitos em territórios ocupados, problema que durante a ECO 92 acirrou a disputa entre árabes e judeus. O objetivo das delegações foi evitar que assuntos regionais ocupassem a Agenda 21, que na verdade, é uma declaração de intenções para ação do mundo durante o final desta década de 90 e do século XXI.

Uma questão relevante e abordada durante a reunião foi o problema da desertificação em áreas do planeta:

Os Estados Unidos aceitaram aprovar a idéia da assinatura de uma futura Convenção sobre a Desertificação e outra sobre Pesca em Alto Mar. Além disso, os itens sobre transferência de tecnologia também foram por consenso dos delegados, assegurando o princípio de que os países em desenvolvimento

precisam ter acesso à tecnologia em bases concessionais, para cumprir as metas globais da Agenda 21 com facilidades de financiamento para remunerar integralmente os países em desenvolvimento, detentores da propriedade intelectual (GM, 12 jun. 1992).

A declaração de Florestas foi o tema mais polêmico, ao lado dos difíceis itens sobre mecanismos financeiros. Depois da cansativa reunião do Comitê Principal, 17 parágrafos da Declaração ainda geravam polêmica. Entre eles, estava o relativo ao comércio de produtos florestais, transferência de tecnologia, obrigatoriedade de relatórios de impacto ambiental para projetos nas florestas, direito ao desenvolvimento das regiões florestais e a possibilidade de adoção de compromissos futuros por meio de instrumentos legais como uma convenção.

Diante a insistência norte-americana e europeia em aprovar a criação de instrumentos legais pra obrigar os países em desenvolvimento a assumirem compromissos jurídicos internacionais, o Brasil flexibilizou sua posição:

“Aceitamos assinar no futuro uma convenção sobre florestas desde que dê ênfase à cooperação internacional e ao desenvolvimento sustentável dessas regiões”, disse o então ministro das Relações Exteriores Celso Lafer (GM, 12 jun. 1992).

O Brasil teve destaque na Conferência, pois,

se transformou de vilão do mundo ambiental em responsável por um dos mais construtivos papéis nas negociações que visam forjar um consenso Norte-Sul.

Celso Lafer, então ministro do Exterior brasileiro, disse que como país anfitrião

os esforços do Brasil deveriam voltar-se a transcender as posições específicas e tentar descobrir formas para que os países encontrassem causa comum nas questões em discussão. Não só a organização da conferência se mostrou impressionante para um país em crise econômica, também a diplomacia brasileira foi uma peça importante para a obtenção de acordo sobre a convenção de alterações climáticas; seus negociadores também trabalharam arduamente na obtenção de consenso quanto ao tratado sobre a biodiversidade. Foi difícil reconhecer naquele momento que o país que se mantinha na defensiva ante as censuras mundiais por seu encorajamento (e incentivos financeiros) à queima de florestas em nome do desenvolvimento. Parte do novo papel do Brasil como defensor do meio ambiente. Como país anfitrião, teve o objetivo de ser visto como bem-sucedido e sua esperança era ser recompensado com a sede de uma das comissões que poderiam ser criadas como resultado da conferência (GM, 04 jun. 1992).

Como quinto maior país do mundo com relação ao seu território, o Brasil ansiava também por fazer com que sua presença tivesse mais importância para os países participantes. Para tanto,

compromissos brasileiros com respeito aos tratados da conferência, precisaram ser firmados naquele momento e funcionários do governo admitiram possibilidades de negociação que em qualquer outro momento não seriam sequer estudados. Sua sensibilidade quanto às questões ambientais, particularmente por abrigar uma das maiores florestas e uma das mais diversificadas vidas biológicas do mundo, poderia facilmente ter levado o País a

desempenhar um papel tão radical quanto o da Malásia, que alardeia seu direito irredutível de dispor como bem quiser de seus recursos naturais (GM, 04 jun.1992).

Quanto a essa questão podemos pensar a luz de Guimarães (2001), que a inserção das economias periféricas no sistema capitalista apresenta uma dificuldade suplementar à sustentabilidade do desenvolvimento. Historicamente, países como o Brasil inseriram-se na economia mundial como exportadores de produtos primários e de recursos naturais. Fortemente dependentes de importações de produtos industrializados, a demanda ou, melhor, o padrão de consumo nada mais é que um simples reflexo do consumo das elites dos países desenvolvidos.

Portanto, podemos pensar que há uma necessidade muito grande desses países em participarem das negociações internacionais ativamente, entretanto, seria ingênuo pensar que os países “pobres”, dependentes, ou melhor, periféricos teriam força política suficiente para enfrentar os interesses dos países desenvolvidos, que em última instância estão interessados novamente em resguardar o seu “direito” a exploração dos recursos ambientais da periferia, recursos esses que garantem lucros exorbitantes às corporações internacionais.

Fernando Collor de Mello, presidente do Brasil na ocasião da reunião afirmou em seu discurso de abertura da Conferência que,

pertence à geração que lançou o primeiro grito de alerta contra um modo de crescimento que estava conduzindo cegamente à extinção da vida na Terra. Falou em criar zonas ambientais e econômicas na Amazônia para proteger as espécies ameaçadas, e demarcou grandes áreas indígenas (GM, 04 jun. 1992).

O empenho dos países em desenvolvimento concentrou-se na obtenção de um compromisso dos países ricos de cumprirem a resolução das Nações Unidas que estabelece o piso de 0,7% sobre os seus PIB para ajuda externa. Mas houve resistências, a começar pelos Estados Unidos:

“Vamos aumentar nossa ajuda externa em 50% já no próximo ano, mas não podemos concordar com um percentual fixo de recursos. Concordamos com uma declaração de boas intenções nessa direção” - disse à Gazeta Mercantil no dia 09 de junho de 1992, o vice-subsecretário do Departamento de Estado norte-americano e um dos membros da delegação do país, Michael Yung.

O que países como os Estados Unidos e Japão desejavam era manter o absoluto controle sobre o montante destinado à ajuda externa e sobre os projetos beneficiados. A principal crítica à Convenção da Biodiversidade, que o então presidente Bush já havia decidido não assinar, era atribuir aos países em desenvolvimento o poder de decidir sobre os projetos necessários para a proteção das espécies e também sobre custos de execução.

O consenso despertado nos países durante a Eco 92, pôde ser concretizados sob a forma de 36 tratados ou “compromissos de ação da sociedade civil planetária” que expressam a alta capacidade do ambientalismo para construir consensos a partir de práticas eminentemente comunicativas. Dentre os 36 tratados podemos dar destaque a seis deles:

1)A Declaração do Rio, que definiu 27 princípios delineando os direitos e as responsabilidades dos países a respeito do meio ambiente. O texto aprovado na Eco-92 foi

o mesmo que já havia sido concluído nas reuniões preparatórias da conferência. Não sofreu qualquer alteração no Rio de Janeiro.

2)A Agenda 21, um documento de 900 páginas que contém um detalhado roteiro das ações concretas a serem adotadas pelos governos, agências de desenvolvimento, instituições da Organização das Nações Unidas (ONU) e setores independentes em grandes áreas que afetam a economia e o meio ambiente. Determina as metas que os países devem cumprir para limpar o planeta, que requer um investimento de 125 bilhões de dólares. Não foi firmada como lei, mas cada país assumiu um compromisso moral em seguir a agenda. O foco da Agenda 21 centra-se no período até o ano 2000, mas muitas de suas disposições estendem-se ao século 21. Juridicamente a Agenda 21 tem efeito mais brando que uma convenção ou um tratado, que precisam ser ratificados internamente e se incorporam às legislações nacionais. Não pode ser analisada do ponto de vista jurídico, pois, trata-se de um ato político, que não precisa ser ratificado pelos países que aprovaram suas disposições na Eco-92.

3)A Convenção de Mudanças Climáticas, o texto da convenção foi concluído nas reuniões preparatórias, realizadas em Nova York, e chegou à Eco-92 para receber adesões dos diversos países, sem ter sido aberto a alterações. É um documento de 26 artigos definindo medidas para os países reduzirem as emissões de gases causadores do chamado efeito estufa e do aquecimento global da Terra. Por influência principalmente dos Estados Unidos, fracassou a tentativa de fixar metas específicas de redução, como a proposta europeia, de prever a manutenção dos níveis de 1990 a 2000. A convenção estabelece apenas que os países têm o compromisso de reduzir as emissões, sem, no entanto estabelecer qualquer

cronograma. E prevê a criação de fundo originalmente administrado pelo General Environmental Facility (GEF) do Banco Mundial em caráter temporário, até ser criado um fundo específico. Tem força de lei, desde que aprovada pelo Parlamento de cada país, os compromissos são genéricos e não foi definida durante a reunião uma data para limitar a emissão de gás carbônico.

4)A Declaração sobre Manejo Florestal, é um documento que tem como objetivo limitar a destruição das florestas. Os países desenvolvidos queriam que tivesse força de lei e os países do terceiro mundo, que ainda têm floresta, não deixaram. A idéia original era fazer uma convenção sobre florestas, definindo as medidas necessárias para evitar a degradação das florestas e a responsabilidade dos países por sua preservação. Profundas divergências polarizadas e principalmente entre Estados Unidos e Malásia reduziram essa ambição ao limite de uma declaração, que não tem força jurídica obrigatória e apenas enuncia princípios para um consenso mundial a respeito da ordenação, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas.

5)A Convenção da Biodiversidade, tem como intuito regular a transferência de tecnologia do primeiro mundo para os países do terceiro mundo e serem pagos em espécies vegetais e animais. O texto foi alvo de grande atenção por causa da recusa dos Estados Unidos de assiná-lo. Prevê um conjunto de medidas pra a proteção de biodiversidade e a criação de um fundo específico para financiar os países em desenvolvimento com um estrutura que lhes garante grande poder de influência sobre o montante e a gestão dos recursos. Esta foi uma das razões que levaram à oposição dos Estados Unidos, que propugnam pela ampla utilização do GEF. A outra disposição polêmica prevê que o acesso às espécies animais e

vegetais somente pode ser autorizado pelos países que as abrigam mediante compensação financeira ou através de transferência de biotecnologia.

6) A Declaração pelo Desenvolvimento Sustentável, que foi assinada por líderes empresariais, propõe o progresso sem destruir a natureza, teve grande adesão. O compromisso pelo desenvolvimento sustentável, um processo de desenvolvimento que melhora as condições de vida das comunidades humanas, sem comprometer o meio ambiente, respeitando os limites da capacidade do ecossistema e não prejudicando as condições de vida das gerações futuras, foi um dos maiores desafios fincados na Conferência.

2.1. Sobre o desenvolvimento sustentável

Com relação ao desenvolvimento sustentável, cabe ressaltarmos que, ao planejar esse desenvolvimento deve-se considerar simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

De acordo com Sachs (1993), entende-se *Sustentabilidade Social* como a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por outra visão do que é boa sociedade. O objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista maior equidade na distribuição do “ter” e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições das massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados. Sustentabilidade Econômica significa possibilitar uma alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por

um fluxo regular do investimento público e privado. Sustentabilidade Ecológica significa intensificar o uso dos recursos potenciais de vários ecossistemas com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida, substituir por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, redução do volume de resíduos e de poluição, auto-limitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo, intensificação da pesquisa de tecnologias limpas, definição das regras para uma adequada proteção ambiental. A Sustentabilidade Espacial está voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas. E por último a Sustentabilidade Cultural, que envolve mudanças no processo de produção que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Dessa forma, Guimarães (2001) busca apresentar a idéia de que a formulação de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável se apresenta como alternativa à globalização baseada no modelo de crescimento econômico ilimitado e, portanto, no esgotamento dos recursos naturais e no aumento da exclusão social. A sustentabilidade depende da inter-relação entre: população (tamanho, dinâmica); organização social (padrão de produção, estratificação); entorno (ambiente, recursos naturais); tecnologia (inovação, energia) e aspirações sociais (valores, cultura), que Guimarães denomina como equação do poeta onde,

“A sustentabilidade de uma comunidade depende das inter-relações entre seu/sua: População (tamanho, composição e dinâmica demográfica); Organização social (padrões de produção e de resolução de conflitos, e

estratificação social); Entorno (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais); Tecnologia (inovação, progresso técnico, uso de energia); Aspirações sociais (padrões de consumo, valores, cultura) (GUIMARÃES, 2001).”

Foram de extrema importância as discussões sobre a questão dos financiamentos para a execução dos acordos ambientais decididos. Porém, no que diz respeito aos financiamentos esperados, os países pobres não conseguiram arrancar mais do que promessas de recursos sobre os montantes sonhados pela ONU. Dos 125 bilhões de dólares que seria o início de um amplo programa de financiamentos ecológicos ao Terceiro Mundo, os países ricos comprometeram-se com 10 bilhões. Os ricos lamentavam que no tratado das florestas os países tropicais não saíam da conferência obrigados a preservar a área de interesse biológico, foram apenas incentivados a fazê-lo.

O fato mais marcante que pretendemos abordar diz respeito à emergência dos movimentos políticos, que tentam impedir a destruição do ambiente. Que na abordagem das iniciativas da sociedade com relação à questão ambiental, emprega-se o conceito de movimento ambientalista no seu significado mais amplo. Do ponto de vista organizacional, inclui tanto as organizações não-governamentais quanto os grupos de base e comunitários com mínima organização formal (CIMA, 1991).

“Nas últimas décadas estamos assistindo a rápida emergência de um “novo” movimento inspirado em princípios de proteção ambiental que, a rigor, é a continuação histórica do contra-movimento de proteção social surgido basicamente no século XIX. As diferenças entre os “socialismos” do passado com o amplo espectro dos

“ambientalismos” do presente, apesar de ser sociologicamente muito significativos, desde o ponto de vista histórico constituem aspectos complementares de um mesmo processo. Ambos os momentos são de caráter defensivo frente aos aspectos deletérios da expansão do mercado e se inspiram na necessidade de preservar relações de solidariedade e cooperação entre os homens e entre estes e a natureza, enfatizando mais um aspecto do que outro em cada etapa (LEIS, 1993: 89/90)”

Por outro lado, a análise dos resultados da UNCED revela claramente os grandes obstáculos existentes para construir consensos ambientalistas efetivos dentro da comunidade política internacional. Do mesmo modo, são muitas as dificuldades do ambientalismo para organizar e potencializar sua rica e complexa diversidade, tanto geográfica, quanto social e cultural. Não são poucas as “partes do ambientalismo que, todavia, se comportam como se fossem os únicos representantes e intérpretes do “todo”. A incapacidade para se sentir e se pensar como parte de um todo complexo revela uma incompreensão teórica e prática da matriz ético-comunicacional do ambientalismo (Leis 1993).

“A crescente proteção do ambientalismo sobre as relações internacionais, nos últimos 20 anos, é uma amostra de sua enorme potencialidade transformadora em escala global. O “segredo” deste tremendo poder transformador do mundo contemporâneo se encontra, precisamente, no forte apoio do ambientalismo no mundo vivido. A eficácia transformadora do ambientalismo se realiza na aposta da prática (discursiva) do equilíbrio entre as forças e princípios do realismo com o idealismo. Uma sociedade ecologicamente orientada supõe um mundo melhor, definido não apenas a partir de uma (efêmera) transformação instrumental da realidade (seja de ordem neoliberal ou

neo-socialista), mas também de uma transformação da subjetividade (intersubjetividade) da humanidade que faça mais cooperativos os Estados, as classes sociais e os seres humanos, entre si e com a natureza” (LEIS, 1993).

Preocupados com a distância entre o discurso dos governos e a concretização dos compromissos assumidos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), no Rio de Janeiro, passado um ano, as principais organizações não governamentais do mundo participaram da primeira reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, em Nova York. A comissão foi criada em setembro de 1992 pela ONU para fiscalizar o cumprimento da Agenda 21. Segundo Warren Lindner, então presidente do Centro para Nosso Futuro Comum, uma das maiores ONG do mundo, sediada em Genebra, na Suíça, responsável pela organização do Fórum Global que reuniu 18 mil entidades de todo o planeta, no Parque do Flamengo durante a Rio 92, os governos adotaram, mas não assumiram a Agenda 21, por isso é fundamental que as ONG estejam de vigilância, sob o respaldo das Nações Unidas.

A característica mais marcante da Eco 92 está na capacidade de união num mesmo espaço e momento, de diversos atores sociais de diversas partes do mundo com um único propósito, modificar o caminho que a história da humanidade está tomando. União tanto de movimentos sociais mais moderados, preocupados apenas com a preservação das espécies animais e vegetais da nossa natureza, quanto de movimentos mais radicais preocupados com a mudança social, lutando para o alcance de uma nova forma de produção, contra o sistema capitalista, o qual produz formas diversas de destruição social e ambiental. O movimento passou a ser respeitado como um movimento social, e não mais como um movimento descompromissado, um movimento *hippie*, como era visto nos anos 70.

Atualmente, o movimento ambientalista alcança várias conquistas, tanto relacionadas a atuações locais quanto relacionadas à atuação mais global. Outra característica importante é o fato de ser um movimento que ultrapassa as fronteiras geográficas, conseguindo unir pessoas do mundo todo preocupados não apenas com a sua própria nação, mas com a problemática de todos os países, pois os problemas ambientais não reconhecem fronteiras geopolíticas, e ultrapassam sem pedir licença às fronteiras colocadas por seus governantes.

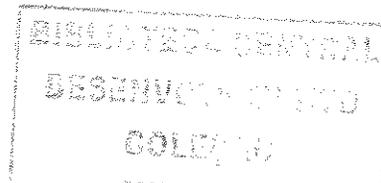
Assim, uma das conquistas da sociedade brasileira, que vinha se organizando nas últimas décadas pressionando as autoridades brasileiras pela proteção ao meio ambiente, foi a criação pelo governo brasileiro, meses após a Rio-92, do Ministério do Meio Ambiente, em 16 de outubro de 1992, órgão de hierarquia superior, com o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil.

CAPÍTULO III

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio + 5 e a participação dos atores sociais.

“A cúpula da Terra não foi um fim em si mesma. Em vez disso, deveria ser encarada como o início de um longo processo a ser percorrido mediante esforços e batalhas dos atores e do desenvolvimento (Sachs, 1993)”.

Para esse capítulo escolhemos a Rio + 5, que teve lugar no Brasil em 1997, no Rio de Janeiro, cinco anos após a Rio 92 com o intuito de fazer um balanço dessa reunião com o propósito de verificar se os compromissos assumidos em 1992 tinham sido transformados



em ações. O centro da discussão neste capítulo, além dos acontecimentos durante a reunião, é também a questão do desenvolvimento sustentável.

1. A reunião: seus preparativos e objetivos

O encontro foi uma iniciativa das organizações não-governamentais, liderado pelo Conselho da Terra, entidade presidida por Maurice Strong, o canadense que secretariou tanto a ECO-92 quanto a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 20 anos antes, em Estocolmo. Aconteceu entre 13 e 19 de março de 1997, 80 representantes de nações do mundo todo se reuniram no Rio de Janeiro para discutir os cinco anos após a Rio 92.

A Rio + 5 teve o intuito de fazer uma revisão dos documentos produzidos pela ECO-92: a Agenda 21, da Carta da Terra e as convenções de clima e biodiversidade.

Entretanto, a Rio + 5 começou sob fogo cruzado de cientistas e ONGs (organizações não-governamentais) brasileiras e internacionais, que criticaram o conteúdo e os convidados do encontro. Planejada para avaliar o que foi realizado na área ambiental nos cinco anos desde a Eco-92 – daí o nome, Rio +5 – a reunião foi criticada por supostamente ter tom oficial, ser fechada e não apresentar resultados práticos.

Por reunir setores criticados por ONGs – como o Banco Mundial e entidades empresariais – e ter uma pauta de trabalho considerada genérica demais, a Rio +5 virou polêmica antes de começar:

para o físico e diretor da Coppe do Instituto de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Pinguelli Rosa, a pauta representava o lobby hegemônico dos países desenvolvidos. Ele afirmou que os

representantes desses países não estavam interessados em focar temas que não conseguiriam cumprir, como os estabelecidos em dois documentos aprovados na Eco-92: as convenções de Clima e de Biodiversidade (OESP, 1997).

Cinco anos após a Rio-92, o presidente do Conselho da Terra, Maurice Strong, voltou ao Brasil com um discurso brando. Durante a abertura da nova conferência ambiental, evitou críticas aos governos e elogiou o desempenho da equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso. As afirmações desapontaram alguns participantes brasileiros, que consideraram o tom da abertura “oficial” demais, para uma reunião da sociedade civil.

Langston James Kimo, então diretor do IISD (Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável), participante da Rio +5, disse ter detectado, entre cerca de 300 ONGs do mundo, um misto de desinteresse e críticas à conferência. Esse fato talvez tenha se dado por causa do tom genérico da pauta da reunião, com a inexistência de sessões específicas e esse fato teria feito com que representantes de ONGs internacionais, como, por exemplo, o Greenpeace e Os Amigos da Terra, não tivessem interesse em participar.

Na Rio + 5 a questão que ficou no ar foi se toda energia e os milhões gastos com a conferência foram mesmo em vão. Eles examinaram as falhas na implementação da Agenda 21, um dos principais documentos da ECO-92; também buscaram práticas de desenvolvimento sustentável e iniciativas nacionais bem sucedidas, bem como novos mecanismos para uma cooperação futura.

Este fato, segundo Washington Novaes (1997), sugere, talvez, que no consciente ou inconsciente os participantes sonham com sociedades nas quais não haja delegação de poder e a auto-suficiência seja a regra. Sociedades com a informação aberta e acessível a qualquer um. Sociedades que não promovam aglomerações humanas que levem a

deseconomias ou a degradação. Sociedades que respeitem crianças e velhos, não produzam prostíbulos nem orfanatos, hospícios, cadeias, fábricas de armas. A consciência ambientalista produziu duas transformações visíveis – e nelas está sua grande força. Primeiro, ao demonstrar a insustentabilidade de quase todos os padrões sobre os quais está assentada nossa prática de hoje. Segundo, ao nos reintroduzir no mundo dos valores, numa época em que a maioria das instituições estão em crise. Para Novaes, o ambientalismo pode não ter todas as soluções, mas é o repositório da esperança humana.

Entretanto a realidade brasileira depois de cinco anos da Eco 92, não era nem um pouco animadora, pois o Cerrado Brasileiro e a Mata Atlântica Brasileira estão assinaladas no mapa das áreas mais ameaçadas do globo juntamente com mais 15 ecossistemas mundiais:

o governo afirmou serem “normais” as queimadas em todo o país, principalmente no período que vai de maio a setembro, época de seca no país. Entretanto, os números são cada vez mais alarmantes, em 1999 foram registrados 54016, entre janeiro e o início de setembro, sendo que 30213 apenas em agosto. O fogo devora florestas, plantações, pastos e animais, causando incontáveis prejuízos econômicos, sociais e ambientais para o país. O ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho admite: “O governo tem uma parcela de responsabilidade pelas queimadas” (RT, outubro de 1999).

Entretanto, as queimadas são autorizadas pelo Ibama, desde que controladas, para impedir a propagação do fogo para fora dos limites estabelecidos. Mas é obvio que as chamas têm ignorado essas normas.

Maurice Strong, o secretário-geral da Rio-92 terminou o encontro dizendo que, o mundo não poderia esperar mais 20 anos para traduzir em ações as promessas feitas durante aqueles 12 dias. (OESP, 1997).

Entre os pontos principais do documento desenvolvido para a reunião estavam temas como população, resíduos tóxicos, oceanos e desertos. Até o momento da reunião, menos de 40 países criaram suas agendas e cerca de 70 formaram conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável.

Para Aspásia Camargo, então secretária-executiva do ministério do Meio Ambiente, ocorreram mudanças ambientais positivas no País desde a Rio-92, como a lei de recursos hídricos aprovada em janeiro de 1997 e a definição de corredores de biodiversidade -áreas correspondentes a 5% do território nacional que contêm mais de 90% da biodiversidade brasileira (OESP, 1997) .

O impacto dessas ações passou pelo olhar crítico dos representantes de mais de 17 mil organizações não-governamentais, entidades empresariais e institutos internacionais de financiamento durante a Rio +5.

2. Cinco anos após a Cúpula da Terra

Cinco anos após a Rio-92, o Brasil ainda não tinha sua Agenda 21, a lista de metas necessárias para evitar o esgotamento de recursos naturais. Todos os países participantes do encontro promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) haviam recebido essa tarefa como lição de casa.

Por outro lado, uma detalhada lista de organizações ambientalistas brasileira, publicada por ocasião da Rio + 5, revelou que a Eco 92 foi a causadora de uma expansão notável das organizações no país, que inclui uma profissionalização crescente. Esse efeito multiplicador no ambientalismo brasileiro após a realização da ECO 92, pode ser observado pelos resultados, da Ecolista. Das 985 instituições ambientalistas (260 governamentais e 725 não-governamentais) que responderam ao questionário (Ecolista), apenas 39,2% tinham mais de 10 anos de existência em 1997. A lista revelou um grande número de entidades com atuação apenas local. A nuance de atuação era com relação a flora e na fauna seguida pela preocupação urbana, a maioria tinha atuação em projetos de educação ambiental e projetos em comunidades locais.

Não foi como na Rio 92,

em que milhares de jornalistas do mundo todo se atropelavam nos corredores do Riocentro com o objetivo de conseguir uma entrevista com George Bush ou Fidel Castro, Gro Brundtland ou Fernando Collor. Na Rio + 5 foram mais de quinhentos delegados de movimentos sociais de oitenta países que se encontram a portas fechadas nos salões de um hotel luxuoso à beira-mar, na tentativa de propor, na Rio + 5, novos rumos para o mundo que julgaram conturbado e a caminho de desastres – quando já não mergulhados em alguns deles (GM, 18 mar. 1997)

Segundo Washington Novaes (1997), o embate se estabelece entre quem tem vontade de mudar não tem poder, não tem como gerar recursos nem normas; quem tem poder e capacidade de gerar regras e recursos não tem vontade ou está bloqueado pelos

sistemas de medições políticas tradicionais, que tentam proteger os interesses estabelecidos e ameaçados por uma nova visão de mundo.

Durante um ano, o Fórum Rio +5 promoveu consultas a mais de 6 mil pessoas de 80 países, assim como pesquisas desenvolvidas por organizações mundiais. Os delegados do fórum examinaram mais de 70 relatórios com questões relativas ao desenvolvimento sustentável, incluindo controle de poluição e proteção à diversidade biológica. Outros relatórios destacaram os males à saúde provocados pela degradação ambiental, o papel dos setores financeiro e industrial e avanços no sentido de aproveitamento de energia.

Para o presidente do Conselho da Terra, houve pouca mudança de curso, em relação ao que foi defendido na Rio-92, para ele, o crescimento econômico traz custos que são pagos, em sua maioria, pelos pobres do mundo.

Além de Strong, Kátia e Alencar,

também falaram, o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause e o embaixador Flávio Perry, representando o governo federal. Refletindo a pouca ação do governo na área ambiental, Krause apenas elogiou o trabalho das ONGs, segundo ele, “visionárias que enxergaram além do seu tempo” (OESP, 1997).

A falta do cumprimento dos projetos assumidos na Rio 92 reflete a divergência dos interesses políticos existentes entre os países envolvidos e também a fragilidade do movimento ambientalista em cobrar dos Estados-nação; que de fato as reuniões da ONU não sejam apenas encontros de belos discursos em prol de salvar o mundo das catástrofes ambientais causadas por políticas irresponsáveis, mas que não consegue atingir a concretude desse discurso. Esse fato fica claro, quando os expositores do workshop Agenda 21 Brasil, promovido pelo ministério do meio ambiente:

demonstraram certo desconforto, quando não pessimismo aberto, diante das dificuldades para internalizar as questões ambientais e de correção de desigualdades no planejamento e na ação de governo rumo ao que deveria ser um desenvolvimento sustentável. E, depois do desconforto chegou-se a perplexidade, quando o teólogo Leonardo Boff sugeriu que desenvolvimento e sustentabilidade não são compatíveis, e que trata-se de conceitos que vêm de áreas diferentes e se concretizam por caminhos opostos, inconciliáveis (GM, 1997).

Já setores dos empresários têm opinião ambígua, pois apesar de acreditarem na resolução dos problemas ambientais através de ações de governos, segundo Washington Novaes, a maioria parece inclinada a propostas alternativas, que levem a formatos alternativos embora ainda exigindo o cumprimento das convenções assinadas e de outros protocolos internacionais.

A jornalista e escritora norte-americana Hazel Henderson disse à jornalista Fátima Laranjeira que:

A vida das pessoas não pode mais continuar sendo administrada pelo conceito simples e idiota de gestão macroeconômica, que é baseada em ilusões e não leva em conta as coisas fundamentais, não pagas, como o amor e a natureza (GM, 18 mar. 1997).

Para ela, “os economistas não podem ditar as regras”,

é preciso escrever uma Carta da Terra (a proposta central desta conferência) que inclua essas outras necessidades e valores. De imediato seria necessário criar

uma instituição internacional capaz de botar freios no que chamou de “cassino global”, o mercado especulativo, principalmente de câmbio, taxá-lo assim como impor tributos ao comércio de armas e à geração de poluentes (GM, 18 mar. 1997).

Segundo documento apresentado na reunião num workshop promovido pelo Ministério do Meio Ambiente,

se a economia mundial continuar crescendo entre 3 e 4% ao ano, o PIB mundial passará de US\$ 20 para US\$ 200 trilhões em 50 anos e isso seria insustentável, pois o consumo de recursos hoje já está próximo do limite suportável (GM, 20 mar. 1997).

A respeito da agenda 21, o teólogo e militante da teologia da libertação Leonardo Boff emitiu pronunciamentos relevantes acerca da necessidade de um novo paradigma, comandado pela solidariedade. Para Boff (1999), muitos são os sujeitos destas mudanças. Elas se orientam por um novo sentido de viver e de atuar. Por uma nova percepção da realidade e por uma nova experiência do ser. Elas emergem de um caminho coletivo que se faz caminhando. Diz que cresce um novo paradigma de re-ligação, de re-encantamento pela natureza e de com paixão pelos que sofrem, inaugura-se uma nova ternura para com a vida e um sentimento autêntico de pertença amorosa à Mãe-Terra. Essa viragem se mostra pelo crescimento dos grupos que cultivam a ecologia, a meditação e a espiritualidade. Esse fato demonstra a necessidade de um novo *ethos* civilizacional que nos permita dar um salto de qualidade na direção de formas mais cooperativas de convivência.

Com relação à adoção da Agenda 21:

Em 1997, 1.812 governos de 64 países estavam envolvidos na adoção da Agenda 21 local, sendo que em 933 dessas cidades os planos estavam em execução. Do Brasil, participam as cidades de São Paulo, Santos, Angra dos Reis, Vitória, Porto Alegre e Belo Horizonte. E, só nos primeiros dias da Rio +5, 30 outras cidades brasileiras mostraram-se interessadas em aderir, abrindo a possibilidade de lançamento de uma campanha nacional. A Agenda 21 local abrange outros aspectos ambientais e do desenvolvimento sustentável, além da redução das emissões de carbono. Tratamento de esgotos, redução da poluição industrial e do lixo, qualidade da água, proteção de florestas e controle do uso do solo também são prioridades (OESP, 1997).

Preocupadas com a falta de empenho dos governos nacionais em colocar em prática as medidas propostas na Agenda 21 – o documento com diretrizes de ação estabelecido na Rio-92 -, as autoridades de 13 cidades resolveram estabelecer suas próprias metas e atacar os problemas ambientais locais. O movimento foi inicialmente liderado pela Itália e a prioridade era a de reduzir as emissões de carbono em 20%. Cinco anos depois, 164 cidades de 34 países aderiram à campanha Cidades pela Proteção do Clima. Juntas, elas representam 4% das emissões globais de carbono e reduzem essas emissões com mudanças no transporte urbano, no sistema viário, no fornecimento de energia, no planejamento municipal e na regulamentação de indústrias.

Esse movimento internacional de cidades redundou na criação de um Conselho Internacional de Municipalidades (Iclei), com sede no Canadá. O conselho dá apoio à criação de programas locais e projetos de desenvolvimento sustentável, que têm impactos reais sobre o ambiente e a qualidade de vida nessas cidades. Mais de 3 mil líderes e

técnicos já passaram por programas de treinamento do Iclei para conhecer novas metodologias e tecnologias que ajudem a transformar a Agenda 21 num plano de ação local.

2.1. Aquecimento global, água e biodiversidade

Com relação a questão da poluição do ar, a representante americana na reunião da ONU Kathleen McCinty, presidente do Conselho de Qualidade Ambiental da Casa Branca, criticou os que ficam recitando números sem respaldo em uma política realista com o objetivo de alcançar as metas fixadas, para ela, a proposta de reduzir em 10% os níveis de poluição até 2010, que foram medidos oito anos antes da reunião foi considerada “irreal”

O boom econômico dos Estados Unidos que ocorreu na década de 1990 teve como consequência o aumento da emissão de gases que provocam o efeito estufa;

embora o vice-presidente americano, Al Gore, seja “ambientalista” e tenha admitido, no seu discurso na ONU, que um desastre pairava sobre a Terra, se nada fosse feito com relação à emissão de gases poluentes pela indústria, mas a Casa Branca capitulou à possante indústria nacional. Al Gore prometeu esforçar-se para alcançar um consenso que desse aos governos mundiais a flexibilidade para que decidissem como poderiam reduzir seus níveis de poluição. Uma hipótese foi colocada durante a reunião partindo da possibilidade dos países poluidores limparem a cota que lhe cabe, num outro país através de cotas (OESP, 1997).

Já o Canadá admitiu com franqueza, que

não seria capaz de cumprir metas de redução de gases poluentes fixadas para 2000. O primeiro-ministro canadense, Jean Chretien, explicou que depende de carvão para geração de energia elétrica. E lamentou que a estrutura da economia impõe particulares desafios nesse sentido. Muitos outros países industrializados declararam que não conseguiriam reduzir o despejo de dióxido de carbono na atmosfera. Uma constatação que não acarretaria nenhum tipo de punição, não prevista pelo Espírito do Rio (OESP, 1997).

O diretor da Unctad's Greenhouse Gas Emissions Trading Project (organismo da ONU), Frank Joshua,

defendeu o apoio de países a um projeto que estabelecesse programas para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa. Joshua disse que alguns países se mostraram interessados em participar de um fórum comercial que estabelecia as bases de um mecanismo de redução da poluição, que contaria com Joshua, recursos públicos e privados seriam utilizados em programas de conversão da matriz energética dos países, visando à redução da emissão de gases como o gás carbônico. Dentre eles, os EUA, Canadá, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Holanda e Noruega. Ele afirmou que, até o ano 2000, os primeiros programas-pilotos poderiam funcionar. (FSP, 1997).

Se na Rio-92 ainda haviam algumas dúvidas sobre o verdadeiro papel do ser humano no aquecimento do planeta Terra, cinco anos depois os cientistas chegaram ao mesmo consenso de que existe, de fato, uma influência nítida das atividades humanas sobre o clima. Para tanto,

as conseqüências políticas são claras; os países que mais contribuem para esse aquecimento, conhecido como efeito estufa, não poderiam mais se esconder por trás da incerteza dos dados científicos. Naquele momento alguns resultados preliminares de pesquisas constatou que, a floresta amazônica pode ter um papel importante para reduzir o aquecimento, ao servir de “sorvedouro” para o carbono da atmosfera (FSP, 1997).

A mobilização dos cientistas para tentar resolver essa problemática foi intensa, como exemplo da preocupação brasileira, podemos verificar que

a discussão dessas “mudanças climáticas” foi o objetivo de uma reunião internacional de pesquisadores realizada paralelamente a Rio +5 – que começou patrocinada pela Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Vários cientistas enfatizaram que os países desenvolvidos, por serem os maiores produtores dos gases, deveriam reduzir a emissão, em vez de “comprar” o direito de poluir mais investindo na redução da poluição em países subdesenvolvidos. O pesquisador Pedro Leite da Silva Dias, do Instituto Astronômico e Geofísico da USP, lembrou que a concentração de dióxido de carbono na atmosfera passou de cerca de 280 ppm (partes por milhão) no início da era industrial para 360 ppm hoje. Isso teria causado um acréscimo de 0,2° C a 0,3°C na temperatura média do planeta nos últimos 40 anos (FSP, 1997).

O fato de algumas regiões do planeta experimentarem uma diminuição na temperatura média era usado como argumento por quem não queria reduzir as emissões.

Entretanto, segundo o cientista Pedro Dias, com os novos modelos de simulação do clima, foi possível perceber que o aquecimento muda o comportamento de correntes marítimas.

Para o fundador e presidente da ONG Green Cross International (Cruz Verde Internacional), Gorbatchov, que foi um dos principais convidados da reunião ambiental Rio +5,

“Se o homem não mudar o modelo desenvolvimento planetário, daqui a 20 a 40 anos as alterações na biosfera serão de tal ordem que a natureza terá que viver sem nós”. Ele integrou o grupo que discutiu a redação final da Carta da Terra – documento final da Rio+5, contendo recomendações sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Para ele, a grande tarefa seria traduzir os princípios da Carta da Terra em políticas e legislações nos diferentes países. Ele disse que, com o fim do comunismo, era possível “sentar na mesa e conversar” sem que houvesse conflitos de interesses. (FSP, 1997).

Já, para Goldenberg, o incentivo a um programa de criação de tecnologias alternativas dependeria, antes de tudo, do estabelecimento de um acordo legal em que os países signatários se comprometessem a reduzir suas emissões de gases. Afirmou que, felizmente, os governos de países como os EUA se mostraram favoráveis a assinar uma proposta que limitação da emissão dos gases (G.M. 1997).

Segundo Goldemberg, algumas tecnologias alternativas já estavam sendo usadas como por exemplo na Inglaterra com a utilização do vento que,

se tornou uma fonte importante de energia. No caso do Brasil, ele defendeu o uso crescente da biomassa também como fonte de energia. O programa de produção de álcool para veículos automotores é um exemplo do uso da biomassa

como fonte energética. O governo federal, porém, estava naquele momento desativando o programa. Sem o subsídio governamental, o álcool ficaria mais caro que a gasolina, inviabilizando o programa. (FSP, 1997).

Outra questão de intensa importância na reunião foi a problemática do esgotamento das fontes de água potável. Para tanto,

o presidente francês Jacques Chirac devotou o seu discurso ao esgotamento das fontes de água potável, declarou que pesquisas francesas demonstram que o consumo de água dobra a cada 20 anos. E a Organização Mundial de Saúde acusou a poluição da água de matar 25 milhões de pessoas por ano. A França lançou o convite para que o mundo se reunisse em Paris, em 1998, para a tomada de medidas urgentes (OESP, 1997).

Já a respeito da Convenção da Biodiversidade, um dos documentos mais importantes da Rio-92, que tem força de lei e deveria ser obrigatoriamente cumprida pelos países signatários, teve poucas ações concretas durante os cinco anos após seu surgimento. As difíceis negociações das Nações Unidas (ONU) desapontaram ambientalistas e cientistas. Os Estados Unidos ocupou papel central nesse cenário. O presidente Bill Clinton assinou a Convenção da Biodiversidade, mas o Congresso ainda não havia ratificado o documento. Mesmo assim, o governo americano participou das três conferências das partes convocadas pela ONU. Apesar da forte pressão internacional, a decisão definitiva dos Estados Unidos pode demorar até dez anos (OESP, 1997).

As empresas de biotecnologia americanas tentaram bloquear as negociações. Elas não queriam intermediar material genético melhorado com os países de onde as espécies foram retiradas. Outro ponto de discórdia foi a divisão de lucros conquistados por fabricantes que importam recursos naturais:

os países desenvolvidos entendem que espécies melhoradas valem muito, enquanto as silvestres devem custar menos por serem desconhecidas. Inglaterra, França e Alemanha são os maiores opositores à transferência de lucros e tecnologia aos países que cedem a biodiversidade (OESP, 1997).

Nas reuniões da ONU, os países desenvolvidos do norte do globo, se manifestaram defendendo a idéia de que receber a espécie ao natural e vender o produto melhorado ao país de origem do material já é um benefício. Entendem que os países que possuem a biodiversidade deveriam entregar o princípio ativo e agradecer por ter acesso aos medicamentos que desejam vender.

Para os países dominantes, a riqueza natural deveria ser explorada e revertida em lucro para suas corporações, enquanto os países explorados retomam o processo histórico de colonização e dessa forma continuam dependentes da “bondade” dos países dominantes, a espera de ajuda, tanto do ponto de vista econômico quanto social, dessa forma nos condenam a miséria da dependência e da subordinação que carregamos desde o nosso nascimento, só que agora em nome da defesa de salvar o planeta para o resto da humanidade. Sabemos que, países como o Brasil, de intensa exploração internacional estão subjugados as políticas econômicas ditadas por uma classe dominante internacional que nos condenam a dívidas seculares, as desigualdades sociais conseqüentes da concentração de renda de patamares inimagináveis para muitos cidadãos europeus. Já tomaram muitas das

nossas riquezas naturais no passado e agora insistem que devemos preservar nossos recursos em troca do desenvolvimento de remédios, por exemplo, que devemos comprar a preços absurdos para a manutenção da lucratividade de suas empresas farmacêuticas.

Na Rio-92, com relação a participação do setor empresarial, estes assumiram o desafio de alinhar suas práticas ao desenvolvimento sustentável. Cinco anos depois durante a Rio + 5, se reuniram no Conselho Mundial de Negócios pelo Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), produziram um documento chamado Sinais de Mudança, apresentado na Rio +5. Os empresários do WBCSD representam 120 companhias de 35 países e estão envolvidos na discussão de seis grandes temas: comércio e ambiente; produção e consumo sustentáveis; clima e energia; ecoeficiência; mercados financeiros e recursos naturais. Disseram que queriam mostrar que não são o problema, mas parte da solução.

Segundo Button (da WBCSD),

a solução empresarial dos problemas ambientais passa pelas leis de mercado e pela reinterpretação da linguagem dos ambientalistas em contato com a realidade dos processos industriais, da produção de bens e do atendimento ao consumidor. Para o empresário, um dos maiores defeitos dos documentos da Rio-92 é a possibilidade de criar um excesso de controle por parte dos governos. Para ele, se os governos estabelecessem o caminho, os empresários não vão gastar tempo e dinheiro procurando meios melhores e mais baratos de produzir o desenvolvimento sustentável; mas se os governos definissem os objetivos e deixassem o mercado livre, os empresários continuariam procurando os caminhos (OESP, 1997).

As principais mudanças detectadas pelo Conselho Mundial de Negócios pelo Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) na mentalidade dos empresários, em relação ao ambiente, foram:

- Ver possibilidades de economizar e novas oportunidades no conceito de desenvolvimento sustentável, e não apenas aumento de custos e dificuldades.
- Deixar de pensar em tratar a poluição na saída da fábrica e buscar tecnologias mais limpas em todo o processo.
- Considerar ambiente e questões sociais um assunto de toda a companhia e não somente dos departamentos técnicos.
- Trocar a premissa da confidencialidade por abertura e transparência.
- Trocar os lobbies por discussões abertas com parceiros.

Segundo Santos (1994), a riqueza da biodiversidade brasileira vem sendo dilapidada para promover a integração da região amazônica na economia de mercado, através de um estilo de desenvolvimento predatório. Seria possível argumentar que tal tipo de desenvolvimento está superado e que os novos padrões do alto capitalismo poderia lidar com a biodiversidade tropical de modo muito mais adequado. Os otimistas anunciam uma nova perspectiva: a engenharia ecológica e a biotecnologia poderiam criar uma tecnologia ambientalmente avançada que abriria imensas oportunidades para as empresas e estabeleceria uma conexão positiva entre os valores ambientais e econômicos.

Entretanto, ao transformar um processo ecológico de reprodução em processo tecnológico de produção, a biotecnologia retira a semente das mãos do camponês e do habitante da floresta, colocando-a nas mãos das corporações (Santos, 1994).

De fato, fica claro que desta maneira o desenvolvimento sustentável jamais será atingido, pois para que haja de fato a proteção do meio ambiente e a garantia da sobrevivência da população mundial, uma nova relação de produção deveria ser implantada, algo que pudesse superar a relação de exploração entre empresários e trabalhadores e assim uma nova maneira também de se relacionar com a natureza, sem buscar extrair o máximo para que se obtenha lucro. O livre mercado jamais contribuirá para um desenvolvimento sustentável, no seu molde radical, nele está arraigado a destruição da natureza, condição *si ne qua non* para a existência do capitalismo, portanto, não podemos acreditar que exista um capitalismo verde, que proteja a natureza.

Para Krause – Ministro do Meio Ambiente do Brasil na ocasião da Rio + 5,

o espírito da reunião era a expressão “Ecocidadão”: cidadão internetizado, celularizado e globalizado, aquele que não contribui para a chuva ácida, mas é vítima dela. O “ecocidadão”, para o ministro Krause, pode ser “o grande aliado” dos governos para recriar o “espírito do Rio”, forjado com promessas de limpeza da Terra por mais de cem líderes mundiais em 1992 – mas que no momento da Rio + 5 em 1997 não passou de ar quente no aquecimento global (OESP, 1997).

Para ele,

as promessas feitas há cinco anos não foram cumpridas por falta de um elo entre a economia de mercado, que quer crescer a qualquer preço, mesmo à custa da degradação do ambiente, e a gestão ambiental, mesmo que exercida com ‘poderes de xerife’. O ministro Krause acrescenta um exemplo: Quando é que nas contas nacionais leva-se em consideração o passivo ambiental? Krause

lembrou que os ministros de Economia não participam das discussões ambientais. Ele disse que gostaria de ouvir a frase jamais dita numa reunião de governo: “Vamos crescer 5%, descontando os 2% do passivo ambiental” (OESP, 1997).

Oito países foram considerados chave para o sucesso das duas principais convenções assinadas na Rio-92:

a de mudanças climáticas e a de biodiversidade. De acordo com o World Watch Institute (WWI), organização com sede em Washington (EUA), os oito considerados mais importantes países com relação à destruição do ambiente global eram China, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Brasil, Rússia, Japão e Alemanha. Segundo Christopher Flavin, do WWI (Worldwatch Institute), juntos os oito países respondiam por 56% da população mundial e 53% das florestas e emitiram 58% do dióxido de carbono do mundo, o principal gás causador do aquecimento da atmosfera. Flavin disse que a Rio-92 não teve nenhum efeito sobre as taxas de desmatamento ou sobre a emissão de carbono para a atmosfera. Ao contrário, as taxas de desmatamento continuaram crescendo no mesmo ritmo e as emissões de dióxido de carbono ficaram ainda piores. Para ele, naquele momento, era cedo para falar em fracasso da Rio-92, pois existiam iniciativas locais e regionais de sucesso, mas as estatísticas globais mostravam que a principal mudança ainda estava muito distante (OESP, 1997).

O único país com resultados positivos, entre os oito citados foi a Alemanha. Seus impostos sobre poluentes e o incentivo à conservação de energia pela indústria e pelos

consumidores resultaram efetivamente na diminuição das emissões, de 1992 a 1997. A Alemanha também investiu em energia eólica (de vento) e de biomassa. Era o primeiro produtor de energia eólica do planeta, naquele momento, na frente dos Estados Unidos e da Dinamarca, que em 92 ocupavam o primeiro e o segundo lugares, respectivamente.

Christopher Flavin ainda observou em entrevista ao O Estado de São Paulo, em 1997, que era necessário rediscutir isso em níveis elevados, com um olhar mais internacional, pois a atmosfera é a mesma, sejam as emissões no Norte ou no Sul. Ele acredita na renegociação de cotas de emissão de carbono internacionais ou do imposto sobre a queima de combustíveis fósseis. Esta medida foi proposta na Rio-92 e derrubada pelos grandes consumidores e pelos produtores de petróleo (EUA e países árabes).

Assim a reunião chegava ao final tendo como resultado um documento contendo os princípios da Rio +5 que são:

1) Respeito à Terra e à vida – Toda forma de vida possui valores intrínsecos, que devem ser respeitados e cuidados, independente de qualquer utilidade que possam ter para a humanidade

2) Viver sustentavelmente – Promover e adotar modelos de consumo, produção e reprodução que respeitem e protejam os direitos humanos e as capacidades regenerativas da Terra

3) Estabelecer justiça – Defendê-la sem discriminação aos direitos das pessoas à vida, à liberdade e à segurança pessoal, criando um meio adequado para o desenvolvimento da saúde e da espiritualidade humana

4) Recursos naturais – Dividi-los equitativamente, protegendo o meio ambiente em todas as nações, entre ricos e pobres, homens e mulheres, garantindo o presente e o futuro das gerações. Internacionalizar todos os custos ambientais, sociais e econômicos.

5) Desenvolvimento social – Promovê-lo, desenvolvendo os sistemas financeiros que criem e mantenham a sustentabilidade da vida, erradicando a pobreza e fortalecendo as comunidades locais.

2.2. Um balanço geral

O principal executivo do encontro, Kalaw, afirmou que chegariam a um balanço negativo das ações governamentais no campo da preservação ambiental, pois para ele,

o desenvolvimento sustentável não foi incorporado como algo prioritário por parte das nações. Também não foram planejados painéis específicos sobre as convenções de clima e de biodiversidade porque a idéia da Rio +5 era de que governos e setores da sociedade discutissem como implementar ações ambientais. Ações relacionadas aos temas mudanças climáticas e biodiversidade. Mas Kalaw discordou dos que achavam que o dinheiro levantado para a Rio +5 (US\$ 3 milhões) deveria ser empregado para levar ONGs a Nova York, para que fizessem lobby junto à ONU. Para ele, era preciso entender que as decisões deveriam ser tomadas pelos governos nacionais, e não pelos seus delegados na ONU. Ainda afirmou que o encontro não foi idealizado para ser uma reunião aberta, pois não seria produtivo. Para ele, reuniões amplas produzem “muito papel” e nenhuma “ação prática”. Mesmo assim, garantiu que houve uma consulta em que teriam sido ouvidas cerca de 8.000 pessoas em vários países, para se chegar aos convidados. Ainda, discordou das ONGs que queriam uma reunião só de entidades da sociedade civil. Segundo ele, para

trocar experiências, seria preciso reunir diferentes segmentos que pudessem contribuir para o desenvolvimento sustentável (FSP, 1997).

Conforme o objetivo da Rio + 5, foi feito um balanço geral da Rio 92 para tanto, foram analisado os seguintes documentos:

A Agenda 21 uma lista de ações com o objetivo de contornar os problemas ambientais até o século 21, com 40 capítulos que definem o conceito de desenvolvimento sustentável como exploração racional dos recursos naturais para evitar o esgotamento das fontes. Onde os pontos principais eram atmosfera e energia, recursos hídricos, tecnologia e comércio internacional. Apesar de não ter força de lei os países ricos assumiram o compromisso de destinar 0,7% de seu PIB às nações em desenvolvimento.

A Convenção da Biodiversidade documento elaborado para tratar da preservação das espécies animais e vegetais em 42 artigos e foi assinada por 153 países durante a Rio-92. Ficou acertado que cada nação teria soberania sobre seus recursos mas não poderia impor restrições ao uso do material por outros países. Cada governo deveria criar regulamentação própria para nortear o acesso à biodiversidade. Os lucros provenientes dos produtos deveriam ser repartidos com os países que cederam os recursos. Mais de 160 países ratificaram a convenção, mas nem todos cumpriram as determinações. Houve pouco avanço nas discussões sobre o acesso a recursos genéticos. Inglaterra, Alemanha e França resistiriam em concordar em transferir lucros e tecnologia. Já o Brasil não criou regulamentação específica.

Com relação a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a qual foi criada para combater o efeito estufa, a convenção (com 26 artigos) pretendia estabilizar a emissão de

gases poluentes nos níveis de 1990. Para tanto, novas tecnologias deveriam criar alternativas para combater as altas concentrações na atmosfera de dióxido de carbono (CO₂) e metano. Considerado pouco incisivo, o documento previa a criação de protocolos adicionais em reuniões futuras, não foram estabelecidos prazos e metas. Foi ratificada por 120 países, incluindo os Estados Unidos. Nenhum protocolo adicional foi criado, apesar das várias conferências das partes promovidas pela ONU. Os países desenvolvidos aumentaram as emissões de poluentes, com exceção de Alemanha e Inglaterra. Os Estados Unidos comprometeram-se a chegar a 2005 sem aumentar o atual nível de substâncias agressoras. Apesar disso, dificultaram as negociações ao lado de outros produtores de petróleo como Arábia Saudita.

A discussão sobre a Declaração de princípios sobre florestas gerou atrito entre países ricos e pobres durante a Rio 92. O grupo dos detentores de florestas tropicais entre eles o Brasil não queria que o assunto fosse transformado em convenção. Venceram a disputa e aprovaram um documento genérico, sem força jurídica que indica apenas limites quantitativos para desmatamento. A declaração ressaltava o direito de exploração das florestas pelos países detentores, desde que a forma fosse sustentável. Ganhou força a idéia de transformar a declaração em convenção, com normas sobre comércio internacional e transferência de recursos e tecnologia. Os Estados Unidos não queriam a convenção porque o mercado das madeiras poderiam ser alterado. A Comunidade Européia ficou dividida: os ambientalistas apoiaram a definição de regras, mas os países que possuem florestas para explorar rejeitaram a idéia. O Brasil defendeu a criação do documento.

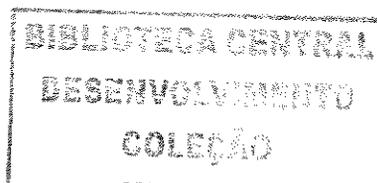
Sobre a Declaração do Rio de Janeiro, um documento genérico com 27 princípios para estabelecer uma parceria global (com a participação de governos e sociedade civil) pela

causa ambiental. Ela declara que os “seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável”. Para isso, os Estados deveriam modificar padrões inadequados de produção e consumo e promover políticas demográficas eficazes. A intenção era redigir um documento com o mesmo peso da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os países participantes da Rio 92 e as organizações não-governamentais argumentaram que seria difícil chegar a um consenso sobre princípios básicos.

Dessa forma, fica claro que a problemática central da Rio + 5 era como transformar em práticas concretas as dezenas de milhares de páginas com idéias, propostas, estudos, relatos sobre os caminhos do desenvolvimento sustentável. Como fazer para que os belos princípios e recomendações da Carta da Terra firmassem as ações de cada governo em cada país. Como criar em cada cidadão a consciência capaz de eleger governantes comprometidos com essa tese. Como transformar essa consciência em movimentos sociais tão poderosos que os governos não tivessem outro caminho senão incorporar esse conceito e mudar suas práticas, esquecendo as velhas mediações eleitoreiras. Como forçar os governos dos países ricos a cumprir os compromissos que assumiram na Rio 92, de repassar como ajuda aos mais pobres pelo menos 0,7% de seu PIB. Como levá-los a cumprir as convenções das mudanças climáticas e da biodiversidade que assinaram.

Os diplomatas de 173 países que participam do balanço de cinco anos da Rio-92 debruçavam-se sobre um problema inesperado: o futuro pareceu “pior” ou “não muito melhor” Esse impasse paralisou a comissão responsável por escrever a declaração final da Cúpula da Terra.

A Carta da Terra, de modo geral, defende o respeito ao planeta e a todas as formas de vida. Reivindica a promoção do desenvolvimento social e de sistemas financeiros que



contribuam para criar e manter a sustentabilidade da vida, para erradicar a pobreza e para fortalecer as comunidades locais.

A carta da Terra discutida por representantes dos cinco continentes durante a conferência ambiental Rio +5 foi divulgada depois de oito anos de trabalhos preparatórios. Os 18 capítulos contêm conceitos gerais de proteção da vida e dos recursos naturais. O texto foi criado para ser analisado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de se tornar um documento com força semelhante a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Extremamente genéricas, as recomendações da carta demandaram longas negociações. Um dos últimos tópicos incluídos diz que os índios têm papel vital na proteção da “mãe Terra”. O capítulo garante aos índios o direito de preservar espiritualidade, conhecimento, territórios e recursos. Pela primeira vez, os índios foram incluídos em uma declaração desse tipo.

Antes de entrar em vigor, a Carta da Terra deveria passar por diversas negociações. A Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU foi responsável pelo documento final com a conclusão em junho de 1998. No entanto, só no ano 2000, o documento passaria por aprovação pela Assembléia-Geral da ONU, depois de consultar governos, organizações não-governamentais e empresários.

Para o então presidente do Conselho da Terra Maurice Strong,

a força da Carta da Terra depende do comprometimento das pessoas em adotá-la

. Disse ainda, que trabalha com estas questões desde 1972 e só vê as condições

do planeta piorarem. O ex-presidente da extinta União Soviética, Mikhail

Gorbachev, disse que ficou pouco satisfeito com o que viu na capital

fluminense, cinco anos após a Rio-92: Não diria que nada foi feito, mas não foi feito o suficiente (G.M. jun.1997).

Entretanto, a conferência ambiental Rio +5 terminou sem cumprir o objetivo de produzir um documento que seria enviado à Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em junho de 1997. Uma cisão de opinião entre os 500 participantes impediu a aprovação de recomendações para ajudar os países a colocar em prática o conceito de desenvolvimento sustentável. Diante da falta de consenso, o slogan do encontro: “Da Agenda para a Ação”, perdeu o sentido.

Após uma semana de balanço sobre o que foi feito pelo ambiente desde a Rio-92, o evento promovido pela organização não-governamental Conselho da Terra deveria redigir uma lista de práticas necessárias para o cumprimento da Agenda 21, lançada cinco anos antes. O documento que o presidente da entidade, Maurice Strong, pretendia aprovar foi recusado pelos relatores das diferentes comissões. A crise obrigou-o a anunciar a criação de uma comissão para concluir o texto em dez dias. Muitos participantes do encontro ficaram desapontados com a ausência de resultados efetivos.

O encontro ambientalista Rio +5 terminou em crise:

O documento final de 11 páginas intitulado “Da Agenda à Ação”, com o resumo das discussões dos grupos de trabalho da reunião, foi rejeitado por entidades de várias partes do mundo. O conteúdo foi criticado por ser genérico demais nos encontros setoriais. Algumas pessoas, em protesto, chegaram a rasgar cópias do documento final (FSP, 1997).

Representantes de ONGs reclamaram também que a organização do evento foi muito confusa. Grupos de jovens distribuíram nota afirmando que não se sentiram suficientemente representados.

Para tentar amenizar a confusão, os organizadores do encontro, cancelaram o relatório final, propondo uma nova redação para dali dez dias. O “Da Agenda à Ação” foi idealizado para conter recomendações de ações práticas para que a Agenda 21 fosse implementada pelos países, junto com a Carta da Terra – documento de princípios éticos e morais finalizado na Rio +5.

No entanto, o

então presidente da ONG Conselho da Terra, disse que a Rio+5 começou com muito caos, mas a partir desse caos forjaram alguns instrumentos para a ação (FSP, 1997).

O representante da CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe), Roberto Guimarães, disse que

os relatórios dos grupos setoriais de trabalho não foram adequadamente resumidos no “Da Agenda à Ação”. Ele não gostou do tom genérico do resumo. Disse que o documento recomendava, por exemplo, a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável na discussão da previdência social. Mas não sabia como iriam fazer isso. Ele criticou também o documento por não tocar na proposta de formação de conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável – um tema que teria sido consenso entre os grupos de trabalho (FSP, 1997).

Já o presidente da ONG brasileira IED (Instituto de Ecologia e Desenvolvimento), Liszt Vieira, afirmou que

os relatórios dos grupos eram mais críticos, pois criticavam a economia de mercado. Já para o diretor-executivo da World Federalist Movement (ONG internacional com sede nos EUA), William Pace, a crise refletiu “o confuso processo” de organização da Rio +5. A presidente da ONG chilena Renace, Sara Larrain, disse que a pauta do encontro foi genérica e os temas não foram aprofundado, pois o foco mudava todo dia (FSP, 1997).

No que diz respeito a destinação de 0.7% do PIB, para Strong, os governos não cumpriram essa meta e as fontes tradicionais de ajuda ao ambiente retrocederam. Poucas nações destinaram 0,7% do PIB aos países em desenvolvimento. Investimentos privados aumentaram, mas não foram direcionados para a diminuição da pobreza.

A Rio +5 sofreu críticas de cientistas e outras ONGs (organizações não-governamentais), que acusaram o evento de estar vinculado a interesses de governos e de grandes corporações. Passados cinco anos, a ambiciosa agenda definida naquela reunião de cúpula virou letra morta. Na recente reunião de ONGs (organizações não-governamentais) e agências das Nações Unidas – a Rio +5, a conclusão foi a de que os países ricos falharam totalmente na implementação dos compromissos assumidos em 92.

O canadense Maurice Strong que foi secretário-geral da Rio-92 e voltou à ONU em 1997, esperava que

os problemas ambientais fossem tratados imediatamente depois dos diagnósticos feitos há cinco anos. E estava decepcionado; pois para ele, se os países continuarem com as mesmas práticas econômicas, políticas e sociais, o destino

da humanidade será a bancarrota ecológica, assim fica claro que a maioria dos países não cumpriu suas promessas (O.E.S.P, 1997).

Dessa forma, quase tudo Na Rio + 5 foi contraditório. A afirmação que mais foi dita foi a de que as lógicas que presidem os governos, o comércio, a produção e até mesmo a maior parte das atividades das pessoas é uma lógica que exclui a preocupação com o meio ambiente e com a questão social. E que embora a sociedade aponte muitas possibilidades de transformações, elas não parecem à vista do futuro próximo. Com as questões da globalização, isso fica bem claro; um dos documentos da conferência diz que a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável estão em conflito com o livre comércio. Entre outras coisas, a apropriação de recursos naturais nos níveis de hoje não seria compatível com as necessidades das próximas gerações.

Demonstrou-se nesta conferência, que chegam a pelo menos US\$ 700 bilhões anuais os subsídios para atividades econômicas insustentáveis do ponto de vista ambiental e social. E, ainda assim, os países do Primeiro Mundo continuam a estimular nos países periféricos atividades negativas do ponto de vista ambiental e social, para que produzam bens que os primeiros já não querem produzir (porque são anti-econômicos e poluidores). E tudo isso com padrões insustentáveis de consumo, muitas vezes mais consumidores de recursos que os vigentes fora do Primeiro Mundo.

Para Washington Novaes, em todos os países a lógica é mesma que do Brasil:

a ênfase em exportações de produtos baseados em uso intensivo de recursos naturais, num modelo que não consegue escapar também à lógica da concentração de renda (um dos maiores índices de desigualdade do mundo. A questão ambiental não é prioritária nas ações de governos, não permeia o

planejamento nem a execução – apesar dos esforços de muitas pessoas que dirigem ministérios, secretarias e outros órgãos. Da mesma forma, não são prioritárias – como orçamento – as dotações do setor ambiental, que são uma fração mínima das despesas governamentais em todos os níveis. Basta lembrar os vetos presidenciais à lei nacional de recursos, para atender a interesses de investidores no setor hidrelétrico – e em prejuízo de tudo o mais. Ou a própria visão exposta pelo presidente da República nesta Rio + 5 quanto as questões da Amazônia, quanto ao tratamento para os problemas ambientais que visualiza: multar os poluidores – o que é necessário mas isoladamente, significa ficar com uma política que se resumiria a correr atrás do prejuízo, e não com políticas públicas abrangentes e preventivas. Na área empresarial, a lógica que prevalece na maior parte dos setores é a complexa lógica do custo de oportunidade: é preciso saber decidir, em matéria ambiental, no momento exato; nem antes, para não incorporar custos que prejudiquem a competição, nem depois pra não correr o risco de inviabilizar-se por causa de sanções. Na própria sociedade – brasileira ou mundial -, viu-se na Rio + 5, as lógicas são quase sempre excludentes e prejudiciais. (G.M, jun. 1997).

Enquanto os ambientalistas propõem um estilo de vida dentro dos limites do ecologicamente possível e ao qual todos podem aspirar razoavelmente, no mundo explodiu uma necessidade de gastar por parte de uma classe média em rápido crescimento. Essa tendência ao consumo excessivo foi tão difundida que, de acordo com a revista inglesa *The Economist*, citada pelos organizadores da campanha, o valor dos bens de luxo, tais como

roupas da moda e carros novos, vendidos pelo mundo todo, atualmente, excede à soma do Produto Interno Bruto (PIB) de dois terços das nações mais pobres do mundo.

2.3. O movimento ambientalista e a questão da sustentabilidade

As manifestações dos ambientalistas se deram de diversas formas, um dos destaques foi quando:

ativistas do Greenpeace penduraram uma grande faixa na rocha Rockall, no Oceano Atlântico, com uma mensagem para a Cúpula da Terra 2. Eles protestaram contra a exploração de petróleo e as alterações no clima (FSP, 1997).

Outro momento importante, porém de impasse durante a Rio + 5 foi a discussão entre representantes das ONGs e do governo brasileiro, por causa de um tema relacionado ao cumprimento dos compromissos firmados durante a ECO 92; as ONGs não gostaram de ver a Comissão do Desenvolvimento Sustentável, implantada pelo governo brasileiro, ser colocada no âmbito da Câmara de Recursos Naturais, sob coordenação da Casa Civil da Presidência. Menos ainda de não terem autonomia absoluta para indicar os cinco representantes da sociedade na Comissão.

Kátia Drager Maia, do Fórum das ONGs, preocupada

com a ampliação do campo do desenvolvimento sustentável, garantiu que as ONGs não queriam substituir o Estado, nem querem ser protagonista único da reunião. Mas queriam apressar o tempo das decisões econômicas, administrativas e parlamentares. A Rio 92 fez o diagnóstico da doença

universal. A Rio + 5 mostrou que os remédios propostos ali ou não funcionaram ou sequer foram ministrados (GM, 19 mar. 1997).

Do ponto de vista das ONG's e outros movimentos sociais reunidos, não houve dúvida de que foram escassos os avanços globais e até nacionais desde a Rio 92 até o momento da Rio +5. E quase tudo o que aconteceu se deve aos próprios movimentos e iniciativas da sociedade, não as ações de governos, que não conseguiram internalizar em seu planejamento e programas os conceitos ambientais.. E com isso não conseguem avançar nem mesmo no cumprimento das convenções que assinaram em 1992, como as de proteção e partilha da biodiversidade e de iniciativas para evitar as mudanças climáticas.

No âmbito local, constatou-se que,

pelo menos 30 cidades brasileiras enviaram representantes à Rio +5 para discutir a preparação da Agenda 21 Municipal. Um grupo de ambientalistas de Saquarema, na região dos Lagos do Rio, manifestou no encontro o desejo de uma campanha para o fim da pesca predatória na praia de Itaúna. E também a inclusão na futura agenda da cidade de uma cláusula que regulamentasse o transporte público gratuito para os pequenos produtores locais e pescadores vinculados às suas colônias (OESP, 1997).

Outro exemplo de manifestação local foi proveniente de um grupo de Mangaratiba, litoral sul do Rio de Janeiro, que

reivindicou a capacitação dos funcionários públicos na coleta e reciclagem de lixo e a criação de um curso de educação ambiental. “Nossa cidade reúne belas praias de um lado e a vegetação da mata atlântica de outro, mas não tem um

projeto para a exploração desse potencial”, disse Rodrigo Queimado, presidente da Associação dos Moradores do município. As cidades de Betim, Sete Lagoas e Nova Lima, em Minas Gerais; Alto Paraíso, em Goiás; Campos, Macaé e Búzios, no Rio; e Florianópolis, em Santa Catarina, também estiveram representadas no fórum (OESP, 1997).

A diretoria do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais (ONGs), Kátia Maia, afirmou que o

objetivo do Rio +5 era manter um “compromisso com a sociedade e com o desenvolvimento sustentável”, em vez de tomar decisões específicas em relação à biodiversidade, florestas e clima, como houve na Rio 92. O governador do Rio, Marcello Alencar também destacou a participação das ONGs para avanços na questão ecológica. “As vanguardas vão ter de continuar suas ações, às vezes radicais, para conseguir suas reivindicações”, declarou, em seu discurso (OESP, 1997).

Era intensão de ONGs da América Latina

incluir uma recomendação pelo fortalecimento de organismos nacionais como os comitês de desenvolvimento sustentável. Essas ONGs reclamam que esses organismos – formados por representantes de governos e da sociedade civil para propor ações de desenvolvimento sustentável – não têm funcionado a contento, além de não ter poder deliberativo. O diretor-executivo da ONG Conselho da Terra, Maximo Kalaw, da organização da Rio +5, disse que esse tema é técnico, deveria ser decidido depois, em termos de legislação, por cada país (FSP, 1997).

A ausência de avaliação dos compromissos firmados na Agenda 21 irritou militantes ecológicos presentes ao evento, o presidente do Partido Verde Alfredo Sirkis disse que,

a abertura foi um amontoado de platípodas, e os discursos poderiam ter sido feitos em qualquer conferência, sobre qualquer assunto, em qualquer época (OESP, 1997).

Já o coordenador de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Pedro Ivo Batista,

conseguiu os aplausos mais fortes na palestra de abertura da Rio +5, criticando patrocinadores e participantes do evento, assim como a participação de Israel Klabin, empresário do setor de papel. E dizendo que todo mundo sabe que as indústrias de papel e celulosa são das que mais poluem (OESP, 1997).

Depois da palestra, Batista afirmou que o que ele questiona são as empresas que patrocinam a Rio +5 mas não aceitam discutir seus padrões de produção antiecológicos, explicou para O Estado de São Paulo, em 1997.

Maurice Strong disse, que

passados cinco anos após a Eco 92, houve progressos e boas ações, conduzidas mais pela sociedade civil do que pelos governos. Os próprios empresários avançaram mais do que o poder público, mas nada foi suficiente. A Rio +5 foi criada para unir todos os que realizaram ações e apresentar seus resultados. “Precisamos usar esse instrumento para fortalecer o processo de ação. Formar multiplicadores dos projetos que estão dando certo. Muitos bons exemplos estão

surgindo no âmbito local. Devemos expandir essas coisas. A intenção não é criticar governos, mas mostrar exemplos de que a sociedade civil está agindo” (OESP, 1997).

Podemos dizer que a Rio + 5 não avançou em quase nada na resolução dos problemas ambientais, ficou claro que os interesses são divergentes e no final o que prevalece são as decisões de manutenção do capitalismo atual. Para que houvesse uma mudança efetiva, o paradigma ecossocialista deveria ser incorporado nas discussões políticas e dos militantes.

O paradigma ecossocialista, que surgiu no debate sobre sustentabilidade, concebe o desenvolvimento social de acordo com a satisfação das necessidades humanas fundamentais, sendo mais avançado quanto mais diverso e equitativo for, e a natureza, por sua vez, como uma segunda natureza da sociedade. Este debate teve início em Estocolmo em 1972 e foi consolidado 20 anos mais tarde no Rio de Janeiro, mas que constitui o centro das discussões sobre meio ambiente até os dias de hoje pelo fato de a sociedade global ainda não conseguir adotá-lo como forma de sociabilidade, nem ao menos de forma transitória. Tanta dificuldade em colocar em prática as idéias defendidas pelo ambientalismo e discutidas pelos governos do globo pode ser explicada pela necessidade de uma nova ética do desenvolvimento na qual os objetivos econômicos deverão ser subordinados a ela.

A questão central para Washington Novaes, é como caminhar na direção da nova utopia dos ambientalistas. Para ele,

os balcões de documentos da conferência estão repletos de relatos sobre experiências bem-sucedidas em todas as partes do mundo; embora não seja claro

como se possa ou pretenda articulá-las. Os chineses, por exemplo, que despertam tanta curiosidade, dizem que estão implantando conselhos de desenvolvimento sustentável em cada aldeia, cada cidade. Não estão claros os caminhos para implantar o novo paradigma que os ambientalistas formulam. Claro que seria preciso mudar as matrizes energéticas poluidoras e desperdiçadoras, como seria preciso questionar e transformar os padrões de consumo insustentáveis do Primeiro Mundo e, dentro de cada um dos países. Mas não estão claros os caminhos políticos que poderiam viabilizar a equação. Da mesma forma, não estão claras as sendas pelas quais se pretenda mudar a consciência social que daria base para transformações políticas (GM, 18 mar.1997).

Finalmente, o que pode-se constatar durante a reunião no que diz respeito ao movimento ambientalista é que a sua ação visa promover, como sugere Silva-Sánchez (2000), uma conscientização ecológica a partir de causas e valores mais gerais como a defesa de um meio ambiente sadio e equilibrado, de mudanças dos valores éticos da sociedade em relação à natureza, do ecologismo-pacifismo, da preservação da vida e do patrimônio natural e cultural da Humanidade.

Leff (1988) em um estudo sobre o movimento ambientalista na América Latina, ressalta que o ambientalismo se inscreve em um processo de “resignificação” do mundo atual e, nesse sentido, propõe um novo projeto de civilização que implica na construção de uma nova racionalidade produtiva e uma nova cultura, dessa forma colocam a questão da participação democrática da sociedade no aproveitamento e manejo dos recursos naturais.

Nesse aspecto concordamos com Guimarães (2001), pois, é de fato, insensato tentar desvincular os problemas do meio ambiente dos problemas do desenvolvimento, já que os primeiros são a simples expressão das falências de um determinado estilo de desenvolvimento. A compreensão adequada da crise pressupõe, portanto, que esta diz respeito ao esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo. O que está em jogo é a superação dos paradigmas de modernidade que defendem a orientação do processo de desenvolvimento. Talvez a modernidade emergente no terceiro milênio seja a modernidade da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, retomaremos as principais questões abordadas a fim de tecer um balanço final. Desde o princípio da pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que paralelo ao processo de globalização capitalista, ocorreu um crescimento dos movimentos ambientalistas que passaram a exercer pressões sobre as resoluções governamentais. Entretanto, por outro lado, o mesmo processo de globalização impõe limites ao avanço da aplicação das políticas ambientais, principalmente por parte dos países considerados desenvolvidos.

Ao trabalharmos com tal hipótese e estudarmos as conferências Rio 92 e Rio + 5, buscamos contribuir de alguma maneira para a seguinte reflexão: um novo paradigma foi alcançado no período? Podemos pensar numa sociedade que caminha para a

sustentabilidade, para o desenvolvimento sustentável, para o eco-desenvolvimento? Onde chegamos? Outra questão abordada é se o movimento ambientalista atingiu os seus objetivos, que tem como eixo esse novo paradigma social que aponta para a necessidade de pensarmos uma mudança ética para a sociedade.

O processo de formação do movimento ambientalista se deu por episódios na história, hora com momentos de alta intensidade, hora por momentos de sonolência. Entretanto, podemos afirmar que é na década de noventa que a bandeira do ambientalismo toma consistência política na luta social e teórica nos centros de pesquisa, repercutindo no interesse da opinião pública.

Entretanto, um desenvolvimento que não agrida o meio ambiente e que garanta a sobrevivência de gerações futuras deveria superar o modo de produção atual, reinventando novas formas de produção social, na qual garantisse a preservação dos recursos naturais e a não exploração do trabalho do ser humano.

No calor dos debates sobre sustentabilidade, surgiu o paradigma ecossocialista, que concebe o desenvolvimento social de acordo com a satisfação das necessidades humanas fundamentais, sendo mais avançado quanto mais diverso e equitativo for, e a natureza, por sua vez, como uma segunda natureza da sociedade.

Outro aspecto interessante foi verificar que o ambientalismo surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente transforma-se num intenso movimento de mudança cultural. O processo de desenvolvimento do ambientalismo como movimento histórico transnacional impactou profundamente as clivagens do sistema mundial no início da década de 1990.

Verificamos também que apesar da lentidão constante para resoluções acerca da problemática ambiental brasileira, houve avanços significativos no arcabouço legal. É

relevante perceber, que muitos intelectuais e ativistas dos novos movimentos sociais envolvidos nas Conferências estudadas partilham a idéia de que não podemos deixar de afirmar que as pressões do movimento ambientalista além de poderem proporcionar o nascimento de uma sociedade que mude o seu modo de se relacionar com a natureza, podem ser, em última instância, um dos pontos fundamentais para uma mudança social que atinja o centro da problemática dos dias atuais, uma mudança ética.

A Rio 92 proporcionou a universalidade imposta pelo diálogo entre outros movimentos sociais e com parceiros internacionais, que propiciou a aproximação de suas tendências internas, culturalistas, de grupos de pressão ou militantes.

É interessante notar que o consenso despertado nos países durante a ECO-92, pôde ser concretizados sob a forma de 36 tratados ou “compromissos de ação da sociedade civil planetária” que expressam a alta capacidade do ambientalismo para construir consensos a partir de práticas eminentemente comunicativas.

Já a Rio + 5 teve o intuito de fazer uma revisão dos documentos produzidos pela ECO-92: a Agenda 21, a Carta da Terra e as convenções de clima e biodiversidade. Em nossos estudos, percebemos que a falta do cumprimento dos projetos assumidos na Rio-92 reflete a divergência dos interesses políticos existentes entre os países envolvidos e também a fragilidade do movimento ambientalista em cobrar dos Estados. Assim, podemos dizer que o encontro Rio + 5 terminou em crise.

Tal crise reflete o fato de que passados cinco anos, a ambiciosa agenda definida naquela reunião de cúpula estava severamente comprometida sendo que os sujeitos sociais que participaram ativamente do processo emitiram a avaliação de que os países dominantes ou hegemônicos, falharam totalmente na implementação dos compromissos assumidos em 1992.

Entendemos que um aspecto relevante da crise é representado pelo fato de que tanta dificuldade em colocar-se em prática as idéias defendidas pelo ambientalismo e discutidas pelos governos do globo pode ser explicada pela necessidade de uma nova ética do desenvolvimento na qual os objetivos econômicos deveriam ser subordinados a ela.

As principais metas da conferência sobre meio ambiente do Rio em 1992 não foram cumpridas; como podemos analisar conforme informações abaixo:

1) Desequilíbrio Econômico: num plano de ações batizado de Agenda 21, os países desenvolvidos se comprometeram a repassar 0,7% do PIB, ou US\$ 120 bilhões por ano, para combater a pobreza no Terceiro Mundo. Entretanto, a ajuda dos países ricos caiu de US\$ 69 bilhões em 2001, o equivalente a 0,2% de seu PIB total. A contribuição dos Estados recuou para 0,1% do PIB.

2) Escassez de Água: a agenda 21 propunha o manuseio mais racional das bacias hidrográficas e maior atenção às necessidades das populações pobres. Entretanto, os projetos de saneamento básico não atenderam ao crescimento populacional. Mais de 1,1 bilhão de pessoas ainda não têm acesso a água tratada.

3) Mudanças climáticas: cerca de 170 países concordaram em reduzir para os níveis de 1990 as emissões dos gases poluentes que provocam o aquecimento da Terra. Entretanto, as emissões de gases poluentes no planeta cresceram 9%. Os EUA abandonaram o acordo e propuseram medidas unilaterais, que farão aumentar sua carga poluidora.

4) Desmatamento: a declaração de Princípios das Florestas estabelecia critérios para explorar as riquezas das matas, deixando as árvores em pé. Entretanto, o ritmo do desmatamento global se manteve inalterado. As florestas tropicais perderam 10% de sua área na década de 90.

5) Extinção das Espécies: a convenção de Biodiversidade, assinada por 182 países, criou diretrizes para proteger a fauna e a flora. Quem cuidasse dos ecossistemas conquistaria benefícios financeiros. Entretanto, só 38% dos signatários montaram, de fato, estratégias de conservação. A extinção ameaça 13% dos peixes, 11% dos mamíferos, 10% dos anfíbios, 8% dos répteis e 4% das aves.

O início do movimento ambientalista brasileira foi fortemente marcado pela luta para interferir nos planos de expansão do setor elétrico. As primeiras manifestações aconteceram no início da década de 70, quando o governo federal firmou um acordo com a Alemanha para a construção das centrais nucleares em Angra dos Reis (RJ). Isso coincide no Brasil com a solidificação no movimento ambientalista que havia começado na Europa e nos EUA dez anos antes. Mas só na década seguinte a pressão política destes grupos vai ser suficiente para repercutir nos planos da Eletrobrás. No início da década de 90, o plano 2015 da Eletrobrás cancela quatro hidrelétricas que tinham sido previstas cinco anos antes. Na Eco 92, o governador paulista Luiz Antonio Fleury Filho anuncia o cancelamento de uma termoelétrica que seria construída em Paulínia (SP) para produzir energia a partir de resíduo de petróleo.

O recente processo de mundialização do capital e de crise do nacional-desenvolvimentismo na periferia do capitalismo vem suscitando a necessidade de aprofundar a pesquisa e o debate em torno de novas abordagens acerca do desenvolvimento sustentável.

Nas décadas de 60 e 70, a ecologia política baseava-se na idéia radical de que a sociedade capitalista deveria chegar ao fim para que o planeta não fosse destruído. Surgia então uma nova forma de pensar o desenvolvimento econômico e social, internalizando o meio ambiente. Já nos anos 80 há um distanciando da idéia radical com a inserção das

propostas do setor privado: um desenvolvimento sustentável dentro do próprio capitalismo. É nos anos noventa que tais preocupações ganham, de fato, um caráter global, inclusive no âmbito das Nações Unidas. Entretanto, após décadas de luta ambiental, é possível afirmar que há uma contradição entre o ideal de desenvolvimento sustentável e os reais processos capitalistas, cujas novas contradições acirraram seu caráter destrutivo já que na revolução tecnológica em curso não apenas os bens de consumo são descartáveis, mas o próprio setor de bens de capital. Então não será o momento de retomarmos a idéia radical do rompimento dessa sociedade destrutiva, caminhando para uma sociedade baseada numa nova ética superadora de tudo aquilo que a humanidade produziu desde o iluminismo e renascimento burguês?

Tendo em mente as hipóteses do nosso trabalho e após percorrermos os capítulos, chegamos à consideração final de que, de fato, muitos avanços foram alcançados no campo ambiental, principalmente aqueles impulsionados pela forte pressão dos movimentos sociais que se desenvolveram no novo cenário global, desde os anos sessenta até chegar na efervescência dos debates nas Conferências nos anos 1990. Entretanto, os avanços poderiam ser muito maiores não fosse os constrangimentos impostos pelos países ditos desenvolvidos, principalmente a potência hegemônica representada pelos os Estados Unidos da América, de longe o campeão tanto em desenvolvimento capitalista quanto em destruição ambiental.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, H. A política ambiental no Governo Collor: uma luta pelo controle dos recursos naturais. In: ACSELRAD, H. (org.) *Meio Ambiente e democracia*. R.J.: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, 1992.
- ALIMONDA, Héctor. “Introducción: Política, Utopía, Naturaleza”. In: ALIMONDA, Héctor. *Ecología Política. Naturaleza, sociedade y utopia*. Buenos Aires: Clacso, abril de 2002.
- ALMEIDA, L. T. *Política Ambiental: uma análise econômica*. Campinas: Papirus, S.P.: UNESP, 1998.
- ALTVATER, E. *O Preço da Riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Unesp, 1995.
- ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E. (org). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNIASSI, M. H. R. O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano. S.P.: Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU, Coleção Textos, 2ª série, nº 2, 1992.
- ARAÚJO, A. B. *O meio ambiente no Brasil: aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: IPEA/IPES, 1979.
- BENJAMIN, C. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BOAVENTURA, S.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999
- BOOKCHIN, M. *Por Uma Sociedade Ecológica*. Barcelona: Gilli, 1978.

- BRONFERRBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Biblioteca de Artes Médicas, 1996.
- BROWLEY, D. W. *Marking the commons work: theory, practice and policy*. São Francisco: ICS, 1992.
- BUNKER, S. G. *Underdeveloping the Amazon: extraction unequal exchange, and the failure of the modern state*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- BURSZTYN, M. (org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BUTTEL, F. H. A sociologia e o Meio Ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. In: Revista Perspectiva. São Paulo: Seade, 1992.
- BUTTEL, F. H. e LEWKOW, L. *Los movimientos ecologistas*. Madrid: Mezquita, 1983.
- CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. de (orgs) *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio-92*. São Paulo: Estação da Liberdade; Instituto Sócio-Ambiental; Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CAPOBIANCO, J. P. O movimento ecológico e o exercício da cidadania. In: Revista São Paulo em Perspectiva. S.P., vol.3, nº4, 1989.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CASTORIADS, C.; COHN-BENEDIT, D. *Da Ecologia à Autonomia*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CAVALCANTI, C. (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

- CORDANI, H.; MARCOVITCH, J. e SALATI, E. (org.). *Rio 92 Cinco Anos Depois*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CRESPO, S. e LEYTÃO, P. *O que Pensa o Brasileiro da Ecologia*. Brasília: CNPq, 1993.
- CRISHOLM, A. *Ecologia: uma estratégia para a sobrevivência*. S.P.: Zahar, 1972.
- CURRY-LINDAHL, K. *Ecologia: Conservar Para Sobreviver*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- DEPUY, J. P. *Introdução à crítica da ecologia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- DIEGUES, Antonio C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DOBSON, A. e LUCARDIE, P. *The politics of nature: explorations in green political theory*. London/New York: Routledge, 1995.
- DORST, J. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Blücher, 1973.
- FELDMANN, F. *A política ambiental e a legislação brasileira*. S.P.: Pau Brasil, 1996.
- FERNANDO, M. *El discurso de la naturaleza: ecología y política en América Latina*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 1992. (Colección Ecología)
- FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (org). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.
- FERREIRA, L.C. *A busca da sustentabilidade no poder local*. Caxambu: UNICAMP, s/d.
- FERREIRA, L.C. A Política Ambiental no Brasil. In: MARTINE, G. (org.) *População e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- FERREIRA, L.C. *A questão ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

- FERREIRA, L.C. Estado e Ecologia: novos dilemas e desafios. A Política Ambiental no Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP. Campinas, 1992.
- FERREIRA (a), Leila C. “Sociologia Ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil”. In: *A questão ambiental e as ciências sociais*. Revista IDEIAS: Ano 08 (2), 2001.
- FERREIRA (b), Lúcia C. “Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social”. In: SPOSATI, Aldaiza et all (org). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.
- FERREIRA, Lúcia C. *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- FERRI, M. G. *Ecologia: Temas e Problemas Brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- FIORI, J. L. Globalização, Estados nacionais e políticas públicas. In: *Ciência Hoje*, vol. 16, nº 96, 1996.
- FUKS, M. Natureza e meio ambiente: a caminho da construção de um consenso social. In: GOLDENBERG, M. (org.) *Ecologia, Ciência e Política*. R.J.: Revan, 1992.
- FUKS, M. “Arenas de Ação e Debate Públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. In: *Revista Dados: Reforma do Estado Meio Ambiente e Política*. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 41, nº 01, 1998.
- GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. In: *Pesquisa & Debate*, volume 13, n.1 (21), 2002. São Paulo: PUCSP.
- GIANSANTI, R. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. S.P.: Atual, 1998.
- GIULIANI, G. M. Ecologia e Sociologia: um diálogo reconstruído. In: *Revista de Ciências Sociais*, vol. 41, nº 01. R.J, 1998.

- GIUSEPPE, Umberto Cordani et all (org.) *A Rio – 92 cinco anos depois: avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos depois após a Rio -92*. São Paulo: Alphagraphics, 1997.
- GOLDEMBERG, M. *Ecologia, ciência e política*. R. J.: Revan, 1992.
- GONÇALVES, C. W. *Os descaminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.
- GORZ, A. BOSQUET, M. *Ecologie et politique*. Paris, France: Éditions du Seuil, 1977.
- GUDYNAS, Eduardo. “Actores Sociales y ambientes de construcción de políticas ambientales”. In: *Ambiente e Sociedade*. Campinas: NEPAM, ano IV, nº 08, 1º semestre de 2001.
- GUIMARÃES, R. *Ecopolitics in the third world: in institucional analysis of environmental management in Brazil*. London: Lybbe Rienner Publishers, Boulder & London, 1991.
- GUIMARÃES, Roberto P. “A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente”. In: LEIS, Héctor R. et all (org). *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/Airi/PUC-Rio, 1991.
- GUIMARÃES, Roberto P. “A ética da sustentabilidade e a formação de políticas de desenvolvimento.” In: DINIZ, Nilo; VIANA, Gilney; SILVA, Marina (orgs). *O desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GUIMARÃES, Roberto P. “Modernidad, médio ambiente y ética: um nuevo paradigma de desarrollo”. In: *Ambiente e Sociedade*. Campinas: NEPAM, ano I, nº 02, 1º semestre de 1998.
- GUIMARÃES, Roberto P. “Ecologia e política na formação social brasileira” In: *Revista Dados: Urbanidade e Violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol 31, nº 02, 1988.

- HELFRICH JR, H. (coord.) *A crise ambiental: a luta do homem para viver consigo mesmo*. S.P.: USP, 1974.
- HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, M. *Ecologia, ciência e política*. R. J.: Revan, 1992.
- HERRERA, Castro. “Naturaleza, sociedad e historia em América Latina”. In: ALIMONDA, Héctor. *Ecologia Política. Naturaleza, sociedade y utopia*. Buenos Aires: Clacso, abril de 2002.
- HURREL, A. e KINGSBURY, B. *The International Politics of the Environment*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- HUSTON, M. A. *Biological diversity*. Cambridge: U. Press., 1994.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- KWONG, J. e FONSECA, O. *Mitos sobre política ambiental*. R.J.: Instituto, 1992.
- LAGO, A. e PÁDUA, J. A. *O que é ecologia?* São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LEFF, Enrique. El movimiento ambientalista em México y en América Latina. *Revista ecologia, política e cultura*, 1988: 2 (6).
- LEIS, H. R. e D’AMATO. “O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial”. In: CAVALCANTI, C. (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LEIS, H. R.; BRIGAGAO, C. *Ecologia e política mundial*. R. J.: Vozes, 1991.
- LEIS, H. R. *O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia; Blumenau: Fundação Universidade de Blumenau, 1996.
- LEIS, Héctor R. “Ambientalismo e Relações Internacionais na Rio-92”. In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo: nº 31, 1993.

- LEROY, J. P. *Comentário sobre o relatório “Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Uma visão das ONGs*. R.J., 1989.
- LIMA, G. F. C. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. In: *Política e Trabalho* 13 – setembro/1997.
- LIPIETZ, Alain. “A Ecologia Política, solução para a crise da instância política?”. In: ALIMONDA, Héctor. *Ecologia Política. Natureza, sociedade y utopia*. Buenos Aires: Clacso, abril de 2002.
- LOWE, M. D. O planejamento das cidades. In: Brow, L. (org) *Qualidade de vida 1992 salve o planeta: um relatório do Worldwatch Institute sobre o progresso em direção a uma sociedade sustentável*. S.P.: Globo, 1992.
- LOWY, M. De Marx ao ecossocialismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs) *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que Democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.
- LUTZEMBERG, J. *Manifesto Ecológico Brasileiro*. R.S.: Ed. Movimento, 1978.
- MACIEL, C. Política externa brasileira sobre meio ambiente e comércio internacional: o caso da integração regional no Mercosul. Universidade de Brasília, Tese de Mestrado em Relações Internacionais, 1997.
- McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1992.
- MÉZÁROS, I. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. S.P.: Ensaio, 1996.
- MILARÉ, E. *Estudo prévio de impacto ambiental: teoria, prática e legislação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- MONOSOWSKI, E. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. S.P.: Cadernos FUNDAP, 16 (9), 1989.

- MONTEIRO, C. A. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. S.P.: Edusp, 1991.
- MOREIRA, Roberto José. "Pensamento científico, cultura e ECO-92: alguns significados da questão ambiental". IN: HOYOS, Juan L. Bardález. *Interdisciplinaridade: (re)invenção de um saber*. Belém: UFPA, NUMA, 1993. Universidade e Meio Ambiente, nº 5.
- MUÇOUÇA, P. S. Eco 92: o que fazer? S.P.: Teoria e Debate, 19, p. 14-17, 1992.
- NOVAIS, W. Rio + 5. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 18 março 1997. Meio Ambiente.
- NOVAIS, Washington. *A década do Impasse – Da Rio-92 à Rio+10*. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2002.
- NOVAIS, Washington. *A década do Impasse – Da Rio-92 à Rio+10*. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2002.
- ODUM, E. P. *Ecologia*. R.J.: Guanabara, 1988.
- OLIVEIRA, F. _A reconquista da Amazônia. In: *Novos Estudos*, nº 38, março de 1994. São Paulo: CEBRAP.
- OLIVEIRA, F. *Collor: A falsificação da Ira*. R.J.: Record, 1999.
- OLIVEIRA, F. À Sombra do Manifesto Comunista: Globalização e Reforma do Estado na América Latina. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs) *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que Democracia?* Petrópolis.: Vozes, 1999.
- PÁDUA, J. A. Espaço Público, Interesses Privados e Política Ambiental. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. S.P., vol.3,nº4, p.2-4,1989.
- PÁDUA, José Augusto. "Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro. In: SVIRSKY, Henrique e CAPOBIANCO, João Paulo R. (Orgs.)

- Ambientalismo no Brasil - Passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Sócioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.
- PENNA, C. G. *O Estado do Planeta*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- PEPPER, D. *Eco-socialismo: from deep ecology to social justice*. London and New York: Routledge, 1995.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. R.J.: Campus, 1980.
- RENÉ, P. *Desenvolvimento durável e biosfera: abertura multidimensional ou novos reducionismos*. R.J.: Ver.(jan-mar), 1992.
- RIBEIRO, W. C. *Pela solidariedade ambiental*. S.P.: Folha de São Paulo/Opinião, p.03, 09 de novembro de 1998.
- RIBEIRO, W. C. *A ordem ambiental internacional*. (Tese de doutorado) S.P., 1999.
- ROMEIRO, A.; BASTRAAN, P.; LEONARDI, M. L. A. (Orgs) *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP, 1997.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: FUNDAP, 1993.
- SANTOS, L. G. dos. A Encruzilhada da Política Ambiental Brasileira. In: *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém-PA, pg. 135-154, MPEG, 1994.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA-SÁNCHEZ, S. S. *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- SIRKIS, A. *Ecopolítica, realismo e a nau dos insensatos*. In: Revista Lua Nova, vol.03, nº 04, LP&M, 1987.

- SPAARGAREN, Gert. "Ecological Modernization Theory and the Changing Discourse on Environment and Modernity. In: SPAARGAREN, Gert et all (org.) *Environment and global modernity*. Inglad: University of Nottingham, 2000.
- THORSTENSEN, V. A OMC - Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto de Relações Internacionais (Revista Semestral). Ano 41, nº 2, 1998.
- TOMMASI, L. R. *A degradação do Meio Ambiente*. S.P.: Nobel, 1977.
- VIEIRA, L. Fragmentos de um discurso Ecológico: reflexões críticas de ecologia política. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. S.P., vol.3,nº4,1989.
- VIGEVANI, T. Meio Ambiente e Relações Internacionais: a questão dos financiamentos. In: *Ambiente e Sociedade*. Vol. 1, nº 1, 1997.
- VIOLA, E. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. In: *São Paulo em Perspectiva*. S.P.: Fundação Seade, 1994.
- VIOLA, E. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: Sober, 1999. pp. 83-97.
- VIOLA, E. e NICKEL, J. Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente: lições do Brasil. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 40.
- VIOLA, E. *O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): Da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável*. Caxambu: ANPOCS, 1991.

- VIOLA, E., LEIS, H. A evolução das políticas ambientais no Brasil. In: Hogan, D. (org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- VIOLA, E., LEIS, H. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto de Relações Internacionais (Revista Semestral). Ano 41, nº 2, 1998.
- VIOLA, Eduardo J. “Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel do ecologismo”. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo: nº 20, maio de 1990.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- BRASIL. Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas – ECOLISTA. In: http://www.maternatura.org.br/qfazemos/projetos/proj_ecologista.htm
- BRASIL. Constituição. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. O desafio do desenvolvimento sustentável. Brasília: CIMA, 1991.
- BRASIL. FÓRUM DAS ONG’s BRASILEIRAS. Meio Ambiente e desenvolvimento. Uma visão das ONG’s Brasileiras. Documento Preparatório para a Conferência da Sociedade

Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fórum das ONG's Brasileiras, 1991.

CORDANI, Umberto Giuseppe et all. A Rio-92 cinco anos depois: avaliações das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92 (Participação Brasileira na Rio + 5). Embu: 1997.

IBAMA. Historia do IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Disponível em: www.ibama.gov.br

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS. Eco – 92. O Brasil na CNUMAD – 92: Comentários sobre os subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional. Campinas: NEPAM/UNICAMP, 1991.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. *A política nacional do meio ambiente*. Brasília, 1986.